

KELLY CRISTINA TANNIÃO

**ESTUDO DIACRÔNICO DO USO DAS PREPOSIÇÕES:
DOCUMENTOS LATINO-PORTUGUESES E
PORTUGUÊS PAULISTA MODERNO**



ARARAQUARA – S.P.
2011

KELLY CRISTINA TANNIHÃO

**ESTUDO DIACRÔNICO DO USO DAS PREPOSIÇÕES:
DOCUMENTOS LATINO-PORTUGUESES E
PORTUGUÊS PAULISTA MODERNO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática: variação e mudança do português: morfologia e sintaxe

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Andrade Berlinck

Co-orientador: Prof. Dr. João Batista Toledo Prado

Bolsa: FAPESP (Processo 2009/04333-9)

ARARAQUARA – S.P.
2011

Tannahão, Kelly Cristina

Estudo diacrônico do uso das preposições: documentos latino-portugueses e português paulista moderno / Kelly Cristina Tannahão - 2011

124 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

ORIENTADOR: ROSANE ANDRADE BERLINCK

1. Preposição. 2. Variação lingüística. 3. Latim. 4. Português. 5. Apagamento preposicional. 6. Diglossia. I. Título.

KELLY CRISTINA TANNIÃO

ESTUDO DIACRÔNICO DO USO DAS PREPOSIÇÕES: DOCUMENTOS LATINO-PORTUGUESES E PORTUGUÊS PAULISTA MODERNO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática: variação e mudança do português: morfologia e sintaxe

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Andrade Berlinck

Co-orientador: Prof. Dr. João Batista Toledo Prado

Bolsa: FAPESP (Processo 2009/04333-9)

Data da qualificação: 11/11/2010

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Rosane Andrade Berlinck - UNESP - Araraquara

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Brunno Vinícius Gonçalves Vieira – UNESP - Araraquara

Membro Titular:

Prof.^a Dr.^a Verena Kewitz – USP – São Paulo

Membro Titular:

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Especialmente à minha família:
Norivaldo, meu pai
Raquel, minha mãe
Biana, Bruna e Felipe, queridos irmãos
André, querido noivo e companheiro
Dalva, minha avó,
pelo carinho e apoio;
E também à Rosane e ao João, meus pais
acadêmicos, pelo incentivo e confiança.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus queridos orientadores,

Rosane de Andrade Berlinck e João Batista Toledo Prado.

Obrigada por tudo!

Agradeço também aos professores que, sempre tão prontamente,

atendem ao meu pedido de ajuda.

Brunno Vieira e Márcio Thamos!

Ao Brunno, também pelas leituras e sugestões!

Muito obrigada!

Às professoras Maria Filomena Gonçalves e Verena Kewitz,

pelas leituras cuidadosas e pelas críticas e sugestões produtivas!

À Beatriz Gameiro, que muito gentilmente me ajudou na coleta dos dados portugueses.

Obrigada!

À FAPESP, pela bolsa concedida.

A meus pais, Norivaldo e Raquel,

pelo incentivo, pelo apoio e pelo amor incondicional!

Minha eterna gratidão!

Aos meus irmãos, Fabiana, Bruna e Felipe,

especialmente à Bruna,

que dividiu comigo a tarefa de digitalizar os textos latinos!

Obrigada!

À minha avó, Dalva, pelas rezas poderosas!

Ao André, pelas consultorias e ajudas técnicas,

pelo amor e carinho!

RESUMO

Partindo da concepção de que as línguas não constituem realidades estáticas, a presente pesquisa trabalha com duas sincronias linguísticas, focalizando as mudanças morfossintáticas sofridas pelo sistema das preposições, de forma a identificar convergências entre essas variedades linguísticas. A primeira sincronia é um estágio do processo de evolução do sistema latino. Para isso, é utilizada a coleção de documentos e textos medievais intitulada *Portugaliae Monumenta Historica*, que datam do século VIII ao século XV. A coleção consta de quatro partes, das quais se trabalha com uma amostragem dos fascículos 1, 3 e 5 da parte intitulada *Leges et Consuetudines*. O material estudado abrange as cartas constitutivas dos municípios, ou forais, e foi publicado entre 1856-1868. Nessa sincronia, as preposições analisadas são: *ad*, *cum*, *de* e *in*. Para a outra sincronia, trabalha-se com um corpus de redações escritas por estudantes que estejam concluindo ou que tenham concluído o ensino médio na rede paulista de ensino, especificamente nas cidades de Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina. Para o estudo dessa sincronia, as preposições analisadas são: **a**, **com**, **de**, **em**, **para** e **por**, que constituem as preposições mais gramaticalizadas no português. Considera-se que há diglossia nas duas sincronias: na primeira, por haver uma língua usada na fala e outra na escrita; e, na segunda, por haver uma variedade falada e outra escrita; ou seja, são utilizadas variedades diferentes, sendo que a forma representada pela escrita das duas sincronias é aprendida com a educação formal. Os objetivos do trabalho são: (i) fazer um estudo do uso do emprego das preposições e dos casos regidos por elas em um estágio tardio do sistema latino; (ii) analisar o português paulista moderno, considerando o comportamento das preposições, dando ênfase a seu apagamento em determinadas funções; e (iii) relacionar as informações obtidas nas duas análises com o intuito de construir um quadro de convergências no emprego do sistema prepositivo. A pesquisa tem caráter histórico e adota a abordagem funcionalista dos estudos linguísticos e a Teoria da Variação e Mudança Linguísticas. Para sistematização da descrição dos dados, foi utilizado o programa estatístico GOLDVARB. Com as análises foi possível comprovar que há “vazamento” da diglossia nas duas sincronias, ou seja, nos dois estágios linguísticos, traços da língua ou variedade falada penetram a língua ou variedade utilizada na escrita. Além disso, foi possível constatar que a frequência de ocorrência das preposições nos dois estágios linguísticos estudados é muito semelhante e que as preposições mais suscetíveis de variação são as mesmas nas duas sincronias.

Palavras –chave: Preposição. Variação linguística. Latim. Português.

ABSTRACT

Leading from the idea that the languages are not static realities, this research works two linguistic synchronies, focusing the morphosyntactic changes made by the system of prepositions, in order to identify similarities among these linguistic varieties. The first synchrony is a process phase of evolution for the Latin system. Therefore, it is used the collection of documents and medieval texts that is called *Portugaliae Monumenta Historica*, dating from the eighth to the fifteenth century. The collection consists in four parts, of which are together worked with a sampling of issues 1, 3 and 5 of the part called *Leges et Consuetudines*. The studied material includes the charters of cities, and it was published in 1856-1868. In this study, the analyzed prepositions are: *ad, cum, de* and *in*. To synchrony the other one, is used a corpus of essays written by students who are completing or have completed high school in the São Paulo network of education, specifically in the cities of Ribeirão Preto, Rio Claro and Itirapina. To study this synchrony, the analyzed prepositions are: *a, com, de, em, para e por*, which constitute the most grammaticalized prepositions in Portuguese. It is considered that there is a diglossia in the two synchronies: first, because there is one language used in speaking while there's another used in writing; and second, because there is a variety spoken and another variety written; that is, different varieties are used, and the shape represented by the writing of two synchronies is learned through formal education. The study aims to: (i) make a study of the use of prepositions and employment cases governed by them at a later stage of the Latin system; (ii) analyze the modern Brazilian pattern of language from the state of São Paulo, considering the positioning of prepositions, emphasizing its erasing related with some functions; and (iii) make a relation between the obtained information in the two studies and the intention to construct a chart of similarities in the use of prepositions. The research has an historical character and adopts the approach of a functionalist theory of language studies and the Linguistic Variation and Change Theory. To systematize the description of the data, we used the statistical program GOLDVARB. It was possible to prove, with these studies, that there is a "leaking" of the diglossia in the two synchronies, that is, features of variety spoken penetrate the variety written in the two linguistic stages. Besides, it was possible to claim that the frequency of the use of prepositions in the two studied linguistic stages is very similar and that the prepositions more susceptible to changes are the same in the two synchronies.

Keywords: Preposition. Linguistic Variation. Latin. Portuguese.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Frequência de uso das preposições no primeiro fascículo	p.60
Gráfico 2 Frequência de uso das preposições no fascículo 3 e 5	p.61
Gráfico 3 Diferença na frequência de uso das preposições nos fascículos 1 e 3 e 5	p.62
Gráfico 4 Índice de variação no emprego da preposição ou do caso regido por ela	p.63
Gráfico 5 Porcentagem de variação de acordo com o tipo de variação encontrada	p.68
Gráfico 6 Preposições mais frequentes nos dados do português paulista, considerando-se suas realizações e não-realizações	p.101
Gráfico 7 Apagamento preposicional segundo a construção sintática	p.101
Gráfico 8 Índice de apagamento de cada preposição	p.102
Gráfico 9 Índices de frequências de uso das preposições em dois estudos	p.103
Gráfico 10 Variação na realização das preposições, de acordo com as cidades estudadas	p.104
Gráfico 11 Comparação da frequência no uso das preposições nos fascículos 3 e 5 dos documentos latino-portugueses e no português paulista moderno	p.111
Gráfico 12 Frequência na variação do emprego das preposições nos fascículos 3 e 5 e no português paulista moderno	p.112

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Cidades de Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina

p.73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Formalismo e Funcionalismo segundo Dell Hymes (1974)	p.22
Quadro 2	Formalismo e Funcionalismo segundo Dik (1978/1981)	p.23
Quadro 3	Preposições essenciais	p.42
Quadro 4	<i>Continuum</i> de gramaticalização das preposições	p.42
Quadro 5	Periodização da língua portuguesa	p.47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Frequência de uso das três estratégias de relativização em quatro períodos, considerando somente sintagmas preposicionados	p.88
Tabela 2 Distribuição dos SPreps relativizados com e sem preposição por função Sintática	p.89
Tabela 3 Frequência de uso das estratégias de relativização no PE falado	p.90
Tabela 4 Porcentagem de uso de relativas no PB falado	p.90
Tabela 5 Porcentagem de uso das estratégias não-padrão no PB falado	p.91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Página de <i>Leges et Consuetudines</i>	p.52
Figura 2 Página de <i>Leges et Consuetudines</i>	p.53
Figura 3 Perda dos casos latinos em quatro estágios	p.107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.13
1 SUBSÍDIOS REFERENCIAIS.....	p.21
1.1 Pressupostos teóricos	p.21
1.1.1 A perspectiva funcional da linguagem.....	p.21
1.1.1.1 A perspectiva social da linguagem.....	p.27
1.1.1.2 Uma abordagem da Gramaticalização.....	p.32
1.2 As preposições.....	p.35
1.2.1 Algumas definições	p.35
1.2.2 Abordagem histórica.....	p.36
1.2.3 Síntese de alguns estudos sobre preposições.....	p.38
1.2.4 Preposições abordadas.....	p.41
2 AS PREPOSIÇÕES NOS DOCUMENTOS LATINO-PORTUGUESES.....	p.45
2.1 Córpus.....	p.45
2.2 Metodologia.....	p.54
2.2.1 Variáveis.....	p.57
2.3 Análise e discussão dos resultados.....	p.60
3 AS PREPOSIÇÕES NO PORTUGUÊS PAULISTA MODERNO.....	p.72
3.1 Córpus.....	p.72
3.2 Metodologia.....	p.74
3.2.1 Variáveis.....	p.75
3.3 Análise e discussão dos resultados.....	p.79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.115
ANEXOS.....	p.122
ANEXO A – Capa de <i>Leges et Consuetudines</i>.....	p.122
ANEXO B – Exemplo de redação de Ribeirão Preto.....	p.123

INTRODUÇÃO

As línguas não constituem uma realidade estática, passando por variações constantes e ininterruptas ao longo do tempo. A esse processo dá-se primeiramente o nome de **variação**, e tal variação pode chegar a constituir uma **mudança linguística**. Ao se considerar esse fato, conclui-se que a língua é sempre resultado de um longo processo histórico, ou seja, “[...] o português escrito por Camões não é o português de Vieira e menos ainda o de Machado de Assis [...]” (CART, 1986, p.5).

Nesse processo, nem toda variação implica, necessariamente, mudança, mas toda mudança implica, necessariamente variação (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994).

Há mudança em todos os níveis estruturais da língua, desde a pronúncia até a semântica ou pragmática; assim, as mudanças podem ser fonético-fonológicas, lexicais, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

Elas ocorreram e ocorrem na história de toda e de qualquer língua; logo, não poderia ser diferente com o Latim. A língua latina pertence à grande família linguística indo-europeia – a que, segundo Câmara Júnior (1975), também se filiam tantas outras línguas antigas e modernas da Europa e da Ásia. Nesse processo de evolução¹, ela, que é uma evolução do indo-europeu, deu origem às línguas chamadas neolatinas ou românicas (CLACKSON; HORROCKS, 2007).

Havia, em Roma, uma língua falada, muitas vezes chamada de *latim vulgar*, muito mais livre e variável, diferente da língua escrita ou literária das pessoas letradas. De acordo com Silva Neto (1957), essa variedade era complexa e não obedecia às normas rigorosas por que se pautava a língua escrita. Tais variedades linguísticas, língua literária e língua popular, coexistiam, mas, por sua maior variação e flexibilidade, foi o latim corrente que deu origem às línguas neolatinas, como explica Câmara Júnior (1975, p.22-23):

Na realidade, o latim vulgar é o que corresponde essencialmente ao nosso conceito de língua viva. O latim clássico só era língua viva na medida em que recebia influência do latim vulgar e se tornava, com isso, mais maleável e mesmo um tanto dinâmico.

Na realidade, o latim vulgar só se define como um contraste com a norma ideal do latim clássico. Não é uma unidade linguística em qualquer momento

¹ Estamos usando o termo *evolução* em um sentido técnico, como equivalente a mudança. Não pretendemos sugerir com isso qualquer idéia de “progresso”, usualmente associada a essa palavra.

de sua história. Diversifica-se em dialetos sociais e, diacronicamente, é uma continuidade de mudanças.

É justo dizer que as línguas românicas provêm do latim vulgar, no sentido relativo de que resultaram de um latim dinâmico, essencialmente de língua oral, em processo de perene evolução.

Foi, portanto, o latim corrente que, diferenciando-se, deu origem às línguas românicas. Entre as mais representativas, listam-se o romeno, italiano, francês, castelhano ou espanhol, português, catalão, dalmático, provençal e galego.

Nesse processo evolutivo do latim às línguas românicas, ocorreram várias mudanças linguísticas, entre elas, a desflexionalização nominal. Nas línguas sintéticas, como é o caso do Latim e também era o do indo-europeu, há a presença de indicadores de funções amalgamados, chamados de casos ou sistema casual. Esse sistema consiste no uso de uma desinência responsável pela marcação da função na palavra, o que permite uma maior flexibilidade na ordem dos elementos da construção, pois o estabelecimento das relações sintáticas não depende da ordem e sim desses indicadores morfossintáticos.

Ainda nesse processo, com muitas formas idênticas para expressar casos diferentes e com uma tendência ao apagamento de segmentos sonoros do final das palavras, o que tornava as desinências casuais semelhantes e, conseqüentemente, mais ambíguas, as preposições se tornaram imprescindíveis e, ao longo do tempo, houve uma gradual eliminação do sistema casual - que era constituído de cinco casos principais: nominativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo – e a fixação da ordem das palavras na frase.

Em relação ao uso de preposições, a seguir, há um epitáfio cristão datado do séc. II d.C. em que já aparece o modelo padrão português, no qual há a preposição (seguida de ablativo) ao invés da declinação de genitivo: “*de Deo munus* (dádiva de Deus)”, ao invés da construção clássica “*Dei munus*” (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p.26).

No latim, as preposições “[...] são freqüentemente, em sua origem, advérbios de sentido local mais ou menos estendido [...]. Do latim ao português o emprego das preposições se estende ainda. No português, a preposição introduz nomes em muitas outras funções além de adjuntos adverbiais [...]” (CART, 1986, p.85).

Devido à revalorização das preposições, inicialmente no latim e depois no português, elas têm seu emprego e sentido expandidos, apresentando hoje usos ampliados em relação aos que eram feitos na língua latina: o sentido concreto e local, que tinham no latim clássico, estende-se também para um sentido mais abstrato e amplo, que têm no português.

Dessa forma, algumas preposições usadas no latim, geralmente como indicadores mais ou menos concretos de localidade, podem ser utilizadas, no português, para diferentes funções

e, ainda, as preposições, que tiveram sua função revalorizada pela necessidade que uma língua menos sintética impunha, passam a sofrer um processo de apagamento em certas construções, processo inverso ao que ocorreu na passagem do latim para as línguas neolatinas.

Esse processo de variação que se analisa em relação às preposições, primeiro sendo revalorizadas no latim mais tardio e depois nas línguas românicas e, posteriormente, podendo ser apagadas em alguns contextos sem que sua omissão prejudique o sentido do enunciado, ou seja, a passagem de casos>preposição>apagamento dessa preposição pode-nos remeter a um processo cíclico de variação, o que pode reportar às formas de futuro, que, na evolução do latim ao português, ora assumiram formas simples, ora formas perifrásticas, também em um processo cíclico de variação.

De acordo com Ali (1964), a forma de futuro do português, bem como a de outras línguas românicas, constituiu-se da junção do presente e do pretérito do verbo *habere* (haver) com o infinitivo do verbo principal, ou seja, *amare habeo* e *amare habebam* (CAMARA Jr, 1975, p.132), respectivamente. O uso da forma analítica, em detrimento da forma sintética, no latim, explica-se, segundo Coseriu (1977), por fatores morfológicos, estilístico-semânticos e históricos. O autor afirma que, no futuro sintético, em latim vulgar, confunde-se [w] e [b] e, com isso, há a confusão entre certas formas, como *amabit* e *amauit*, ou seja, a forma de futuro e a forma de perfeito do indicativo, por exemplo. Diante disso e com a tendência de se fazer uso de formas analíticas, no latim vulgar, o futuro era expresso por construções perifrásticas.

Em português, a desinência modo-temporal *-ei* provém da forma *hei*, do verbo *haver* (SILVA, 2006). Nessa evolução da forma de futuro, verifica-se um processo cíclico, ou seja, a forma sintética do latim clássico (*amabit*) passa à forma analítica do latim vulgar (*amare habeo*); em português, assume novamente a forma sintética (*amarei*) e, segundo estudo de Silva (2006, p.29), atualmente a forma analítica (*vou amar*) tem “desfrutado posição hegemônica” em relação à forma sintética (*amarei*). Ainda não é possível traçar os caminhos que a variação das preposições percorrerá, afinal, o processo ainda se encontra em andamento; o que se pode afirmar é que há fenômenos linguísticos cíclicos, como o das formas de futuro, o que pode evidenciar uma ciclicidade linguística.

Esses fatos são exemplos de variação e mudança e ilustram a metáfora de Skutsch (apud SILVA NETO, 1957, p.54), de que a língua viva é um rio que nunca deixou de correr, embora haja sobre ele uma fina camada de gelo - que representa a língua escrita - camada que pode sofrer algumas “casuais quebras da superfície”.

No que diz respeito às discussões sobre a diacronia das preposições, o presente trabalho visa a traçar relações de semelhanças entre o processo de evolução de duas línguas. Assim, são abordadas duas sincronias linguísticas, enfocando as mudanças morfossintáticas sofridas pelo sistema das preposições. A primeira delas é um estágio do processo de evolução do sistema latino e a segunda reúne o estudo da realização do sistema prepositivo em três localidades do português paulista moderno.

O trabalho é baseado na abordagem funcionalista da linguagem e, nesse contexto teórico, adota a proposta teórico-metodológica da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2001), além de se utilizar de alguns conceitos da gramaticalização.

Como já citado, a primeira sincronia é um estágio do processo de evolução do sistema latino, o latim medieval. Para estudo dessa sincronia, é utilizada a coleção de documentos e textos medievais intitulada *Portugaliae Monumenta Historica*, datados do século VIII ao século XV. A coleção consta de quatro partes, das quais trabalha-se com *Leges et Consuetudines* (HERCULANO, 1856-1868), publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa entre 1856 e 1868. A parte estudada, ou seja, *Leges et Consuetudines*, é composta por 7 fascículos, destes, foram analisados os fascículos 1, 3 e 5. A publicação do fascículo 1 data de 1856; a do 3, de 1863; e a do 5, de 1866.

Para a outra sincronia, trabalha-se com um corpúsculo de redações escritas por estudantes que estejam concluindo ou que tenham concluído o ensino médio, na rede paulista de ensino, especificamente nas cidades de Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina.

Para constituição do corpúsculo, os textos foram escolhidos porque se julga que tenham, como ponto em comum, o fato de terem sido escritos sob um padrão que não é o que se utiliza cotidianamente. Em outras palavras, os textos latinos foram escritos em latim, em uma época em que já não se falava latim, ou seja, tentavam seguir uma norma que não era a utilizada comumente e que, de alguma forma, era artificial. Da mesma forma, em textos escolares, os estudantes tentam reproduzir um padrão que, muitas vezes, difere bastante do uso efetivo da língua.

A escolha das duas sincronias se justifica, assim, com base no conceito de diglossia. Ferguson (1974, p.111) assim a define:

Diglossia é uma situação linguística relativamente estável na qual, além dos dialetos principais da língua (que podem incluir um padrão ou padrões regionais), há uma variedade superposta, muito divergente, altamente codificada (na maioria das vezes gramaticalmente mais complexa), veículo

de um grande e respeitável corpo de literatura escrita, quer de um período anterior, quer de outra comunidade linguística, que é aprendida principalmente através da educação formal e usada na maior parte da escrita e fala formais, mas que não é usada por nenhum setor da comunidade na conversação usual [...].

Fishman (apud HEYE, 2006) estende o conceito de Ferguson e, segundo Heye, (2006, p.72-74) propõe que:

A diglossia, agora, deveria ser equacionada com a totalidade do contínuo entre variação estilística e o multilingüismo, mas com uma ressalva: as distinções linguísticas, sejam elas sutis ou em grande escala, devem ser diferenciadas funcionalmente [...].

Diglossia [...] é visto como algo social (societal) que remete à distribuição funcional de um certo número de variedades que, por sua vez, servem a necessidades comunicativas diferentes [...].

Podemos dizer que a diglossia ‘vaza’ quando distinções começam a desaparecer, ou seja, quando uma variedade invade os domínios de outra variedade [...].

Por isso, neste estudo, considera-se que se encontra diglossia nas duas sincronias: na primeira, como afirma Hall (apud CASTRO, 1991), no latim tardio, observa-se a existência de uma língua materna e outra não materna, sendo a materna raramente usada para escrever, ou seja, há uma língua usada na fala cotidiana – o português - e outra na escrita – o latim-, usada como língua de comunicação escrita, como língua franca; e, na segunda, como afirma Mary Kato (apud SILVA, 2004a, p.110), porque há uma situação diglósica no caso de estudantes que, vindo de classes populares brasileiras, “são obrigados a adquirir uma nova gramática, no sentido paramétrico desse termo, a do português padrão, que persegue uma tradição que busca ainda transmitir regras sintáticas próprias ao português europeu”. Assim, o estudante tenta aprender uma variedade da língua, mas como se fosse uma segunda língua, o que constitui um tipo de diglossia que separa as variantes cultas das variantes populares, situação que pode ser observada pela análise da fala e da escrita de estudantes brasileiros (SILVA, 2004b). Desse modo, também no português atual, verifica-se uma variedade falada e outra escrita, ou seja, são utilizadas variedades diferentes. Vê-se, então, que a forma das duas sincronias – português e latim - representada pela escrita é aprendida com a educação formal.

Desse modo, de acordo com o conceito proposto por Fishman, o que se pretende estudar é o “vazamento” da diglossia, ou seja, quando traços de uma variedade (ou de uma língua) invadem os domínios da outra. Em outras palavras, em ambos os casos, ao se tentar reproduzir algo, muitas vezes artificial, podem-se deixar transparecer, em registros escritos,

variações linguísticas presentes na fala, variações essas que constituíram, ou podem vir a constituir, uma mudança, afinal “[...] nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade [...]” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.126).

Como justificativa para o estudo dos processos referentes ao latim tem-se que, diante da ruptura espacial, temporal e linguístico-cultural entre o último falante nativo e a atualidade, o estudo de Latim, por si só, faz-se necessário a fim de lograr êxito na superação da defasagem entre os mundos moderno e antigo. Sobre essa defasagem, Beard e Henderson (1998, p. 20) afirmam que:

A Antiguidade clássica é um tema que existe na defasagem entre nós e o mundo dos gregos e romanos. As questões levantadas pelos clássicos são questões levantadas pela distância que nos separa do mundo “deles” e, ao mesmo tempo, pela proximidade e pela familiaridade desse mundo para nós – em nossos museus, em nossa literatura, em nossas línguas, culturas e modos de pensar [...].

Apesar dessa defasagem, a importância da antiguidade clássica para as sociedades modernas é indiscutível; como lembram os autores, clássicos são mais do que restos físicos, são também a poesia, o teatro, a filosofia, ciência e história escritos no mundo antigo e ainda debatidos como parte de nossa cultura (BEARD; HENDERSON, 1998).

A referência à antiguidade latina implica pensar, imediatamente, em textos, por exemplo, de Virgílio, de Cícero e de Horácio, expoentes do período de Ouro dessa literatura, no entanto, é preciso considerar que outros aspectos da antiguidade devem ser mais estudados, como, por exemplo, a língua corrente, falada pelo povo romano, variedade que é bastante diferente da língua literária cultivada pelos autores acima citados.

Então, assim como o estudo da língua do período áureo da antiguidade clássica se faz necessário, o estudo da variedade chamada *Latim Vulgar* e de estágios posteriores dessa mesma variedade também é essencial para o entendimento de grande parte da cultura moderna. Para citar um único fator, foi esse o caminho percorrido até se chegar às línguas românicas.

Diante dessa necessidade, o presente trabalho se propõe a estudar a morfossintaxe das preposições de um estágio tardio do latim, preocupando-se principalmente com o comportamento desse sistema prepositivo no que diz respeito à variação de sua realização, como o emprego da preposição *de* + ablativo ao invés de um genitivo, assim como no exemplo dado por Câmara Júnior (1975, p.26): “*de Deo munus* (dádiva de Deus)”, ao invés da

construção clássica “*Dei munus*”; bem como com o emprego dos casos regidos pelas preposições, como, por exemplo, o emprego de um caso acusativo com uma preposição que prevê ablativo. Tal variação pode ocorrer devido à gradual perda de caso do sistema latino e à conseqüente ambigüidade que isso poderia trazer à frase; na construção citada, provavelmente o emprego do genitivo já não era suficiente para expressar a ideia de posse, sendo a ideia recuperada pelo uso da preposição.

Em relação ao apagamento preposicional no português, há vários trabalhos sobre esse processo em orações relativas; entre eles, um dos mais citados é o de Tarallo (1983), que aborda as estratégias de relativização de forma bem sistemática e classifica as estratégias não-padrão em: *relativas copiadoras* - com cópia do elemento a ser relativizado, ex: “Mas ela tinha um primeiro namorado que ela gostava dele pra caramba” (TARALLO, 1983, p.73); e *relativas cortadoras* - com apagamento da preposição que introduz o elemento relativizado, ex: “Mas ela tinha um primeiro namorado, que ela gostava pra caramba” (TARALLO, 1983, p.75).

No entanto, verifica-se apagamento preposicional também em outras construções, diferentes das relativas, e julga-se que essa abordagem seja relevante para a descrição do atual estágio do português paulista e também para a de outras variedades do português.

Diante disso, o presente trabalho se propõe a analisar as preposições, do latim medieval e do português paulista moderno, relacionando, sempre que possível, as motivações linguísticas, - como, por exemplo, em relação ao latim, a perda do sistema casual e sua gradual substituição por formas analíticas, e a exigência de uma ordem frasal mais fixa nas línguas românicas, ou a gradiência de gramaticalização das preposições no português moderno, que pode fazer com que algumas preposições não sejam realizadas em determinadas construções; e as motivações sociais de seu surgimento, permanência e apagamento, como, por exemplo, objetivo do texto, escolaridade ou formação de quem o produz, nível de monitoramento ao empregar as formas, etc.

Desse modo, a pesquisa pretende, em primeira instância, colaborar com os estudos de latim em um estágio pouco estudado da língua, principalmente no Brasil - o latim medieval; e, em segunda instância, relacionar o estudo sobre as preposições no português paulista moderno, sempre que possível, com os fatos linguísticos observados na primeira parte da análise desse estudo. Tal confluência pode ter um importante significado para a descrição das línguas, sob a ótica diacrônica, fato que pode ser de grande valor para a linguística histórica.

Assim, a pesquisa objetiva: (i) fazer um estudo focalizando o comportamento das preposições e dos casos regidos por ela em um estágio tardio do sistema latino; (ii) analisar o

português paulista moderno, considerando o comportamento morfossintático das preposições, de forma a construir um painel de seus empregos na língua portuguesa corrente nas cidades paulistas estudadas, dando ênfase a seu apagamento em determinadas construções; (iii) e, por último, relacionar as informações, obtidas com as duas análises anteriores, com o intuito de construir um quadro de convergências dos processos investigados.

O trabalho tem objetivo descritivo-interpretativo e, a partir daqui, encontra-se dividido em 4 seções. A primeira compõe a parte teórica da pesquisa; a segunda e a terceira são dedicadas às análises, respectivamente, do latim e do português. A parte seguinte apresenta as convergências encontradas na análise das duas sincronias linguísticas. Na sequência, apresentam-se as referências, seguidas dos anexos.

A seção teórica é composta por duas partes: os pressupostos teóricos e as preposições. Da primeira, faz parte a perspectiva funcionalista da linguagem, que engloba a perspectiva social da linguagem e uma abordagem da gramaticalização. A segunda contém algumas definições sobre as preposições; uma abordagem histórica; uma síntese de pesquisas desenvolvidas sobre elas, bem como as preposições abordadas no estudo.

As seções dedicadas às análises, tanto do latim, quanto do português, estão divididas da mesma maneira: primeiro apresenta-se o cópuz analisado; a seguir, expõe-se a metodologia, que contém as variáveis; e, por fim, há a análise e discussão dos dados.

Após essas seções, são apresentadas as considerações finais, que contém o quadro de convergências traçadas por meio das análises dos dados das duas sincronias linguísticas investigadas.

Conforme acima exposto, na sequência, apresenta-se a seção teórica.

1 SUBSÍDIOS REFERENCIAIS

A presente seção é dividida em duas partes. A primeira aborda os pressupostos teóricos em que se baseiam as análises; ela é composta pela perspectiva funcional da linguagem, que inclui a perspectiva social da linguagem e alguns conceitos da gramaticalização. A segunda é dedicada às preposições; contém algumas definições, uma abordagem histórica, além de uma síntese de estudos realizados sobre elas, e as preposições abordadas no presente estudo.

1.1 Pressupostos teóricos

1.1.1 A perspectiva funcional da linguagem

Para o Funcionalismo, a língua não pode ser desvinculada de suas relações com as diversas maneiras de interação social.

O postulado de que a língua tem funções representou um grande avanço nos estudos linguísticos, na medida em que foi incorporando fatores extralinguísticos na análise linguística. Nessa perspectiva, entende-se que a língua é um sistema orientado para uma finalidade, que é a da comunicação; ou seja, o denominador comum do pensamento funcionalista é que a estrutura das línguas é determinada pelas funções que têm que exercer nas sociedades em que operam (NEVES, 2004).

Nesse sentido, o Funcionalismo é uma das grandes correntes que perpassam a história da linguística. Ao seu lado, encontra-se o Formalismo, escolas que, segundo Castilho (2010), assemelham-se, por exemplo, no reconhecimento das categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais e distinguem-se pela estratégia de abordagem do fenômeno linguístico e no papel conferido a esses sistemas.

Ainda com o objetivo de caracterizar o Funcionalismo, ao lado do Formalismo, Castilho apresenta dois quadros, organizados a partir de Dell Hymes (1974) e Dik (1978/1981), que estão reproduzidos a seguir:

Enunciados como estruturas	Enunciados como manifestação da competência comunicativa
1. Estrutura da linguagem (código) como gramática.	1. Estrutura da fala (ato, evento) como modos de falar.
2. O uso apenas implementa o que é analisado como código. A análise do código vem antes da análise do uso.	2. A análise do uso vem antes da análise do código. A organização do uso revela traços e relações adicionais; mostram-se o código e o uso em relação integral e dialética.
3. Função referencial: usos plenamente semantizados como norma.	3. Escala de funções estilísticas ou sociais.
4. Elementos e estruturas entendidos como analiticamente arbitrários.	4. Elementos e estruturas etnograficamente adequados.
5. Equivalência funcional das línguas. Todas as línguas são potencialmente iguais.	5. Diferenciação funcional das línguas, variedades e estilos. As línguas não são necessariamente iguais.
6. Código e comunidade únicos e homogêneos	6. Comunidade de fala como matriz de repertórios e estilos de fala (“organização da diversidade”).
	7. Consideram-se aceitos, ou se postulam arbitrariamente, conceitos como comunidade de fala, ato de fala, competência do falante, funções da fala e da linguagem.

Quadro 1 - Formalismo e Funcionalismo segundo Dell Hymes (1974)

Fonte: Castilho, 2010, p.65-66

Paradigma Formal	Paradigma Funcional
1. A língua é um conjunto de sentenças.	1. A língua é um instrumento de interação social.
2. A função primária da língua é a expressão dos pensamentos.	2. A função primária da língua é a comunicação.
3. O correlato psicológico da língua é a competência: a capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças.	3. O correlato psicológico da língua é a competência comunicativa: a habilidade de conduzir a interação social por meio da língua.
4. O estudo da competência tem uma prioridade lógica e metodológica sobre o estudo do desempenho.	4. O estudo do sistema linguístico deve ter lugar no interior do sistema de usos linguísticos.
5. As sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto em que ocorreram.	5. A descrição dos elementos linguísticos de uso de uma língua deve proporcionar pontos de contato com o contexto em que ocorreram.
6. A aquisição da língua é inata. Os <i>inputs</i> são restritos e não estruturados. A teoria do estímulo é pobre.	6. A criança descobre o sistema que subjaz à língua e ao uso linguístico ajudada por <i>inputs</i> de dados linguísticos extensos e altamente estruturados, presentes em contextos naturais.
7. Os universais linguísticos são propriedades inatas do organismo biológico e psicológico dos homens.	7. Os universais linguísticos são especificações inerentes às finalidades da comunicação, à constituição dos usuários da língua e aos contextos em que a língua é usada.
8. A sintaxe é autônoma em relação à semântica. A sintaxe e a semântica são autônomas com relação à pragmática, e as prioridades vão da sintaxe à pragmática via semântica.	8. A pragmática é a moldura dentro da qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é dependente da pragmática, e as prioridades vão da pragmática para a sintaxe via semântica.

Quadro 2 - Formalismo e Funcionalismo segundo Dik (1978/1981)

Fonte: Castilho, 2010, p.66

Portanto, a abordagem funcionalista, de modo geral, concebe a língua como um instrumento de comunicação e postula que esta não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura submetida às pressões provenientes das situações comunicativas, que exercem grande influência sobre sua estrutura linguística.

A respeito dessa influência sobre a estrutura, Camacho (1994) afirma que o sistema linguístico não é arbitrário, pois todo o texto, escrito ou falado, foi modelado pelos usos da linguagem; o modo como é organizada a linguagem é funcional porque ela se desenvolve para satisfazer as necessidades humanas.

Neves (2004, p.8) aponta que, na visão funcionalista, como afirma Halliday, “[...] a noção de função se refere ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados [...]”.

Hengeveld (apud NEVES, 2006, p.38) afirma que “[...] o falante primeiro decide com base em um propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para atingir seu propósito, então codifica sua informação gramaticalmente e fonologicamente, e finalmente vai à articulação [...]”. Outro ponto importante do Funcionalismo, e que se opõe ao Formalismo, é a convivência entre instrumentalidade e sistematicidade. Segundo Neves (2004, p.22),

[...] Mackenzie (1992), que segue a linha funcionalista de Dik, afirma que a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa a explicar regularidades dentro das línguas e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua. A gramática funcional ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade do uso da língua. Isso não equivale a dizer que gramática funcional é uma espécie de guarda-chuva que abarca todos os tipos de trabalho, tanto gramaticais quanto pragmáticos; ao contrário, afirma Mackenzie, há uma tradição coerente da gramática funcional ligando explicitamente construções linguísticas a constelações pragmáticas.

O Funcionalismo também não vê a língua apenas como objeto autônomo:

[...] A língua (e a gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. A gramática funcional, aponta Nichols (1984, p. 97), embora analise a estrutura gramatical, inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do

evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo [...] (NEVES, 2004, p.3).

Castilho (2010) admite, reafirmando Dik, que a língua é um instrumento de interação social, que tem como correlato psicológico a competência comunicativa, ou seja, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem; dessa forma, as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em determinadas situações.

Por sua vez, em uma tentativa de sintetizar as premissas da corrente, Neves (2006, p. 16) lista lições básicas de uma gramática de direção funcional, que estão reproduzidas abaixo:

- A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (PRIDEAUX, 1987).
- A língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicada como um sistema autônomo (GIVÓN, 1995).
- As formas da língua são meios para um fim, não fins em si mesmas (HALLIDAY, 1985).
- Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (DIK, 1978, 1980, 1989a, 1997; GIVÓN, 1984; HENGEVELD, 1997).
- A gramática inclui o embasamento cognitivo das unidades linguísticas no conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (BEAUGRANDE, 1993).
- Existe uma relação não-arbitrária entre a instrumentabilidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (MACKENZIE, 1992).
- O falante procede a escolhas, e a gramática organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas (HALLIDAY, 1973, 1985).
- A gramática é susceptível às pressões do uso (DU BOIS, 1993), ou seja, às determinações do discurso (GIVÓN, 1979b), visto o discurso como a rede total de eventos comunicativos relevantes (BEAUGRANDE, 1993).
- A gramática resolve-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (DU BOIS, 1985).
- O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa (MARTINET, 1994).

Ainda com o objetivo de sintetização das características da corrente, Neves (2006, p.17) aponta os pontos centrais numa gramática funcionalista: “o uso (em relação ao sistema); o significado (em relação à forma); o social (em relação ao individual)”.

Assim, nessa corrente linguística e também no presente estudo, levam-se em consideração as possibilidades da estrutura linguística e as funções que se quer atingir na comunicação, pois, como afirma Neves (2004, p.37), “[...] entende-se, assim, que o

comportamento sintático semântico pode ser mais bem explicado dentro de um esquema que leve em conta a interação de forças internas e externas ao sistema [...]”.

Entendendo-se que a observação de usos linguísticos representa a própria observação do funcionamento da linguagem (NEVES, 2006), o presente trabalho adota a concepção geral do funcionalismo, desvinculado de propostas de escolas específicas, considerando-se que “[...] o funcionalismo é uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que servem as unidades linguísticas [...]” e é exatamente este o embasamento do trabalho, observar as unidades linguísticas considerando-se a finalidade a que servem (NEVES, 2006, p.17).

Como brevemente exposto, o Funcionalismo é uma das grandes correntes que perpassam a linguística. Há algumas teorias que compartilham do arcabouço teórico funcionalista, ou seja, entre outros pontos, consideram que a estrutura linguística não é um objeto autônomo. Entre essas teorias estão a Sociolinguística, ou Teoria da Variação e Mudança Linguística, e a Teoria da Gramaticalização, que são consideradas abordagens funcionalistas.

Assim, tanto a Sociolinguística como a Gramaticalização são abordagens teóricas que privilegiam a língua em funcionamento, ou seja, consideram as estruturas linguísticas como objetos não autônomos, sujeitos às pressões do uso, portanto estruturas dinâmicas e suscetíveis a constantes variações e a possíveis mudanças.

Há vários pontos em comum entre a Sociolinguística e a Teoria da Gramaticalização, no entanto, essas teorias se diferenciam principalmente no que diz respeito ao estágio de variação do fenômeno que permitem estudar, pois a Sociolinguística consegue observar o processo de variação, enquanto a Teoria de Gramaticalização procura investigar os caminhos percorridos por um processo que se encontra em um estágio mais avançado de variação, é como se a primeira observasse o processo, e a segunda, o produto da variação.

Desse modo, no presente trabalho, adota-se a abordagem funcionalista da linguagem e, dentro dessa perspectiva, os pressupostos gerais da Sociolinguística e da Gramaticalização, de forma a ter subsídios teóricos suficientes para analisar a língua em uso, em funcionamento, considerando-se que os usos a condicionam, dentro dos limites permitidos pelo sistema, ou seja, são consideradas as possibilidades da estrutura linguística e as funções que se quer atingir na comunicação.

A seguir, apresenta-se a perspectiva social da linguagem e uma abordagem da teoria da Gramaticalização.

1.1.1.1 A perspectiva social da linguagem

De acordo com Faraco (2005), a Sociolinguística estuda as relações sistemáticas entre formas linguísticas variantes e determinados fatores sociais. Assim, nessa perspectiva, amplia-se o estudo da variação, acrescentando-lhe a dimensão social como fator de diferenciação.

Surgida no início da década de 60, a Sociolinguística rompeu com a ideia de homogeneidade linguística até então defendida pelo Estruturalismo. Esse modelo teórico postulava que sistematicidade e variabilidade se excluía mutuamente, e seus seguidores, ao postularem cada vez mais sistematicidade na língua, comprometiam-se com a concepção simplista de um idioleto homogêneo e não conseguiam explicar peculiaridades, ou seja, variações linguísticas nos falantes e nos idioletos estudados (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.87), sobre essa postura, afirmam que, apesar da concepção Estruturalista, “[...] a maioria dos lingüistas reconhece a evidência que demonstra que a mudança lingüística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação lingüística [...]”; assim, havia um paradoxo a ser resolvido, pois o Estruturalismo tinha dificuldade de conciliar a mudança linguística e o conceito de estrutura homogênea.

Apesar de o paradoxo existente entre sistema e mudança representar a principal contradição desse modelo, a rígida oposição estabelecida entre a dicotomia saussuriana - sincrônico e diacrônico – constituía-se em uma das vigas fundamentais para a sustentação dessa teoria (LUCCHESI, 2004).

Tentando superar essa contradição, diferentemente da postura de Saussure, os linguistas do Círculo de Praga formularam que os princípios da mudança deveriam ser analisados levando em conta o sistema afetado e entendiam que o estudo do diacrônico não exclui a noção de sistema (FARACO, 2005).

Sobre a base teórica do Círculo Linguístico de Praga, Lucchesi (2004) afirma que esta pode ser expressa pela articulação da concepção estrutural de língua com a noção de funcionalidade e que essa funcionalidade aplica-se tanto à estruturação interna do sistema linguístico, quanto às funções que o sistema desempenha na sociedade. Então a língua passa a ser concebida como um sistema funcional. Assim, há uma nova etapa no Estruturalismo, que buscou: (i) a formalização de um modelo de análise que permitiu a aplicação dos princípios teóricos gerais de Saussure à análise concreta dos fatos linguísticos; e (ii) a superação da

contradição estabelecida por Saussure entre sistema e mudança, com o objetivo de dar maior concretude à apreensão e representação do objeto de estudo da Linguística.

Com isso, o método estrutural foi estendido à análise da constituição da língua, surgindo o estruturalismo diacrônico. No entanto, Lucchesi (2004, p.159-160) ainda afirma que:

[...] os desafios impostos pela empresa de explicar o desenvolvimento histórico de uma língua – com especial destaque para o grau de exigência empírica que tal empresa exige – só vieram a demonstrar as limitações do método estrutural e confirmar a assertiva de Saussure sobre a impossibilidade da sua utilização no estudo da dimensão histórica do fenômeno lingüístico. As limitações da chamada explicação estrutural-funcionalista para a história das línguas e a sua falta de fundamentação empírica acabaram por pôr em xeque tanto esse esquema explanatório quanto a concepção teórica do objeto de estudo que o fundamentava. Algumas das limitações da abordagem estrutural-funcionalista foram notadas já nos estudos dessa vertente teórica. [...]

Assim, já no seio do estruturalismo diacrônico se observava que, para se dar conta da questão da mudança, era necessário ampliar a visão de língua com a qual se operava. Mas o ponto de vista estrutural-funcionalista, na prática, só permitia ver a mudança como uma função do sistema. A mudança deveria ser sistemática e absoluta [...].

Assim, apesar das importantes reflexões desenvolvidas no âmbito do estruturalismo diacrônico, a questão da mudança linguística ainda não havia sido superada. Essa superação só virá com o surgimento da Teoria da Variação e da Mudança Linguísticas (ou Sociolinguística Variacionista), que propõe um novo aparato teórico-metodológico, baseado em uma maneira diferente de conceber a língua como objeto de estudo. Segundo Lucchesi (2004, p.163):

A afirmação de uma nova maneira de conceber o objeto de estudo ocupa uma posição central no processo de ruptura epistemológica através do qual um modelo teórico sucede a outro na disputa da hegemonia que caracteriza o desenvolvimento histórico de uma ciência. Isso transforma a sociolinguística variacionista num dos candidatos a suceder o estruturalismo como modelo hegemônico no estágio atual da ciência linguística, cuja gênese é definida pelo acirramento da contradição entre mudança e sistema no seio do estruturalismo. A importância dessa contradição pode ser atestada pelo surgimento, não apenas da sociolinguística, mas de um conjunto de escolas que se concentraram na tarefa de desenvolver um modelo que fosse capaz de dar conta de maneira satisfatória da dimensão do fenômeno lingüístico, isto é, dos fatos relativos à variação e à mudança linguística e à interação entre língua e sociedade [...].

A Sociolinguística, então, apresenta a língua como um novo objeto de estudo e propõe uma metodologia para estudá-la. Para resolver a contradição entre mudança e sistema, a

Teoria da Variação e Mudança postulou que a condição normal de uma comunidade de fala é a heterogeneidade e que essa heterogeneidade não é caótica, mas estruturada (LABOV, 1972, 1994). Esse caráter heterogêneo se reflete no fato de que há maneiras alternativas, semanticamente equivalentes, de se dizer a mesma coisa e que “[...] a escolha entre alternativas lingüísticas acarreta funções sociais e estilísticas, num sistema que muda acompanhando as mudanças na estrutura social [...]” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.99).

Um artigo de Fries e Pike, *Coexistent Phonemic Systems*, de 1949 (apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), já levanta a possibilidade de variabilidade e sistematicidade não serem mutuamente excludentes; apesar de o estudo se restringir à Fonologia, o que eles propuseram pode ser estendido ao resto da língua, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006). Dessa forma, a Teoria da Variação e Mudança considera que sistematicidade e variabilidade não se excluem, mas se completam.

No texto *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*, de 1968, Weinreich, Labov e Herzog (2006) apresentam cinco problemas que uma teoria da variação e mudança lingüística deveria resolver:

- **o problema dos fatores condicionantes:** aborda o conjunto de mudanças e condições possíveis para a mudança;

- **o problema da transição:** objetiva definir e analisar o percurso de uma mudança. Labov (2008) desenvolve o problema da transição a partir de um estudo sobre a centralização de (aw) em Martha’s Vineyard. Para o autor, é possível estudar esse problema através de um exame detalhado da distribuição de formas através do tempo aparente, ou seja, através das várias faixas etárias na população atual. Analisando-se as faixas etárias (75 ou mais; 61 e 75; 46 e 60; e 31 e 45 anos), percebe-se uma correlação regular, ou seja, o índice de centralização de (aw) aumenta regularmente conforme diminui a faixa etária, assim, as pessoas mais jovens centralizam mais o (aw), o que constitui o processo de transição da mudança sonora.

- **o problema do encaixamento:** compreende a inserção da mudança no estrutura lingüística e social. Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.122) apontam que “[...] haverá pouca discordância entre os lingüistas de que as mudanças lingüísticas sob investigação devem ser vistas como encaixadas no sistema lingüístico como um todo [...]”. Esse problema é desmembrado em dois: o encaixamento na estrutura lingüística e na estrutura social. Esse problema é exemplificado pela correlação entre a centralização de (aw) e (ay), ambos ditongos decrescentes. Através dessa correlação, Labov (2008) propõe a solução para o problema do encaixamento:

A centralização de (aw) era parte de uma mudança mais geral que começou com a centralização de (ay). Essa mudança inicial procedia de um nível moderado de centralização de (ay) que era provavelmente um traço regional e recessivo, herdado dos primeiros colonizadores da ilha. O aumento de centralização de (ay) começou numa comunidade rural de pescadores ianques, descendentes diretos daqueles primeiros colonizadores. A partir dali, ela se difundiu entre falantes do mesmo grupo étnico de outras profissões e outras comunidades. A variável (aw), estruturalmente simétrica, começou a exibir tendências semelhantes ao processo iniciado com (ay). A mudança também foi adotada pelo grupo indígena vizinho em Gay Head e, uma geração mais tarde, se difundiu pelo amplo grupo de portugueses nas partes mais povoadas da ilha. Nesses dois grupos étnicos, a centralização de (aw) alcançou e ultrapassou a centralização de (ay).

Labov (2008, p.201) ainda afirma que o desenvolvimento seguido pelo processo de centralização sustentaria a opinião de que o condicionamento fonético de (ay) não desempenha um papel importante como motivador da centralização de (aw), mas age mais como “fator condicionante que pode ser eliminado por mudança ulterior”.

- **o problema da avaliação:** consiste em estabelecer a avaliação subjetiva do falante frente à mudança linguística, ou seja, observar o nível de consciência social da mudança, pois a reação do falante desempenha papel fundamental no curso da mudança e pode acelerar ou retroagir tal processo. Ainda no estudo de Martha’s Vineyard, esse problema foi abordado pela análise de indicadores das atitudes subjetivas em relação à vida da ilha, tais como em relação aos turistas de verão, ao seguro-desemprego, ao trabalho no continente, a outros grupos profissionais e étnicos. Verificou-se que o alçamento de (aw) estava correlacionado com a entrada no fluxo principal da vida da ilha de grupos que tinham sido excluídos dela em parte, ou seja, havia um valor social atribuído à centralização de (ay) e (aw): quem queria marcar-se como um nativo centralizava o (aw) e o (ay), quem queria romper seu vínculo com a ilha abandonava a centralização, ou seja, a mudança estava relacionada ao significado social da forma.

- **o problema da implementação:** aborda os mecanismos de implementação, isto é, os estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua que o processo global da mudança linguística pode envolver (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006), ou seja, tanto as pressões internas, estruturais, quanto as pressões sociolinguísticas agem em alternância sistemática no mecanismo da mudança linguística.

Depois de apresentarem esses princípios, os autores listam algumas assertivas que podem ser tomadas como centrais para pensá-los:

1. A mudança lingüística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança lingüística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.
2. A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.
4. A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.
5. As gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.
6. A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer discontinuidades encontradas na mudança lingüística são os produtos de discontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.
7. Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações confinadas a um ou outro aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.125-126).

A Sociolingüística, portanto, concebe a heterogeneidade - ordenada - como condição natural de uma comunidade de fala, afirmando que, em comunidades, que são socialmente heterogêneas, a homogeneidade lingüística é que seria disfuncional (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

Então, por se tratar de um sistema, a língua obedece a regras estruturais, e, por ser usada em comunidades de fala em que a situação normal é a heterogeneidade, o uso sofre variação; dessa forma, a língua não pode ser vista de forma desvinculada da sociedade, ou, em palavras de Meillet (apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.114),

[...] A língua é uma instituição com autonomia própria; deve-se determinar portanto as condições gerais de desenvolvimento a partir de um ponto de vista puramente lingüístico; [...] mas como a língua é [também] uma instituição social, disso decorre que a lingüística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode apelar a fim de explicar a mudança lingüística é a mudança social, da qual as variações lingüísticas são somente

as conseqüências – às vezes imediatas e diretas e, no mais das vezes, mediatas e indiretas [...].

Mesmo sabendo que as mudanças linguísticas emergem das mudanças sociais, mas, muitas vezes, como afirmou Meillet, de forma mediata e indireta, geralmente é difícil relacionar uma mudança linguística a determinado fato social, pois as mudanças são lentas e contínuas e podem ser resultado não de apenas algum fator social, mas sim de toda uma conjuntura. Assim, sempre que possível, deve-se tentar relacionar fenômenos linguísticos a acontecimentos sociais, com a ressalva de que nem sempre essa relação direta é perceptível ou fácil de ser estabelecida.

Corroborando que essa abordagem compartilha pressupostos funcionalistas, Castilho (2010, p.88) afirma que o fato de a Sociolinguística ter ancorado a mudança nos usos da linguagem aproximou esta corrente do campo do Funcionalismo.

1.1.1.2 Uma abordagem da Gramaticalização

Neves (2004, p.113) afirma que Heine et al. apresentam um histórico de pesquisas de “gramaticalização”: ela se inicia na China, no século X; no século XVIII, vai para a França, com Codillac e Rousseau e para Inglaterra, com Tooke; no século XIX, vai para Alemanha, com Bopp, Schlegel, Humboldt, Gabelenz, e para os Estados Unidos com Whitney; chega a Meillet, no século XX, que primeiro introduziu o termo gramaticalização. A partir disso, vários foram os linguistas que começaram a desenvolver pesquisas sobre gramaticalização, principalmente na Alemanha – Lehmann, Heine, Claudi, Hünemeyer – e na Costa Oeste Americana – Givón, Hopper, Traugott, Bybee, Pagliuca, entre outros (GONÇALVES et al., 2007).

Meillet (apud NEVES, 2004, p.113) definiu gramaticalização como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma”, de modo que a transição entre uma palavra lexical e uma forma gramatical é sempre uma espécie de *continuum*.

Hopper e Traugott (apud NEVES, 2004, p.115), igualmente, definem gramaticalização como “processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Nesses termos, a gramaticalização é unidirecional e poderia ser representada em uma escala como: item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional (HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p.7).

Gonçalves et al. (2007, p.19) afirmam que os estudiosos, anteriormente citados, que passaram a desenvolver pesquisas sobre gramaticalização, apesar de alguns pontos de discordância, partilham o mesmo pensamento no que se refere a dois pontos:

- (i) Fazem a distinção entre itens lexicais, signos linguísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um lado, e itens gramaticais, signos linguísticos “vazios”, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro;
- (ii) consideram que as últimas categorias tendem a se originar das primeiras.

Castilho (2010, p.138) expõe que Gramaticalização é, habitualmente, definida como um conjunto de processos por que passa uma palavra, durante os quais: “(i) ela ganha novas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas; (ii) transforma-se numa forma presa; (iii) e pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema”.

Assim, na definição clássica de Gramaticalização, “palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposição, advérbios, auxiliares etc), as quais, em momento posterior, podem vir até mesmo a se tornar afixos” (GONÇALVES et al., 2007, p.20).

No entanto, há várias críticas, principalmente no que concerne à ideia de estaticidade da língua na abordagem clássica de gramaticalização, além da ideia de unidirecionalidade entre itens lexicais e itens gramaticais. Castilho apresenta uma proposta alternativa para abordagem da gramaticalização: a Teoria Multissistêmica. O autor faz algumas objeções à abordagem clássica da gramaticalização. Sobre isso, ele afirma:

Tenho algumas objeções aos estudos funcionalistas sobre a gramaticalização. Postulando a língua como uma entidade em processo, seus pesquisadores acabaram paradoxalmente por assumi-la como uma entidade estática, passível de uma representação linear em que as categorias são dispostas umas após as outras, de tal forma que derivações podem ser estabelecidas entre elas. Tais categorias procedem de campos tão diversos como o léxico, a semântica, o discurso e a gramática (CASTILHO, 2010, p.139).

Assim, o autor adota a segmentação do processo linguístico em multissistemas. Para ele, a língua deve ser tratada como um sistema complexo e integrado, que envolve quatro sistemas linguísticos e os processos a eles relacionados: (i) léxico e lexicalização; (ii) semântica e semantização; (iii) discurso e discursivização; (iv) gramática e gramaticalização (CASTILHO, 2010, p.109). O modelo multissistêmico é regido por três princípios

sociocognitivos: a ativação, ou princípio de projeção pragmática; a reativação, ou princípio de correção; desativação, ou princípio do silêncio² (GONÇALVES et al., 2007).

Assim, desconsiderando-se divergências entre as abordagens apresentadas, considera-se que:

Tanto sob rótulo *gramaticalização* (em sua acepção mais ampla) quanto sob o rótulo de *multissistema*, o que ocorre é que, à medida que as propriedades de uma unidade linguística vão se alterando, ela vai se tornando membro de novas categorias, em razão de uma reanálise categorial, o que permite enquadrar uma mesma forma em categorias diversas (GONÇALVES et al., 2007, p.17).

Os autores ainda apresentam um resumo da escala evolutiva dos estudos de gramaticalização, que se reproduz abaixo:

- (i) a versão de Meillet, que concebe a gramaticalização como passagem do *[lexical] > [gramatical]*;
- (ii) a oferecida por Kurilowicz, que adiciona ao cline de Meillet a passagem do *[- gramatical] > [+ gramatical]*;
- (iii) as versões dos estudos atuais: *[qualquer material linguístico] > [+ gramatical]* (GONÇALVES et al., 2007, p.27).

No presente trabalho, utiliza-se a ideia de que há itens, no caso, preposições, que são mais gramaticais do que outras; dessa forma, uma breve abordagem da gramaticalização se fez necessária porque foi este o critério utilizado para a seleção das preposições estudadas na atual sincronia do português paulista, ou seja, são estudadas as preposições mais gramaticalizadas – como está detalhado em 1.2.4 -, e, por isso, julgou-se relevante a abordagem do processo chamado gramaticalização.

² Castilho propõe que o princípio da ativação se fundamenta no princípio da projeção conversacional; que o princípio de reativação se fundamenta na estratégia de correção pragmática; e que o princípio da desativação se fundamenta na estratégia conversacional de despreferência, ou seja, é o movimento de abandono de propriedades que estavam sendo ativadas (CASTILHO, 2010, p.79-80).

1.2 As preposições

1.2.1 Algumas definições

Segundo Ilari et al. (ILARI et al., 2008, p.623), “[...] o nome ‘preposição’ tem origem nas palavras latinas *prae* e *positio* ou em seu composto *praepositione(m)* e significa ‘posicionar à frente’[...]”, assim, a preposição vem anteposta ao termo regido.

De um modo geral, preposições são definidas como **palavras que relacionam palavras**. De acordo com Cunha (1976, p.377), preposições são “[...] palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração [...]”.

Cunha e Cintra (2008) elaboram a definição anterior, destacando que, ao relacionar dois termos de uma oração, a preposição faz com que o sentido do primeiro (antecedente) seja explicado ou complementado pelo segundo (consequente).

Ali (1964) observa que as preposições cumprem papel análogo ao dos sufixos dos antigos casos oblíquos do latim, ou seja, exceto ao do nominativo, além de acrescentarem noções de lugar, instrumento, meio, posse etc.

Bechara (2009, p.296) define a preposição como “[...] uma unidade desprovida de independência – isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona [...]” e acrescenta as classes gramaticais às quais ela se liga: (a preposição) “[...] se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações [...]”.

Castilho (2009, p.36) estabelece que “[...] as preposições serão consideradas como palavras morfologicamente invariáveis, dotadas semanticamente de um sentido geral de localização, tendo por função sintática ligar palavras e sentenças e por função discursiva assinalar o tópico textual e agregar funções secundárias [...]”. O autor ainda postula que as preposições são operadores de predicação, tomam por escopo a figura, ou antecedente, e o ponto de referência, ou consequente, atribuindo-lhe propriedades semânticas de visibilidade variável. A partir disso, afirma que as preposições mais gramaticalizadas se unem ao ponto de referência para atribuir propriedades semânticas à figura e que, para isso, dependem mais da composicionalidade semântica das construções. Castilho (2009) cita como tipos de predicação exercidos pelas preposições: localização, aspectualização, temporalização, quantificação partitiva e distributiva e tematização.

No que diz respeito à semântica das preposições, Câmara Júnior (1975), afirma que o sistema preposicional funciona em dois planos de significação gramatical: um mais concreto,

que é o das localizações no espaço e, por extensão, no tempo. Disso decorre um segundo plano de empregos modais, com conceituações de estado, origem, posse, finalidade, meio, causa, objetivo etc, conceituações metaforicamente deduzidas dos sentidos mais concretos.

Bechara (2009, p.298), também em relação ao sentido das preposições, afirma: “[...] cada preposição tem o seu significado unitário, fundamental, primário, que se desdobra em outros significados contextuais (sentido), em acepções particulares que emergem do nosso saber sobre as coisas e da nossa experiência do mundo [...]”.

Castilho (2010) destaca as funções desempenhadas por essas palavras que atuam como núcleo do sintagma preposicional: (i) função sintática: ligação de palavras e de sentenças; (ii) função semântica: atribuição ao seu escopo de um sentido geral de localização no espaço; (iii) função discursiva: acréscimo de informações secundárias ao texto e organização do texto, no caso das construções de tópico preposicionado.

O autor ainda ressalta que, frequentemente, os gramáticos afirmam que as preposições são “vazias de sentido”, afirmação provavelmente feita pela dificuldade de se identificar o sentido nessa classe. No entanto, Castilho rejeita essa postura, afirmando que a dificuldade de apreensão do sentido não justifica a adoção da tese do “sentido vazio”. Ao contrário, ele assume que cada preposição tem um sentido de base, de localização temporal ou espacial.

A partir das definições dadas pela literatura, adota-se aqui a noção de que preposições desempenham funções, ou seja, ligam palavras e sentenças e possuem um sentido prototípico, geralmente espacial, verificados desde sua origem latina, sentido esse que pode ser abstraído para sentidos menos concretos, como o de tempo, de modo, de finalidade, de noção etc.

1.2.2 Abordagem histórica

No processo evolutivo do latim às línguas românicas, ocorreram várias mudanças linguísticas, entre elas, a desflexionalização nominal. Nas línguas sintéticas, como é o caso do latim e também era o do indo-europeu, há a presença de indicadores de funções amalgamados nas palavras, chamados de casos ou sistema casual. Esse sistema consiste no uso de uma desinência responsável pela marcação da função na palavra, o que permite uma maior flexibilidade na ordem da estrutura, pois o estabelecimento das relações sintáticas não depende da ordem e, sim, desses indicadores sintáticos.

Segundo Poggio (2002, p.80), a gradual desflexionalização nominal ocorre desde o indo-europeu: “do indo-europeu às línguas românicas, em geral, há uma tendência à

desflexionalização, à substituição de uma morfologia integrada por uma morfologia externa, por uma sintaxe que faz apelo a morfemas separados”.

Assim, o sistema casual indo-europeu era mais rico que o sistema latino, e, segundo Renzi, (apud POGGIO, 2002, p.79) “a rica formação casual, no latim, é herança indo-européia”, mas o latim, apesar de ser uma língua sintética, já apresentava um grande número de preposições. Sobre o uso e a revalorização das preposições, Renzi (apud POGGIO, 2002, p. 79) afirma, ainda, que:

Na época clássica, o emprego da preposição já começara a se disseminar, embora existisse e ainda se mantivesse com grande força significativa na língua o uso do caso morfológico. Assim, a função relacional das preposições era minimizada pela redundância com as flexões casuais. Nesse período, o uso da preposição tornou-se necessário apenas para maior clareza ou ênfase, uma vez que os casos morfológicos latinos, como já se observou, exprimiam as relações funcionais entre os elementos. Embora o contexto, muitas vezes, fosse bastante para marcar as funções, o recurso a formas mais ricas, como o emprego de preposições, teria o poder de hipercaracterização.

Nesse processo de evolução linguística, “o emprego das preposições se tornava uma necessidade quando a confusão das desinências, pela perda das consoantes finais e pelo enfraquecimento do timbre vocálico, trazia ainda maior obscuridade à frase” (MAURER, 1959, p.85-86). Assim, o uso mais frequente de preposições – considerado um ganho morfológico encaixado, ou seja, desencadeado por outras modificações no sistema linguístico (TARALLO, 1990) – tornou-se imprescindível e, ao longo do tempo, houve uma gradual eliminação do sistema casual latino.

Com essa mudança no sistema latino rumo às línguas românicas, foram necessárias algumas modificações na sintaxe das orações, como, por exemplo, a fixação da ordem das palavras na frase e a revalorização das preposições. Sobre essa revalorização, Câmara Júnior (1975, p.177) afirma que “as línguas românicas eliminaram a flexão casual e a marca da subordinação ao verbo recaiu exclusivamente na preposição. Concomitantemente aplicou-se de muito o seu uso com os complementos verbais”, ainda sobre a revalorização, continua: “o que mais caracteriza, porém, a estrutura românica é a utilização da preposição para a relação nominal, isto é, a subordinação de um substantivo a outro” (CÂMARA JÚNIOR, 1975, p.178). Essa subordinação nominal, em latim, era construída pela flexão de genitivo; assim, as preposições passam a marcar quase todas as relações que eram expressas pela flexão nominal latina.

Devido ao enriquecimento funcional das preposições, inicialmente no latim e depois no português, elas têm seu emprego e sentido diversificados, apresentando hoje usos distintos dos que eram feitos na língua latina.

1.2.3 Síntese de alguns estudos sobre preposições

Como ponto de partida para a presente pesquisa, foram lidos trabalhos sobre os fenômenos analisados, a fim de constituir subsídios referenciais.

A partir dessas leituras, constatou-se que existem alguns trabalhos sobre as preposições na língua latina, no entanto, tais trabalhos geralmente utilizam-se de *córpus* do latim clássico ou estudam fenômenos diferentes dos aqui abordados.

Entre esses trabalhos, há uma dissertação da Universidade Estadual da Bahia (CALAZANS, 2007), em que o autor analisa as preposições a partir de textos de César, Ovídio e Cícero, ou seja, autores do período clássico latino. O autor estuda a trajetória das preposições latinas *ab*, *ex* e *de* na indicação de afastamento e da preposição *ad* na indicação de aproximação.

O autor concluiu que, das quatro preposições estudadas, *de* e *ad* se mantiveram e ganharam novas acepções, enquanto *ex* e *ab* desapareceram, sendo substituídas pela preposição *de*. É importante salientar que, embora o autor tenha afirmado que a preposição *ex* desapareceu, ela se mantém na composição de *desde* (*de ex de*). Ele também afirma que a redução inicial do número de preposições na passagem do latim para o português leva a um enriquecimento semântico das que se mantiveram e também à gramaticalização de novas preposições no português. Uma conclusão afirmada na dissertação, e que é importante ser salientada aqui, é que alguns elementos, como as preposições, primeiramente apresentavam acepções mais concretas, e, no decorrer do tempo, foram se tornando cada vez mais abstratos e mais gramaticais, no entanto, em relação à significação, mantiveram o sentido prototípico que tinham no latim.

Poggio (1999), em sua tese de doutorado, intitulada *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*, posteriormente publicada (POGGIO, 2002), verifica que, na passagem para as línguas românicas, no processo de gramaticalização, além de se recorrer a algumas preposições existentes em latim, surgem novas formas. A autora procura estudar um grupo de preposições que se mantiveram na passagem para o português e um grupo de preposições novas, gramaticalizadas no português. O *córpus* analisado é constituído pela versão latina do século VI e pela versão mais antiga em

português arcaico (século XIV) dos dois primeiros livros dos *Diálogos* de São Gregório. A autora estuda as construções locativas, selecionando para análise as preposições que marcam adjuntos adverbiais.

Viaro (1994), em sua dissertação de mestrado, também já tinha abordado a questão das preposições latinas, relacionando-as ao português e ao romeno; contudo, esse trabalho se diferencia da questão aqui proposta porque, além de o romeno ser uma língua bastante distinta do português, o trabalho também focaliza a análise semântica das preposições.

Em relação à não-realização de preposições no português, foram desenvolvidas várias pesquisas, mas quase sempre voltadas para o apagamento preposicional em orações relativas. São poucos os trabalhos que abordam a não-realização preposicional em outros contextos.

Borba (1971), em sua tese de livre docência, faz uma abordagem minuciosa do sistema de preposições, tentando apresentar o sistema com sua estrutura e função. Quanto ao apagamento das preposições, o autor afirma que, em casos como os de relativas, de completivas e de enumeração, todos preposicionados, a omissão da preposição ocorre em contextos informais e até mesmo em alguns contextos mais formais, como, por exemplo, na imprensa.

O trabalho de Tarallo (1983) aborda as estratégias de relativização no português brasileiro, compreendendo os séculos XVIII e XIX, a partir da análise de cartas e peças teatrais. Neste estudo diacrônico, o autor observou que, até fins do século XIX, eram duas as estratégias de relativização que apareciam: aquela com pronome relativo, considerada padrão, e aquela com pronome resumptivo, chamada por ele de *copiadora*. Há, porém, uma outra estratégia, que pode ocorrer com relativas preposicionadas, que começa a surgir a partir do final do século XIX. Essa nova estratégia ficou conhecida como *relativa cortadora*.

Em seu estudo, Tarallo (1983) mostra que o uso da variante resumptiva se mantém reduzido ao longo do tempo e que possui um grande estigma social. Por outro lado, o autor observa que a variante considerada padrão começa a perder sua força a partir do final do século XIX. Tarallo aponta, ainda, para o fato de o uso da estratégia cortadora ter aumentado consideravelmente no período estudado.

Gomes (1996) analisa a possibilidade de ocorrência nula das preposições **a**, **de**, **em**, **com** e **para** no português do Rio de Janeiro e no português de contato com o Xingu, desconsiderando as estruturas relativas. A autora cita o estudo de Saraiva (SARAIVA apud GOMES, 1996), que considerou os seguintes contextos: complementos verbais ou nominais topicalizados, em relativas ou não; complementos verbais ou nominais não topicalizados na ordem básica – Gomes observa que os exemplos apresentados pela Saraiva são todos de

'queísmo', exceto "Eles tem o maior respeito (para) comigo"; complemento adverbial de verbos de movimento, topicalizado ou na ordem básica, representado pelos dêiticos *cá* e *lá*; verbos que podem estar mudando de regência como *precisar*, *conversar*, *roubar*, *lembrar*.

As conclusões de Gomes (1996) foram que a fala da comunidade do Rio de Janeiro revelou a existência de mudança em progresso e de variação estável nos fenômenos estudados, enquanto os resultados para o uso variável das preposições **a**, **de**, **em** e **com** no português de contato, observado em função dos níveis de fluência, revelaram que a faixa de fluência alta significa domínio no uso de preposições, o que implica preenchimento de preposição em todos os contextos de realização categórica, ao mesmo tempo em que as regras variáveis também foram adquiridas.

Corroborando a variação, Corrêa (1998) afirma que não existe homogeneidade na construção das relativas no português do Brasil e que a estratégia padrão de relativização é aprendida através da educação formal. Ela acrescenta que o não-emprego da preposição em relativas preposicionadas é um "caso de variação inerente à língua" (CORRÊA, 1998, p.154), pois são formas "usadas pela população de acordo com as possibilidades e necessidades de cada falante". Assim, a autora reforça que a estratégia padrão de relativização preposicionada não é vernacular, natural, mas exige um grande esforço para ser adquirida por meio da educação formal e, mesmo quando adquirida, não é empregada em todos os contextos, sempre aparecendo em variação com a estratégia cortadora.

Souza (2007) faz uma análise formal da construção das orações relativas em contextos de sintagmas preposicionais no português oral culto de Porto Alegre, em que a preposição não se realiza. O objetivo desse estudo era verificar se há movimento ou apagamento nas construções relativas. Os resultados obtidos pela autora foram que a construção *não-padrão* é utilizada em 69,33% dos casos, sendo 67% de *Relativa Cortadora* e 2,33% de *Relativa copiadora*, enquanto a estratégia *padrão* é empregada em 30,67% dos casos. Diante desses dados, Souza conclui que a omissão da preposição em relativas em nada prejudica a compreensão, pois ela é facilmente recuperada através dos dados e das relações sintáticas existentes e ainda levanta a possibilidade de a estratégia *Cortadora* estar se consolidando e abrangendo todas as camadas sociais para, possivelmente, tornar-se, em um futuro bem próximo, a estratégia usada em quase a totalidade das relativas.

Rocha (2009), utilizando como base a Teoria da Variação laboviana, descreve o apagamento de preposições diante de **que**, em fronteiras sentenciais completivas e relativas finitas, na língua portuguesa falada do Brasil e de Portugal, em amostras da década de 70 e de 90. A autora constatou que o apagamento da preposição é a variante mais usada, tanto em

orações completivas quanto em orações relativas, espelhando, no entanto, duas realidades sociolinguísticas distintas: variação estável, nas orações completivas, e mudança linguística em curso, nas orações relativas. Nas orações completivas, o nível de escolaridade do falante, o tipo de oração e a região condicionam o apagamento, enquanto nas orações relativas o tipo de preposição, o gênero/sexo do falante e a região são responsáveis pela implementação da variante apagamento no português brasileiro. Na amostra do português europeu, há uma realidade oposta, ocorrendo a predominância da variante canônica, nas orações relativas.

A partir dos trabalhos comentados, é possível ter-se um panorama do que foi e tem sido feito sobre o estudo de preposições na língua latina e também sobre a não-realização das preposições em alguns contextos linguísticos no português, principalmente do Brasil, mas também de Portugal. Há vários outros trabalhos, principalmente sobre as relativas cortadoras, além dos aqui citados; no entanto, como o objetivo é constituir um quadro referencial, acredita-se que os trabalhos citados sejam suficientes para ilustrar os estudos realizados. Outros estudos são citados no texto à medida que a discussão os enseje.

É importante salientar que, apesar da existência de vários trabalhos sobre o latim, o estudo do latim medieval ainda não é muito explorado pelos linguistas, sendo explorado principalmente por historicistas, o que evidentemente diferencia o objetivo da presente pesquisa e corrobora a importância do estudo dessa sincronia. Em relação à não-realização preposicional, há vários trabalhos sobre relativas, e esses trabalhos geralmente utilizam como *cópus* a modalidade falada da língua; assim, o presente trabalho se diferencia por estudar outros contextos, também passíveis de apagamento preposicional, na modalidade paulista escrita, para se observar o estágio em que se encontra a variação no emprego preposicional, dado que, na modalidade falada, já foi comprovada a alta incidência dessa variação.

1.2.4 Preposições abordadas

Tradicionalmente as preposições são classificadas entre *essenciais* ou *simples* e *acidentais*. Bechara (2009, p.301) define as essenciais como “palavras que só aparecem na língua como preposições”; e as acidentais como “palavras que, perdendo seu valor e emprego primitivo, passaram a funcionar como preposições”. Castilho (2010) adota um critério de distinção diferente para as preposições chamadas de essenciais e de complexas. O autor classifica como essenciais as preposições mais gramaticalizadas, que serão detalhadas a seguir; e as complexas como “tradicionalmente, [...] definidas como um advérbio ou um

substantivo antecidos opcionalmente por certas preposições e seguidos obrigatoriamente pelas preposições *de* ou *a*” (CASTILHO, 2010, p.588). Tradicionalmente, do primeiro grupo fazem parte as seguintes preposições:

a	com	em	por (per)	trás
ante	para	entre	sem	
após	de	sobre	sob	
até	desde	perante	contra	

Quadro 3 – Preposições essenciais

Fonte: Cunha & Cintra, 2008, p.570

Dentre as preposições desse grupo, as que constituem objeto do presente estudo são as que Ilari et al. (2008) classificam como mais gramaticalizadas.

Tal classificação sobre as preposições decorre de um estudo iniciado por Carlos Franchi, no final da década de 1990, e consistiu em um trabalho de levantamento de cerca de cinco mil exemplos de preposições, extraídos do *cópus* compartilhado do NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta).

Esse trabalho é muito representativo quantitativamente, pois mostra que de 5215 ocorrências levantadas, 31% são **de**, 27% são **em**, 12% são **para**, 10% são **a**. Essas quatro preposições correspondem a 80% do total de ocorrências, seguidas por **com** (com 8%) e **por** (com 5,5%). Esses números mostram que, de 17 preposições, apenas 6 representam 93,5% do total de ocorrências (apud ILARI et al., 2008).

Essa frequência de uso das preposições também é apresentada por Castilho (2009) através de um quadro de *continuum* de gramaticalização, que se encontra reproduzido a seguir:

Menos gramaticalizadas	Mais gramaticalizadas
(-) ←	→ (+)
GRAMATICALIZAÇÃO	
Contra < sem < até < entre Sobre sob	Por < com < a < em < de para

Quadro 4 - *Continuum* de gramaticalização das preposições

Fonte: Castilho, 2009, p.323

As preposições citadas já aparecem em trabalho de Borba (1971) como preposições de alta frequência de uso. Essa frequência de uso das preposições, em ordem decrescente, corresponde à seguinte ordenação: **de, em, a, para, com** e **por**. Em relação ao trabalho de levantamento de Carlos Franchi, só há uma inversão entre as preposições **a** e **para**, pois no trabalho de Borba **a** aparece com uso mais frequente, enquanto no trabalho de Carlos Franchi, um pouco posterior, **para** aparece com uma frequência maior, constatando sua maior gramaticalização; esse fenômeno já foi descrito por vários estudos, entre eles Torres-Morais e Berlinck (2006), que constataram uma gradual substituição da preposição **a** pela preposição **para** na função de objeto indireto.

As preposições acima citadas são aquelas que, além de terem uma frequência alta de uso, introduzem argumentos verbais, além de adjuntos, podem ser contraídas com artigos e pronomes - pelo, co'a, cocê, ao, àquela, no, num, nisto, do, dum, disso, docê, pro, prum, praquilo, procê etc.; possuem valor semântico mais complexo (CASTILHO, 2010), ou seja, possuem valor semântico de mais difícil apreensão (ILARI et al., 2008) e podem ser consideradas monossílabas, pois **para**, o único dissílabo, pode ser contraído, o que usualmente ocorre na fala, em **pra**.

De acordo com as definições e diante de tantas possibilidades de aplicação, ou seja, de uma grande variedade de empregos, essas preposições apresentam maiores índices de usos, conforme estudo referido e, por isso, são consideradas mais gramaticalizadas.

Por serem mais gramaticalizadas, essas preposições podem ter seu sentido prototípico um pouco apagado e funcionarem, muitas vezes, mais como fator de ligação gramatical do que como item lexical, o que pode fazer com que não sejam realizadas em alguns contextos, muitas vezes, sem prejuízo de sentido.

A seguir, encontram-se os sentidos que essas preposições tinham em latim, segundo Ali (1964):

- **a** (*ad*) – significava direção ou movimento para algum ponto de aproximação e final junção de uma coisa a outra;

- **de** (*de*) - expressava, a princípio, afastamento de cima para baixo;

- **em** (*in*) – significava interioridade com referência a lugar e a tempo, mas também estado de alguma coisa, divisão, distribuição, etc.;

- **para** (*per ad*) – originou-se provavelmente de *per ad*; *per* possuía valor de "através de", "por meio de", "lugar onde"; e *ad* tinha sentido de direção ou movimento para algum ponto;

- **com** (*cum*) - significava inicialmente companhia, instrumento, causa, maneira;
- **por** (*per*) - possuía valor de “através de”, “por meio de”, “lugar por onde”.

Como já foi dito, esses sentidos acabaram se diversificando no decorrer da evolução do latim às línguas românicas, o que é confirmado pelos índices de ocorrência dessas preposições, pois com um sentido mais amplo, elas podem ser empregadas em várias construções.

Inicialmente pensou-se em manter as mesmas preposições para o estudo das duas sincronias, no entanto, a ocorrência de *per* e de *per ad* no cópulus latino é mais restrita, pois ora aparece sozinha, ora se trata de uma locução, o que dificulta seu levantamento e análise; além disso, Bastardas Parera (1953), em relação ao estudo de fontes do latim medieval, afirma que o uso de *per* se alterna com o de *pro*, com o mesmo significado, às vezes, dentro de uma mesma frase. Por tais motivos, essas preposições foram excluídas da análise do cópulus latino. Mas, por apresentarem um comportamento relevante no português, desde que se encontrem entre as preposições mais gramaticalizadas, serão abordadas no cópulus do português paulista.

Assim, as preposições objeto do estudo para o cópulus latino são ***ad, de, in e cum***, de forma que, de acordo com o regime clássico das preposições, ***in***, indicando deslocamento, rege acusativo e, com sentido de permanência, rege ablativo; ***ad*** rege acusativo; ***cum*** rege ablativo; e ***de*** também rege ablativo. É importante ressaltar que só foram analisadas as ocorrências da preposição ***ad***, sendo desconsideradas as formas que pudessem ser suas variantes, como por exemplo a forma ***a***.

Para o estudo do cópulus paulista, as preposições analisadas são: **a, de, para, em, com** e **por**, que constituem as preposições mais gramaticalizadas.

A seguir, apresenta-se a análise das preposições nos documentos latino-portugueses.

2 AS PREPOSIÇÕES NOS DOCUMENTOS LATINO-PORTUGUESES

Esta seção é dedicada à análise dos dados do estágio tardio do latim. Primeiramente há uma parte com a apresentação do *córpus*; seguida da metodologia, que contém as variáveis; e, por último, a análise e discussão dos dados.

2.1 *Córpus*

Para análise da sincronia latina utilizou-se, aqui, a coleção intitulada *Portugaliae Monumenta Historica*. De acordo com o *Dicionário de História de Portugal* (SERRÃO, 1963-1971) esse é o nome de uma coletânea de documentos portugueses e estrangeiros, referentes a Portugal ou ao território que viria a formar o Reino, abarcando o período entre os séculos VIII e XV. Essa coletânea foi proposta em 1852 por Alexandre Herculano à Real Academia das Ciências de Lisboa, que começou a publicá-la em 1856.

Segundo *Portugaliae...* (2010), a coleção é uma obra importante e valiosa, que traz reproduzidos numerosos códices em latim e português. O historiador Alexandre Herculano (1810-1877) iniciou a sua publicação, que foi continuada por João Pedro da Costa Basto, Sousa Monteiro, Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo e António Baião.

Tal documentação começou a ser organizada por Alexandre Herculano com o material que ele recolheu percorrendo os mosteiros de Portugal entre 1853 e 1854. Essa coleção se encontra dividida em quatro partes, por assunto, a saber:

- *Scriptores* ou *Monumentos Narrativos*;
- *Leges et Consuetudines* ou *Legislação e Jurisprudência*;
- *Diplomata et Chartae* ou *Diplomas e Atos Públicos Privados*;
- *Inquisitiones* ou *Atas das Inquirições Régias*.

Apesar de as informações sobre esses documentos serem raras e de haver poucos estudos sobre eles, além de os dados sociais referentes à sua escrita serem fragmentados, tal material constitui uma fonte linguística primária muito importante.

O estudo de fontes linguísticas primárias se revela fundamental quando se estudam línguas, e ainda mais em um caso como o presente: não é possível apontar um instante de ruptura histórica na continuidade de práticas linguísticas, apontando com precisão o fim do latim e o início das línguas romances; o que existe é um *continuum* linguístico. Nessa situação, a única forma de se estudar a língua de tempos distantes é estudar as fontes

primárias. No entanto, em linguística histórica, o pesquisador sempre se depara com o problema de ter de, como bem afirmou Labov (1972), **fazer bom uso de maus dados**, além de ter de trabalhar com dados escritos, mesmo sabendo que, quando se pensa em mudança linguística, a escrituralidade não acompanha a oralidade das mudanças.

Rui Viegas (2010, p.2), ao falar de documentos medievais, afirma que:

[...] a escrita não acompanha diretamente a oralidade, sendo normalmente mais conservadora. Observando os textos, não dispo de fontes secundárias, teremos de fazer os textos falarem. No que respeita à documentação notarial latino-portuguesa, há que tentar perceber qual a língua neles representada, se se trata de um latim deturpado, de uma língua romance ou ainda de uma mistura de romance com latim. António Emiliano, ao investigar este tipo de língua, afirma que ela tem uma *tendência homeostática*. Este é um conceito a que recorrem Goody e Watt (cf. Emiliano 1997:418) ao analisarem as mudanças culturais em sociedades iletradas e pré-letradas, constatando um abandono ou mudança dos aspectos que já não seriam funcionais no presente. Emiliano (1997:418) afirma que «Não houve da tradição latina para a tradição latino-romance uma mudança radical ou seletiva mas sim cumulativa, pois foram criadas e integradas formas e grafias novas sem rejeição das formas e grafias tradicionais. O elemento tradicional permaneceu funcional lado a lado com as inovações, num mesmo quadro de comunicação complexa [...].

Antonio Emiliano (2004b, p.13), grande estudioso de textos medievais, destaca a importância desses textos para o estudo das línguas: “[...] Estas fontes revestem-se, como é sabido, de particular interesse e relevância para o estudo de fases pretéritas de línguas com tradição escritural medieval implantada e estabilizada [...]”.

O autor ainda chama a atenção para alguns pressupostos que devem necessariamente ser reconhecidos e aceites para a análise adequada desses textos como fontes linguísticas primárias:

1) os documentos são atos de língua escrita válidos em si mesmos e por si mesmos, e não simplesmente produtos de uma latinidade corrupta ou decadente; 2) a tradição notarial era uma tradição de escrita com traços específicos que resultavam da natureza particular dos documentos e da intencionalidade comunicativa subjacente a sua produção; 3) a tradição escritural latino-portuguesa presente nos textos notariais era a única forma de expressão escrita disponível para falantes de português antigo num ambiente linguístico monolíngue (EMILIANO, 2004a, p.1).

No entanto, apesar da importância da latinidade medieval, tanto para a descrição de fases pretéritas da língua portuguesa, quanto para descrição de estágios tardios do próprio latim, ainda é necessário que haja “a correcta abordagem dos documentos medievais latino-

portugueses, proto-portugueses e portugueses, tanto da produção primitiva como da segunda fase (*post 1255*)” (EMILIANO, 2004c, p.50). Falar de fontes primárias implica localizar dados no tempo e no espaço. Os documentos analisados datam aproximadamente de 1000 a 1280 de nossa era, período da língua geralmente classificado como latim medieval (EMILIANO, 2004c).

O momento de produção dos textos latino-portugueses coincide com alguns períodos da língua portuguesa, ou seja, constitui um período de transição linguística. Em relação à periodização da língua portuguesa, Coutinho (1970) cita a classificação de Leite de Vasconcelos: *época pré-histórica, proto-histórica e histórica*. Segundo ele, a pré-histórica começa com as origens da língua e se prolonga até o século IX; a proto-histórica estende-se do século IX ao XII. Ainda de acordo com ele, os textos que aparecem nesse período são todos redigidos em latim bárbaro³, neles, porém, de quando em quando, encontram-se palavras portuguesas, o que demonstra que o dialeto galaico-português já existia nesse tempo; e a histórica, que se inicia no século XII, em que os textos ou documentos aparecem inteiramente redigidos em português (COUTINHO, 1970).

Silva apresenta um quadro de Castro (apud SILVA, 1991, p.19) que sintetiza diferentes propostas de periodização da língua portuguesa. O quadro se encontra abaixo reproduzido:

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
Até s. IX (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
Até mais ou menos 1200 (1214-1216)	Proto-histórico	Proto-histórico		
Até 1385/1420	Português arcaico	trovadoresco	Galego-português	Português antigo
Até 1536/1550		Português comum	Português pré-clássico	Português médio
Até s. XVIII	Português moderno	Português moderno	Português clássico	Português clássico
Até s. XIX/XX			Português moderno	Português moderno

Quadro 5 - Periodização da língua portuguesa

Fonte: Silva, 1991, p.19

³ Provavelmente o sentido de “bárbaro”, aqui, seja o de que os textos eram escritos por falantes não-naturais de latim, pois “bárbaro”, de acordo com o dicionário Houaiss (2002), significa também “estrangeiro”.

Ainda sobre a periodização do português, Mateus (2005, p.16-17) afirma que se reconhecem habitualmente quatro períodos da língua portuguesa, ligados por épocas de transição:

- o *português antigo*, desde os primeiros documentos escritos em português até ao fim do século XIV;
- o *português médio*, durante o século XV;
- o *português clássico*, até meados do século XVIII;
- o *português moderno*, a partir do século XVIII.

Moraes de Castilho (2005) afirma que, quando se vai delimitar algum período, são levados em conta dois pontos: a datação de seu período inicial e final e, se for possível, a delimitação desse período por fases. A autora continua:

Para o português, a datação do período final da fase arcaica é a mais problemática porque não há um consenso geral a esse respeito, mas há uma unanimidade quanto ao início desse período. Esse período se inicia com o surgimento de documentos escritos em português e não mais em latim, isto é, por volta de 1200, mais ou menos: "*considero que se pode aceitar, como hipótese a ser trabalhada, seguindo Leite de Vasconcelos e Lindley Cintra, que o período arcaico se inicia com os primeiros documentos em português e que, muitas de suas características se estendem até, pelo menos, 1536/1540, datas dos inícios da normatização da língua.*" (Mattos e Silva, 1994: 251). E há uma certa unanimidade quanto à divisão desse período em duas fases, embora as dificuldades reapareçam na delimitação delas: (i) a primeira fase iria, para uns, até 1350, e para outros até 1385 ou 1420; e (ii) a segunda fase acabaria entre 1499 e 1540 (MORAES DE CASTILHO, 2005, p.22).

A autora adota, para seu trabalho, quase a mesma divisão apresentada na citação: "(i) a primeira fase vai até fins do século XIV e inclui textos dos séculos XII-XIII e XIV, e (ii) a segunda fase vai até meados do século XVI, incluindo textos dos séculos XV e XVI".

Emilano (2004c, p.50) afirma que "os documentos latino-portugueses dos sécs. IX-X constituem os primeiros testemunhos escritos da Língua Portuguesa: são efetivamente as fontes primárias mais antigas que existem para o chamado período proto-histórico da História da Língua Portuguesa", no entanto, como anteriormente exposto, o autor também afirma que o material tem tido "quase exclusivamente o estatuto de fontes históricas" (2004, p.50). Assim, o latim estudado nos textos do *cópus* desta pesquisa pode ser entendido como latim medieval; o período em que foram redigidos os textos em latim, de acordo com as

periodizações anteriormente citadas, abarca o português proto-histórico ou pré-literário, conforme o quadro 5, ou o início do período arcaico do português, de acordo com Silva (1991) e Moraes de Castilho (2005). Independentemente do nome, o estudo dos documentos latino-portugueses apresenta-se muito relevante para descrição de um estágio tardio do latim, e, conseqüentemente, para um período antigo da história da língua portuguesa.

Das partes da coleção, escolheu-se a de *Legislação e Jurisprudência* (HERCULANO, 1856-1868) para integrar o material analisado na presente pesquisa. Como já foi dito, esta parte é composta por 7 fascículos, dos quais o último constitui o índice deste volume da coleção.

O primeiro fascículo é uma espécie de apresentação do material, redigida em latim, mas, apesar de não conter data, acredita-se que tenha sido escrita mais tardiamente, por alguém que dominava a variedade clássica da língua latina. Foi feita a análise desta parte, e, pelo menos no que diz respeito ao regime das preposições e dos casos regidos por elas, não foi encontrada variação nesta parte do documento.

A segunda parte, já redigida em português e também com documentos em português antigo, não interessava à pesquisa, pois a intenção era analisar o emprego das preposições em latim e dos casos que elas regiam. Finalmente, o terceiro, quarto, quinto e sexto fascículos traziam o material de que se ocuparia o presente estudo. Por uma necessidade de um recorte em um material bastante extenso, foram analisados o terceiro e o quinto volume, que contêm documentos que datam de 1055 a 1277, sendo que esta datação não é consecutiva, ou seja, não há documentos de todos os anos deste intervalo cronológico.

A parte estudada abrange as cartas constitutivas dos municípios, ou *forais*, que o dicionário eletrônico Houaiss (2002) define, entre outros sentidos, como legislação com o intuito de regulamentar a administração de terras; regulamento especial de certas repartições públicas; por extensão, qualquer regulamento ou norma de vida.

No Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), há uma grande preocupação com o estudo dos forais da região. Diante dessa preocupação, a Universidade possui uma linha de pesquisa intitulada *Língua e Cultura: Património escrito e património oral*, da qual faz parte um projeto chamado *Documentação Foraleira Transmontana*, cuja responsável é a professora Maria Olinda Rodrigues Santana. Na descrição desse projeto há informações sobre os forais da região e, entre elas, uma espécie de definição de foral, importante para contextualizar os estudos de tal documentação: “Os forais e os aforamentos colectivos, sendo leis locais breves concedidas habitualmente pelo rei, senhor nobre ou eclesiástico, estabeleciam as normas disciplinadoras das relações entre os

habitantes de uma localidade e a entidade outorgante. São fontes documentais importantes para o conhecimento da história da língua portuguesa [...]” (RELATÓRIO..., 2003).

Segundo os próprios pesquisadores do projeto, há uma grande dificuldade de se definir *foral*, conforme afirma Caetano (apud COSTA; SANTANA, 2006, p.120) “[...] A definição do *foral* apresenta as dificuldades comuns a todas as instituições medievais: não se pode formular um conceito muito estrito tantas são as variantes que os forais apresentam e as imprecisões do conteúdo de muitos deles”. Apesar dessa dificuldade, as autoras afirmam que, embora haja particularidades em relação às realidades das povoações que recebiam os forais, na maior parte das vezes, o foral estava restrito a um tipo ou modelo. Assim, é comum observar-se que um foral adotava o modelo de outro sempre que as condições das localidades tivessem características semelhantes, seja característica geográfica ou econômica, seja porque a autoridade quisesse introduzir uma uniformização normativa (COSTA; SANTANA, 2006).

Apesar da dificuldade de se elaborar uma definição, Costa (1989) afirma que, embora houvesse certa variação em relação ao conteúdo, os forais geralmente continham “[...] liberdades e garantias das pessoas e dos bens dos povoadores; impostos e tributos; composições e multas devidas pelos diversos dos cavaleiros vilãos; ónus e forma das provas delitos e contravenções; imunidades colectivas; serviço militar; encargos e privilégios judiciários, citações, arrestos e fianças; aproveitamento dos terrenos comuns [...]” (COSTA, 1989, p.55).

Observando que os forais geralmente eram restritos a um tipo ou modelo, pode-se entendê-los como uma Tradição discursiva (TD), que, segundo Kabatek (2006, p.512), pode ser entendida como

[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos lingüísticos empregados [...].

Kabatek (2006) afirma que, em relação aos textos jurídicos da Idade Média, podemos encontrar três mundos jurídicos diferentes, ou seja, três TD diferentes: “[...] o mundo do direito oral transmitido por escrito em faanhas ou notícias de casos jurídicos concretos; o mundo do direito foral (os forais) na tradição da Península Ibérica desde a época visigoda e, finalmente, um terceiro mundo que corresponde ao renascer do direito romano, divulgado

desde a Itália, sobretudo a partir da segunda metade do século XII” (KABATEK, 2006, p.520). Assim, Kabatek considera que os forais façam parte de uma TD.

Apesar de haver essa restrição a um modelo, uma TD não é sempre um texto repetido da mesma maneira, pode ser uma forma textual ou uma combinação peculiar de elementos, de forma que elas também estão suscetíveis a inovações e variações. A seguir apresentamos dois forais, com as respectivas traduções em português arcaico ao lado, retirados do *cópus*, para demonstrar como a tradição discursiva, aqui representada principalmente pela forma de se iniciar o documento e, em parte, pelo conteúdo do texto, não impede que possa haver variação na escrita, pois os textos são diferentes.

O nome que aparece no alto da folha é o do município a que o foral pertence, e a data que aparece embaixo do nome é a da concessão do foral ao município. Os documentos foram reproduzidos a título de ilustração, pois aparecem com a respectiva versão em português arcaico, no entanto, não são todos os documentos que possuem essa versão, a maioria aparece escrito apenas em latim.

SAURIUM

SOURE

IIII

Apographum in charta confirmationis Alphonsi II insertum, cum lectionibus variis ex Lib. Foral. Antiquor. S. Crucis Conimbr. et ex Lib. Regestor. ejusdem regis. Accedit translatio in vulgari idiomate saeculi XIV. In Archivo Publico omnia haec adservantur.

In dei nomine. Placuit michi comiti henrico et uxori mee Regis domni Alfonsi filie Tarasie uobis qui in Saurio estis maioribus et minoribus facere cartam firmitatis uobis et qui de uobis geniti fuerint morantibus in saurio de stabilitate et foro atque seruicio. In primis ut non faciatis nobis unquam¹ senaram, et de preda de fossato non detis nobis plusquam quintam partem et azaga duas partes uobis remaneant duas. Et de azaria nobis quintam partem uobis quatuor sine ulla alcaidaria. Siquis militum emerit uineam tributarii sit libera et si acceperit in coniungium uxorem tributarii omnem² hereditatem quam habuerit³ sit libera. Et tributarius si potuerit esse miles habeat morem militum. Milites quot jugarios potuerint habere in sua hereditate quam habuerint intus saurio⁴ et extra per uillas et municiones habeant illos liberos in suo seruicio et non introcat in eis rausum uel omicidium. Et si aliquis fecerit uenerit in senectute ut non possit militare quandiu uixerit sit in honore militum. Si miles obierit uxor que remanserit sit honorata uti⁵ in diebus mariti sui nullusque eam uel filiam alicuius accipiat in coniugium sine uoluntate sua suorumque parentum. Saion⁶ non eat domum alicuius sigillare. Sed si aliquis fecerit aliquid illicitum ueniat in concilium et iudicetur recte. Et si noluerit gratis recipere iudicium recipiat inuitus. Iudices sint uobis ex naturalibus saurii⁷ et sint positi sine offretione. Clerici saurii⁸ habeant honorem militum in uineis et terris et domibus. Et si aliqui militum obierit equus et non potuerit emere alterum nos dabimus ei. Et si non dederimus stet honoratus donec possit habere unde emat. Pedites de ratione quam solebant dare de cibaria dent medietatem. De uino decimam partem et in lagaradiga almude sine offretione et iantar. De montaria non dent ulla⁹ condaria ad alcaide neque de caro¹⁰ neque de pelle neque de melle uel¹¹ cera. Nullus miles extraneus introcat¹² domum alicuius sine uoluntate domini sui. Si aliquis laborator habuerit iuicio-

In nome de deus. Plouge a mim Conde dom anrrique e a mha molher filha del Rey Donnaffonso e de donna Tareyia a uos que sodes moradores en Soyre tambem aos moyores como os meores dar esta carta de firmidom a uos e os que de uos naçerem moradores que forem en Soyre de stabeleçimento e de foro e de seruioço. Outrosi nas primeyras cousas stabeleçemos que nunca ia mais de seara nem de cousa que aiades nem de rouba nem de lide nem de fossado, nem nunca nos dedes quinta parte daquilo que colherdes que laurardes per uosas maãos e daquilo guaanhardes naquele logar. E da azaga duas partes a uos fiquem e da azaria a nos dade a quinta parte e fiquem a uos as quatro sem nenhuma alcaydarya. E stabeleçemos se algum dos caualeyros comprar uinha dalguum que dê trebuto asi como rendeyro seia liure. E se se casar ou filhar casamento daquele trebutario toda aquela erdade seia liure que hi achar. E estabeleçemos se algum tributario que dê renda quiser seer caualeyro ou poder seer aia o costume dos caualeyros se poder manteer caualaria. E estabeleçemos que os caualeiros que moram en soyre mandamos que quantos jugadeyros ou sergentes en sa erdade ou fora da uilla ou en sas erdades seiam liures e aiarnos liures en seu seruioço e nom entre en elles rouso nem omicidium. Esto quer dizer que nom seia nenhuum ousado a fazer antre elles rrouso nem matar homem. E se algum caualeyro ueer a uelhiçe que nom possa caualgar en quanto uiuer seia en onrra de caualeyro. E se algum caualeiro morrer a molher dele seia onrrada asi come en dias de seu marido. E estabeleçemos que se lhe alguem fezer força ou desonra que assi lha correga ou enmende pelo corpo e pelo auer como quando era casada. E estabeleçemos que nenhuum nom na filhe por molher nem sa filha sen sa voontade ou de seus parentes. E estabeleçemos que sayon nom uaa seielhar nem sarrar cassa de nenguum. E se algum homem fezer alguma cousa nom conuenha-

N.º 1

- 1 nunquam
- 2 hominem
- 3 habuerint
- 4 in Saurio
- 5 ut
- 6 Saion
- 7 Sauri
- 8 Sauri
- 9 ulla
- 10 carne
- 11 neque de
- 12 intret

M. L. Tom. I.

N.º 2

- 1 nunquam
- 2 hominem
- 3 habuerint
- 6 Saion
- 7 Sauri
- 8 Sauri
- 9 ulla
- 10 carne
- 11 neque de
- 12 intret

90

SANCTA-MARINA

SANCTA MARINHA

1190

Apographum authenticum ex tabulario monasterii S. Crucis Conimbr. nuper in Archivum Publicum delatum. Translatio antiqua lingua vernacula, quam adjicimus, in ipso Archivo ab antiquo asservabatur.

In deo nomine patris et individue trinitatis patris et filii et spiritu sancti amen. Hec est carta firmitudinis et stabilitatis de foro quam nos iusimus facere ego suerius menendis et dona maiore et petro hariz uobis homines qui habitatis in sancta marina foro que abeatis aut filiis uel neptos at de generacionibus uestris. In primitur de pane viii.^a de uino et de lino et de legumias viii.^a et homine qui inde uoluerit morare ad aliam pars et suo feccio non compararent que abeant illum aut filliis uestris et faciat inde isto foro. De uinea que ibi plantare des quando dê polegare et de mesa in denante dê ratione nona. Zaero que fuerit a monte pro mel et non fecit allium laborem media canada et in alia uice aredel de cera et qui fuerit pro conelius a morada de cada uenida 1^o conelio cum sua pele. De uenado esfolado 1^o lonbo. Et de porco montes iiii^o costas et uso as manus. Et duas fugazas et 1^o capon et x^m ouos in anno. Et si se ferire uecino cu uecino et rancura meter pecte medio bragale. Et si racurar non meter non dê nada. Homine que abuerit caualo aut asino aut egua dea una uice in anno ata colimbria aut uiseo aut trancoso. Homine qui laborauerit cum boues et fuerit a monte pro mel aut pro conelios non de condado. Illos qui abuerint boues dent singulas geiras pro illa senara ad illum qui fuerit maior-domo pro sua eiradiga medio manol de lino teiga de pane et quarta de uino. Menendus dauis qui ibi poplaerit primitur de illo anno pro sua renda medio bragale et ste isto foro sempre et suo filio et non de aliam racione. Si aliquis homo uenerit uel uenerimus tam nos quam extraneis aut de generacionibus nostris aut seniores sancte Marina quem uobis uoluerit sacare de isto foro que pectet uobis l.^a x.^a modios aut qui uoce pulsaerit et si uobis homines de santa marina uolueritis parare cum ipsa hereditate ad allium seniore et nom atenderdes isto foro que pectedes nobis l.^a x.^a modios et nom perdati uestro feccio. Facta karta firmitudinis in mense iulio Era m.^a c.^a x.^a viii.^a Nos pernominatos suerius menendiz et uxor mea dona maiore et petro hariz, uobis homines sancta marina qui hanc cartam iussimus facere cum manus nostras roboramus et signa facimus. Pro testes, pelagius rabos test. pelagius iozinis. Ero peles test. Cundisalu menendiz test. test. Donus iohannes. Donus Martin g. test. Micael notuit.

Em nome de deus padre e da santa trindade padre e filho e espirito santo amen. Esta he a carta firme e sta- uel de foro que nós soeiro meendez e dona mayor e pedro aires mandamos fazer a uos homeens que morades em santa marinha de foro que uos ajades ou filhos ou netos ou de uossas geerações. E primeiramente do pam a oytava : do vinho e do linho e de legumes a nona. E que o homem que hy quiser morar a outra parte, e nom lhe conprarem o seu feccio que o aia ou seus filhos e faça ende esto foro : da vinha que hy chantardes quando dê polegare e de messa dem emde de raçom a nona : e homem ceiro que for a monte por mel e nom fezer outro trabalho mea canada e outra uez arretel de cera : e que for por coelhos a morada de cada vynda huum coelho com sua pele. Do ueado esfolado huum lonbo. E do porco montes quatro costas e do vssso as mãos : e duas fogaças e huum capom e dez ouos no anno : e se se ferir vezinho com vezinho e meter rancura peite meo bragal e se nom meter rancura nom dê nada. Homem que ouuer caualo ou asno ou egua dea huma vez no anno ataa coimbra ou uiseu ou trancoso. Homem que laurar com bôis e for a monte por mel ou por coelhos nom dê condado. E aquelles que ouuerem bois dem senhas geiras aaquelle que for moordomo por sua eiradega meo moolho de linho, teigua de pam e quarta de vinho. Meendo daviz que hy morara primeiramente dê por aquelle anno por sua renda meo bragal e stê este foro senpre pera si e seu filho e nom dê outra raçom. Se algum homem veer ou nós veermos asy nós como outros estranhos ou de nossas geerações ou outros moores de santa marinha que uos queiram tirar deste foro peite a uos lx moyos ou que vos braadar çitar a juizo. E se uos homeens de santa marinha quiserdes poer a herdade em outro moor e nom atenderdes este foro que peitedes a nós lx moyos e nom percaedes o vosso feccio. Feita foy esta carta de fermidoem no mes de Julho Era de mil e cento e oyteenta oyo. E nós sobreditos Sueiro meendez e minha molher dona mayor e pedro ayres mandamos fazer esta carta a uos homens de santa marinha e a rroboramos e asiignamos com nossas mãos. Testemunhas, Payo Rabos. Payo ioziniz. Erorum pellis. Gonçallo meendez.

Figura 2 – Página de *Leges et Consuetudines*
Fonte: Herculano, 1856-1868, fascículo 3, p.474

Pensando na possibilidade de se encontrar variação ao lado da tradição, a parte *Leges et Consuetudines* (HERCULANO, 1856-1868) foi escolhida por julgar-se que, por não haver um grande monitoramento em relação à linguagem empregada, dado que o intuito era o de legislar ou de descrever normas, a chance de se encontrar variação era maior do que em um texto com alguma preocupação literária.

2.2 Metodologia

Pelo fato de o *cópus* provir de uma coleção rara, o trabalho de localização da coleção e de coleta dos textos foi de extrema importância para a pesquisa.

A parte da coleção analisada pelo estudo é, como já foi mencionado, *Leges et Consuetudines* (HERCULANO, 1856-1868), que é constituída por 7 fascículos, dos quais o último compõe o índice desta parte da coleção. O primeiro foi fotografado, suas imagens foram transformadas em texto e, para sua análise, delimitou-se uma amostragem de cerca de 50 páginas. Tal recorte foi escolhido pela nitidez das páginas e pela qualidade das fotos.

Desse fascículo foram destacadas todas as ocorrências das preposições *ad*, *in*, *cum* e *de*. Esse levantamento resultou em cerca de 400 dados; diante da necessidade de expansão do *cópus*, devido ao fato de esta parte constituir uma apresentação do material, redigida posteriormente, na variedade propriamente clássica, ou muito próxima a ela, e, portanto, não ter sido constatada variação no primeiro fascículo, foram destacadas as ocorrências das mesmas preposições nos fascículos 3 e 5. Esses fascículos não precisaram ser fotografados, pois foram disponibilizados pela Biblioteca Nacional de Portugal (HERCULANO, 1856-1868), o que facilitou o processo de busca e manuseio dos dados.

Como o objetivo foi constituir uma amostragem, para a análise foram destacadas as preposições de uma a cada dez páginas de cada fascículo, de forma que a seleção foi feita sempre a partir do início do foral, o que justifica o fato de a numeração não ser exatamente de 10 em 10, pois se a décima página não constituísse o início do foral, passava-se à página seguinte.

Após identificar-se a preposição, promoveu-se o recorte das ocorrências com preposição, de forma que, a partir de cada preposição fossem contadas aproximadamente três palavras antes e cinco depois, a fim de se trabalhar com um contexto mais amplo e verificar o que estava sendo regido pela preposição.

Assim, após esse recorte do contexto, foi feita a análise das ocorrências para constatar o comportamento de cada uma e verificar se elas regiam os casos da forma como se esperaria que regessem. O regime esperado das preposições é:

- *Ad* reger acusativo e ter sentido de **a, para, até**;
- *Cum* reger ablativo e significar **com**;
- *De* também reger ablativo e significar **de, do alto de, acerca de**;
- E *in*, quando tiver idéia de direção, reger acusativo e ter sentido de **a, para, contra, até**; quando houver idéia de permanência reger ablativo e significar **em, sobre, entre** (ALMENDRA; FIGUEIREDO, 2003, p.128).

Por uma questão de clareza, abaixo há exemplos retirados de Almendra e Figueiredo (2003, p.128), com as respectivas traduções, de construções com as preposições estudadas:

1. *Canis ad fluvium currit.* (*ad* + acusativo)

O cão corre em direção ao rio

2. *Vulpes in puteum decidit.* (*in* + acusativo)

A raposa meteu-se no poço.

3. *Canis in fluvio simulacrum suum uidit.* (*in* + ablativo)

O cão viu no rio a sua imagem.

4. *Corvus de fenestra caseum rapuit.* (*de* + ablativo)

Um corvo roubou um queijo de uma janela.

5. *Ferebat fiscos cum pecunia.* (*cum* + ablativo)

Transportava cestos com dinheiro

Optou-se por apresentar essas construções, retiradas de Almendra e Figueiredo (2003), para ilustrar o comportamento esperado das preposições e dos casos regidos por elas, no entanto, como o primeiro fascículo da coleção foi analisado minuciosamente e não foi encontrada nenhuma variação, pelo menos no que diz respeito ao emprego das construções

analisadas, seguem exemplos, retirados do primeiro fascículo da coleção analisada, de acordo com o regime esperado das preposições. A respectiva glosa de cada ocorrência encontra-se logo abaixo de cada exemplo.

6. quae **ad** aetatem a primordiis regni huius (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 1, p.V)

A possível tradução se refere a uma expansão do trecho citado, cujo período latino é: “Hoc *Monumentorum Historicorum* Portugaliae volumen veterum patrii iuris documentorum, **quae ad aetatem a primordiis regni huius** [...] ductam attinent [...] seriem ducit”: “Este volume das Obras Históricas de Portugal compõe uma série contínua de antigos documentos do direito pátrio, **os quais** se estendem **por um período** que se prolonga **desde os primórdios deste reino[...]**” (a parte em negrito é referente ao recorte da ocorrência).

7. super his monumentis **in** lucem proferendis consulto, seriem ducit. (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 1, p.V)

“a respeito da deliberação, segundo a qual essas obras deveriam ser publicadas.”

8. praeterquam **in** foralibus legum ferendarum ius executioni mandatum appareat; (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 1, p.VI)

“exceto nos forais das leis que devem ser propostas, que fique claro o direito confiado a uma administração;”

9. si hanc nostram **cum** prisca et horrida illorum aetate componere ausi, (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 1, p.VIII)

“se ousássemos comparar essa nossa com a antiga e rude a época deles,”

10. et **de** communione eorum qualiter juste (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 1, p.XVI)

A possível tradução também se refere a uma expansão do trecho citado, cujo período latino é: “[...] **et de communione eorum qualiter juste** judicent vel de ultore nequiter judicantium[...]

julguem **bem** como do punidor dos que julgam mal” (a parte em negrito se refere ao recorte da ocorrência).

Assim, após a seleção das ocorrências das preposições estudadas, foi possível analisá-las e constatar se elas ocorriam da forma esperada, ou seja, se ocorriam quando era previsto que ocorressem e se regiam o caso esperado, ou seja, se *in*, indicando deslocamento, regia acusativo e se, com sentido de permanência, regia ablativo; se *ad* regia acusativo; se *cum* regia ablativo; e se *de* também regia ablativo, ou se havia alguma variação no emprego do sistema prepositivo ou do sistema casual.

Para a contabilização dos dados foi utilizado o programa Goldvarb X (SANKOFF, 2005), programa estatístico utilizado em pesquisas sociolinguísticas, a fim de observar os fatores condicionantes nos processos de variação linguística.

2.2.1 Variáveis

Todo fenômeno variável compreende formas alternativas de “dizer o mesmo”; ou seja, “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 2007, p.8). A essas formas, dá-se o nome de variantes na Teoria de Variação e Mudança Linguísticas. O conjunto de variantes de um mesmo fenômeno constituem a variável dependente. Ela é denominada *dependente*, pois seu emprego é influenciado por grupos de fatores, que constituem as variáveis independentes, e podem ser de natureza linguística ou social.

Para a análise das preposições desse corpus, propôs-se a variável dependente **construção prevista** e **construção com variação**. Para as variáveis independentes, propuseram-se: (i) os casos regidos pela preposição: acusativo e ablativo; (ii) a preposição envolvida na construção, ou seja, *ad*, *cum*, *de* ou *in*; (iii) e o tipo de variação: **construção com variação no caso regido pela preposição**, **construção com variação no vocábulo regido pela preposição** e **construção com variação no sentido do sintagma preposicionado**.

Segue um exemplo – cuja possível glosa se encontra em nota – de cada preposição, e, em seguida, de cada tipo de variação, salientando que as preposições e o termo regido se encontram sublinhados. O número entre parênteses foi usado para identificação das

ocorrências na análise. Todas as ocorrências reproduzidas foram retiradas dos fascículos 3 e 5 de *Leges et Consuetudines* (HERCULANO, 1856-1868). A referência completa de cada uma se encontra ao lado.

11. la calumpnia ad uicinum sicuti de moradore: (555) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p. 804)

“o insulto a um vizinho, assim como do morador”.

Nesta ocorrência, há a preposição **ad**, que rege acusativo.

12. uicino qui cum suo parente morar (532) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p. 784)

“Vizinho que morar com seu parente”

Nesta ocorrência, a preposição **cum** é empregada com o caso ablativo, assim como era esperado pelo regime clássico das preposições.

13. aut messauerit uicinum de uilla pectet (527) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.794)

“Ou tiver contratado (como vigia) um vizinho de sítio, pague”

Nesta ocorrência, encontra-se a preposição **de**, regendo o caso esperado, ou seja, ablativo. No entanto, o sentido dessa preposição, nesta ocorrência, já é um dos sentidos que a preposição **de** pode assumir em português, ou seja, valor de posse, de pertencimento.

14. et mittant las bestias in domo del quereloso (512) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p. 774)

“e mandem as bestas para a casa do ‘queixoso’”.

Aqui se verifica a preposição **in** regendo a palavra *domo*. Em latim clássico, essa palavra (que pode ser tanto de tema *-u-*, *domu-*, como *-o-*, *domo-*) não admite uso de preposição, somente a ocorrência de caso, ou seja, ablativo, que geralmente marca, com a palavra *domo-/u-*, a ideia de ponto de afastamento. Mas, como o verbo é de movimento (*mittant* = enviem, mandem), a regência prevista seria *domum* (para casa), assim, verifica-se uma variação no caso regido pela preposição.

A seguir há exemplos dos tipos de variação:

- **Construção com variação no caso regido pela preposição:**

15. juret sibi quinto de uicinos. (553) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.804)

“Comprometa-se a um quinto (da colheita) dos vizinhos”

Nesta ocorrência, observa-se a preposição *de*, que rege ablativo, regendo acusativo, o que constitui um caso de variação no caso regido pela preposição.

- **Construções com variação no vocábulo regido pela preposição:**

16. bestia enprestare ad alium aut leuauerit ad alquilé 519 (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.784)

“emprestar uma besta (de carga) a um e tiver levado ao aluguel”

Nesta ocorrência, não foi possível encontrar o sentido da palavra *alquilé*, que não é latina, em dicionários de latim. Ela foi encontrada no dicionário Houaiss (2002) de língua portuguesa. De acordo com ele, a palavra vem do árabe “al-kirá” e significa “aluguel de coisa móvel por tempo determinado (esp. de cavalgaduras); 2 preço do aluguel ou arrendamento (esp. de cavalgaduras); 3 cavalgadura de aluguel”, por extensão, entendeu-se a palavra como “aluguel”.

Entende-se por variação no vocábulo regido pela preposição toda construção que envolve palavras estranhas ao latim, palavras essas cujos sentidos, muitas vezes, não podem ser reconstituídos, ou palavras aportuguesadas ou portuguesas.

- **Construções com variação no sentido do sintagma preposicionado:**

17. omnium ecclesiarum de Silue et de terminis suis constructarum (402) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.706)

“De todas as igrejas construídas de Silva e de seus territórios”

Nesta ocorrência, as preposições *de*, apesar de regerem ablativo, e, portanto, estarem de acordo com a regência clássica, apresentam um dos sentidos do *de* do português, que é de posse, de pertencimento. Assim, por variação no sentido do sintagma, entende-se que o sentido marcado pela preposição e pelo termo regido diferem do sentido que teriam em latim clássico.

2.3 Análise e discussão dos resultados

Na análise do primeiro fascículo da parte *Leges et Consuetudines* (HERCULANO, 1856-1868), não foi encontrada variação nas ocorrências analisadas, nem no emprego das preposições nem nos casos regidos por elas, de modo que todas as ocorrências de *in* regem acusativo ou ablativo, *ad* rege acusativo, *cum* e *de*, ablativo. Tal comportamento ocorre por ser este fascículo uma espécie de apresentação dos documentos. Apesar de não haver referências sobre sua escrita, este primeiro fascículo provavelmente foi redigido mais tardiamente, por um editor que dominava o latim em sua variedade clássica, o que explica a não ocorrência de variação.

Apesar da situação diferenciada desse primeiro volume, para se ter certeza da não-variação no emprego do sistema prepositivo, bem como no do sistema casual regido por ele, em uma primeira etapa, foram analisados mais de 400 dados; dessas ocorrências, 64,6% foram de *in*, sendo que 33% regiam acusativo e 67% regiam ablativo; 17% foram de *ad* com acusativo; 10,1% foram de *de* regendo ablativo; e 8,3% foram de *cum*, também com ablativo, dados representados pelo gráfico a seguir.

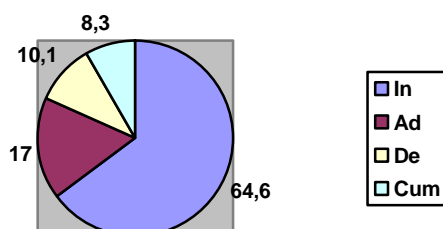


Gráfico 1 - Frequência de uso das preposições no primeiro fascículo

Fonte: elaboração própria

Como se acredita que o latim tenha desaparecido como língua de comunicação oral por volta dos séculos VII ou VIII de nossa era, e essa apresentação, a que corresponde o primeiro fascículo, provavelmente ter sido escrita próximo ao lançamento da coleção, que data de 1856, temos que assumir que os textos não foram escritos por falantes de latim. Ainda assim, principalmente no que tange ao emprego das preposições, mas também em relação aos

outros aspectos linguísticos do texto, observa-se um uso muito próximo ou idêntico ao do latim clássico.

Na expansão do corpus, ou seja, na análise dos fascículos 3 e 5, realmente é possível observar a variedade da língua latina utilizada pelos notários medievais, e, nesse material, é possível verificar variação no emprego do latim, variações estas que, ou dão indícios da simplificação do sistema casual latino e do maior emprego de preposições ou já são muito próximas à tipologia preposicional do português, além de outros aspectos linguísticos que também evidenciam uma fase de transição da escrita.

Na análise dos fascículos 3 e 5, foram analisadas 555 ocorrências. Em relação à frequência de uso das preposições, no material analisado, o uso de *de* constituiu 267 ocorrências, o que corresponde a 48,1%; o uso de *in* constituiu 129 ocorrências, o que corresponde a 23,2%; o de *ad* constituiu 81 ocorrências, o que representa 14,6%; e o de *cum* constituiu 78 ocorrências, o que representa 14,1% dos dados, índices também representados pelo gráfico a seguir.

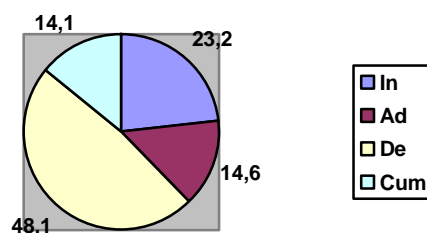


Gráfico 2 - Frequência de uso das preposições no fascículo 3 e 5

Fonte: elaboração própria

Como é possível verificar pela comparação dos dois gráficos, que juntos representam quase mil ocorrências, a frequência de uso das preposições é visivelmente diferente quando da análise do primeiro e dos outros dois fascículos. Como a variedade empregada nos textos é diferente, ou seja, no primeiro fascículo, apesar de escrito mais tardiamente, percebe-se o emprego da variedade clássica do latim, ou pelo menos um emprego muito próximo a ela, e, como não há variação no emprego das preposições e nem nos casos regidos por ela, deduz-se que esse material pode refletir os índices de frequência das preposições na variedade clássica do latim.

Comparando-se esses índices aos obtidos com a análise dos fascículos 3 e 5, que apresentam variações no emprego das preposições e também dos casos regidos por elas, percebe-se que, nessa Tradição Discursiva, o uso de *de* aumentou significativamente, de 10,1 para 48,1%, enquanto o de *in* diminuiu, de 64,6 para 23,2%; o uso da preposição *cum* aumentou um pouco, passando de 8,3 para 14,1%, ao mesmo tempo em que o de *ad* teve uma pequena diminuição, de 17 para 14,6%, diferenças de usos representadas pelo gráfico a seguir.

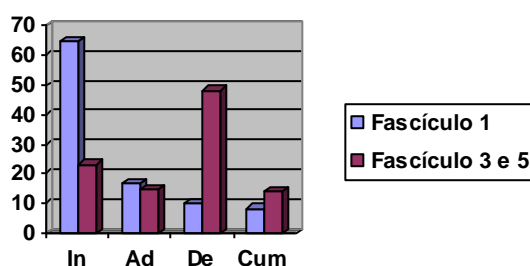


Gráfico 3 - Diferença na frequência de uso das preposições nos fascículos 1 e 3 e 5

Fonte: elaboração própria

Como é possível observar, a preposição *in*, que constituía a preposição mais frequente no primeiro fascículo, que pode ser considerado um exemplar da variedade clássica do latim, nos fascículos 3 e 5, que são representativos do latim medieval, sofreu um considerável decréscimo de uso, sendo possível constatar uma frequência de uso mais diversificada das preposições analisadas, que são distribuídas de forma menos desigual, com destaque para a preposição *de*, que, realizada, na maioria das vezes, com um dos sentidos que tem no português, representou a preposição mais frequente.

A maior frequência da preposição *de* pode ser correlacionada à gradual substituição da flexão de genitivo pela forma analítica, ou seja, por *de* seguido de ablativo, na maioria das vezes. Como no fascículo 1 não se observou variação, a idéia de posse era marcada pelo genitivo; nos fascículos 3 e 5, que apresentaram variação, essa mesma idéia, ao invés de vir com a flexão de genitivo, apareceu, quase sempre, introduzida pela preposição *de*. Assim, esse uso dessa preposição, verificado na quase totalidade de ocorrências do corpúsculo constituído pelos fascículos 3 e 5, já é uma extensão do sentido concreto com que essa preposição era empregada na variedade clássica do latim. De acordo com Viaro (1994) a ideia de posse marcada por *de* substitui a função que tinha o genitivo latino, como a ideia de origem pode ser

expressa também por essa flexão, houve uma verdadeira confluência no latim vulgar entre as expressões com *de* e o genitivo, o que corrobora o considerável aumento no emprego dessa preposição quando se compara o primeiro com os fascículos 3 e 5.

Em relação à variação no emprego da construção prepositiva, ou seja, considerando-se tanto a preposição envolvida quanto o caso regido por ela, o emprego com a construção que envolve *de* se mostrou mais suscetível à variação, com pouco mais que 77% de variação nas ocorrências analisadas; a segunda preposição mais suscetível à variação foi a preposição *cum*, com quase 27% de variação; as construções com a preposição *ad* apresentaram 18,5% de variação no emprego e as construções com *in*, pouco mais de 10%.

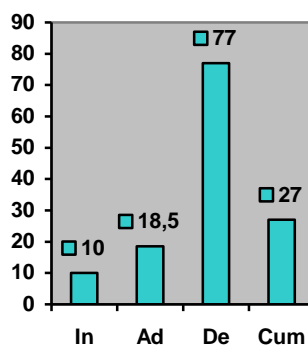


Gráfico 4 - Índice de variação no emprego da preposição ou do caso regido por ela

Fonte: elaboração própria

A seguir, apresentam-se algumas ocorrências, retiradas do *cópus*, que representam as variações encontradas. As ocorrências se encontram separadas pelo tipo de variação, quais sejam: variação no caso regido pela preposição, no vocábulo regido por ela ou no sentido que ela marca. É importante salientar que, como a preposição é uma classe muito produtiva, geralmente aparece mais de uma em cada ocorrência, mas a sublinhada é a que está em análise.

1. Construções com variação no caso regido pela preposição

- Com a preposição *in*:

18. non eatis in hoste nisi cum domino Rege (310) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.567)

“não marcheis (vades) contra o inimigo a não ser com o senhor (vosso) Rei”

Nesta ocorrência, observa-se a preposição **in** regendo ablativo, o que é uma construção possível, dado que **in** pode reger tanto acusativo quanto ablativo; no entanto, com verbos que expressam deslocamento, como é o caso do verbo *ire* (*eatis*), a preposição só poderia reger acusativo. Portanto, o emprego de **in** com ablativo em uma construção com verbo de deslocamento constitui um caso de variação no caso regido pela preposição.

19. los homines miserit in balneo in die de las mulieres (551) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.804)

“tiver enviado os homens no banho no dia das mulheres”

Assim como na ocorrência anterior, nesta a preposição **in** também deveria reger acusativo, e não ablativo, como aparece, pois também se trata de um verbo de deslocamento (*miserit*); ou seja, outra variação no emprego do caso regido pela preposição.

- **Com a preposição *cum*:**

20. desafidiare cum parentes de magis circa desafidie. (518) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.784)

“desvassalar-se’ juntamente com teus parentes mais próximos na desvassalagem”

21. et cum rostales pro VI denarios. (462) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.743)

“E com rostales por 6 dinheiros”. *Rostales*, talvez, possa advir de *rotaticus*, pedágio de carroças.

Nas ocorrências anteriormente reproduzidas, observa-se a preposição **cum**, que pelo regime clássico das preposições regeria ablativo, sendo construída com acusativo. Essa variação já é constatada em estudos de latim vulgar. Segundo Bastardas Parera (1953, p.86), “El uso del acusativo en vez del ablativo tras las preposiciones es muy antiguo. En las inscripciones de Pompeya del siglo I aparecen por primera vez **cum** y **ab** con acusativo y en los textos posteriores estas construcciones se generalizan”.

- **Com a preposição *ad*:**

22. qui intrauerit in balneum in die de las mulieres de sol ad sol (550)
(HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.804)

“Quem tiver entrado no banho das mulheres de sol a sol”

Nesta ocorrência, a palavra regida por *ad*, ou seja, *sol*, aparece sem flexão. O regime esperado era que *ad* regesse acusativo.

23. Ad orphano que non habet XV annos (483) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.754)

“ao órfão que (ainda) não tem 15 anos”

Nesta ocorrência, a preposição *ad* rege ablativo, enquanto o regime clássico prevê acusativo.

- **Com a preposição *de*:**

24. juret sibi quinto de uicinos. (553) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.804)

“Comprometa-se a um quinto (da colheita) dos vizinhos”.

Nesta ocorrência, aparece *de* com acusativo, ao invés da regência clássica, que é com ablativo.

25. qui intrauerit in balneum in die de las mulieres de sol ad sol (550)
(HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.804)

“Quem tiver entrado no banho das mulheres de sol a sol”.

A palavra regida pela preposição *de* aparece sem flexão nesta ocorrência.

2. Construções com variação no vocábulo regido pela preposição

26. bestia enprestare ad alium aut leuauerit ad alquilé 519 (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.784)

“emprestar uma besta (de carga) a um e tiver levado ao aluguel”

A palavra *alquilé* desta ocorrência, por não ser latim, fica sem flexão. É importante salientar que, como foi afirmado anteriormente, o sentido da palavra *alquilé* não pôde ser encontrado em dicionários latinos. Nesse caso, a palavra foi encontrada no dicionário de língua portuguesa, mas isso nem sempre ocorreu com os vocábulos estranhos ao latim, o que prejudica a apreensão de sentido da construção.

27. in jugal (305) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.657)

A palavra *iugalis* (osso da arcada) aqui já está aportuguesada, por isso, não está flexionada. Em latim clássico deveria ser *in iugale*.

3. Construções com variação no sentido

28. et per desorna de suo seniore, (554) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.767)

“e por desonra de seu Senhor”.

29. la calumpnia ad uicinum sicuti de moradore: (555) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.767)

“o insulto a um vizinho, assim como do morador”.

30. Et dê tali lisione de oculo, de nares, de rostro, de manu, de pissa, de coiones, aut pede aut teta de muliere: (539) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.794)

“e de uma tal lesão de olhos, de nariz, de rosto, de mão de *pissa*, de culhões[?], ou no pé ou na teta da mulher”.

31. Mulier de uiçino, (530) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.794)

“Mulher de vizinho”

Esse tipo de variação só foi encontrado com a preposição **de**. Todas as ocorrências em destaque, apesar de apresentarem a regência prevista (todas as preposições **de** regem ablativo), apresentam um dos sentidos da preposição **de** do português, ou seja, marcam uma relação de posse, de pertencimento, constituindo, portanto, variação no sentido da construção.

Além da variação no sentido da estrutura, as ocorrências acima apresentam algumas outras variações, como a preposição *de* que aparece com acento circunflexo na ocorrência 30 e a grafia da palavra *uiçino*, que é feita com cedilha na ocorrência 31.

A partir da análise dos dados é possível fazer algumas generalizações no que diz respeito às preposições e ao seu regime.

A preposição que apresentou mais variação foi a preposição *de*. Apesar de, na maioria das vezes, ser construída de acordo com o regime clássico, que prevê *de* seguido de ablativo, essa construção já apresenta um dos valores da preposição *de* do português, ou seja, marca relação de posse. Tal construção semântica, na variedade clássica do latim, seria feita com genitivo, e não com preposição *de* regendo ablativo. Em sua análise, Viaro (1994, p.93) afirma que “a ideia de posse expressa por *de* substitui a função que tinha o genitivo latino” e continua: “como a ideia de origem pode ser expressa também pelo genitivo, houve uma verdadeira confluência no latim vulgar entre as expressões com *de* e o genitivo, conforme testemunham o português e o romeno” (VIARO, 1994, p.95-96). Assim, já no latim vulgar, ocorria a variação verificada na análise dos documentos latino-portugueses; variação que só tendeu a expandir-se, constituindo uma mudança linguística.

Essa variação era prevista pela hipótese inicial de trabalho, pois, na evolução do latim, o genitivo e o dativo foram os primeiros casos a se fundirem, formando um caso sincrético, que viria a se fundir com o ablativo, que, mais tarde, juntamente com o acusativo, último caso a desaparecer, formariam o nosso caso oblíquo (CLACKSON; HORROCKS, 2007).

Ainda em relação à preposição *de*, também foi possível encontrar variação, em menor grau, no emprego do caso regido por ela: ao invés de reger ablativo, ela apareceu, em alguns momentos, com acusativo.

A segunda preposição mais suscetível à variação foi o *cum*. Essa preposição só apresentou variação no caso regido por ela: ao invés de reger ablativo, apareceu, várias vezes, com acusativo. Essa variação também confirma a hipótese inicial, pois, como já foi afirmado, o caso acusativo foi uma espécie de caso resumidor, então a substituição de outros casos por ele é uma “simplicação” do sistema casual. Dessa forma, a construção de *cum* regendo acusativo era uma variação esperada e, portanto, confirmada pelos dados.

A preposição *ad* apresentou um índice menor de variação e apenas variação do caso regido por ela. Esse índice menor de variação pode ser explicado pelo fato de *ad* reger acusativo, que é o caso que geralmente substitui os outros casos. No entanto, apesar de esta preposição reger o caso resumidor, ainda houve variação no seu emprego, sendo possível observá-la regendo ablativo. Essa variação confirma que, no momento em que os documentos foram escritos, o sistema casual do latim já não era nítido para seus usuários, falantes de uma outra língua, o que se reflete nas variações encontradas.

Com o menor índice de variação, aparece a preposição *in*. Esta preposição, quando empregada com verbos de deslocamento, rege acusativo, e, quando empregada com verbos de permanência, rege ablativo. A variação observada com *in* foi apenas em relação ao caso regido por ela, ou seja, observou-se *in* regendo ablativo com verbos de deslocamento e regendo acusativo com verbos de permanência.

Em relação aos tipos de variação, a variação no sentido do sintagma regido foi a mais recorrente, atingindo quase 74% dos casos de variação, em segundo lugar apareceu a variação no caso regido pela preposição, com quase 16% dos casos de variação, e, por último, apareceu a variação no vocábulo regido, com quase 10% de variação. O gráfico a seguir representa esses índices dos tipos de variação.

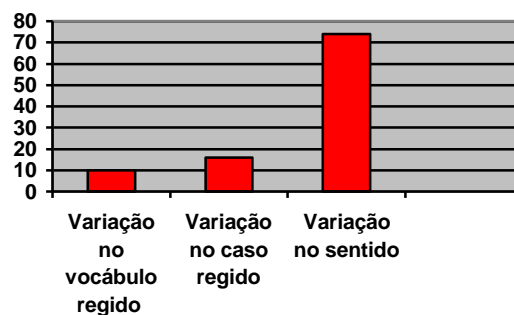


Gráfico 5 - Porcentagem de variação de acordo com o tipo de variação encontrada

Fonte: elaboração própria

Além das variações dessas preposições, que constituem o objetivo do trabalho, também foi possível observar outras variações no material analisado. Apesar de não serem o foco do estudo, seguem alguns comentários sobre outras variações observadas, tanto em relação a outras preposições, quanto a outros pontos que chamaram a atenção durante a análise.

A existência dessas variações corrobora que os textos são representativos de uma transição da escrita latina para a escrita das línguas românicas. Castro (1991) afirma que o latim das escolas não apresentava um aspecto uniforme, assim “a distância entre a língua falada e o latim aprendido nas gramáticas provoca na escrita (em latim) o aparecimento de numerosos erros, que amiúde reflectem as tendências diferenciadoras da língua falada pela pessoa que escreve” (CASTRO, 1991, p.87). Portanto, tais variações constituem o “vazamento” da diglossia.

Ainda em relação às preposições, também se observou variação no emprego da preposição *per*. Esta preposição, pelo regime clássico, rege acusativo, no material analisado, foi possível encontrá-la regendo ablativo:

32. *per exquiricione* de bonos homines. (77) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 3, p.383-384)

“por exigência de homens de bem”

A preposição *pro* também apresentou variação. Ao invés de reger ablativo, apareceu com acusativo:

33. *pro infanciones* de totas alias terras (114) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 3, p.394)

“em lugar de infantes de outras terras”

Ainda sobre as preposições, no corpus houve uma ocorrência de *do*, contração da preposição *de* com o artigo *o*, uso que já é português, o que confirma que traços da língua falada pelas pessoas que escreveram os textos foram registrados na escrita:

34. *ut duas partes dos caualeiros* uadant in fossatum, (154)
(HERCULANO, 1856-1868, fascículo 3, p.496)

“como duas partes dos cavaleiros vão à trincheira”

No que tange a outros pontos, que não ao das preposições, também foi possível encontrar algumas ocorrências que chamaram a atenção.

Há variação na grafia de algumas palavras, como, por exemplo, a palavra *oppidum* (cidade), que, ao invés de ser grafada com 2 letras “P”, aparece apenas com uma – *opidum*. Como anteriormente referido, a palavra *uicino* aparece grafada com “Ç”; há a simplificação da terminação *AE* para *E*, como em *terre* ao invés de *terrae*. Em um grau mais avançado de variação, já aparecem palavras aportuguesadas e também palavras propriamente portuguesas, que geralmente ficam sem flexão. Algumas palavras não foram encontradas em dicionários latinos, o que dificultou a tradução, portanto algumas palavras ficaram sem tradução devido à dificuldade de reconstituição de seu sentido.

Em várias ocorrências, a organização frasal é praticamente portuguesa, assim como algumas construções encontradas. Em alguns momentos, as construções se parecem mais com português do que com latim, como a ocorrência que segue:

35. Zapatos bonos uacaris cum bonas pezas untados et de bonas seffiutas
(458) (HERCULANO, 1856-1868, fascículo 5, p.743)

“Bons sapatos de (couro de) vaca, untados (ou “aparelhados”) com boas peças e de boas seffiutas [?]”

Essa ocorrência apresenta uma organização frasal praticamente portuguesa, com a palavra *seffiutas*, que não é latina e não teve seu sentido encontrado. Além disso, as preposições *cum* e *de* parecem com a regência simplificada, ou seja, ao invés de regerem ablativo, aparecem com acusativo.

Com as análises, foi possível perceber que os usuários/escreventes da língua latina daquele momento de produção estudado - que pode ser considerado um estágio de transição da escrita latina para a escrita portuguesa - já faziam uso, na escrita, de recursos que, na língua portuguesa, assumiram a função que os casos desempenhavam na língua latina, principalmente a ordem mais fixa dos constituintes frasais, bem como um maior uso de preposições.

Pinkster (1995, p.80) afirma que “el sistema de casos abrió camino a otro sistema de marcar las relaciones semánticas y sintácticas, un sistema en el cual especialmente el orden de palabras y las preposiciones tienen un importante papel”. Assim, na passagem de uma língua a outra, como afirma o autor e como se pôde constatar com as análises, realmente há indícios da generalização das formas analíticas e também de uma ordem frasal mais fixa.

Sobre o fato de características da variedade falada perpassarem a variedade da língua escrita, apesar de fazer referência a outras regiões, acredita-se que e a afirmação de Figueiredo (2007) possa ser estendida a Portugal. A autora afirma que há uma dualidade criada entre o normativismo da língua cultivada e a espontaneidade da língua popular, dualidade esta que foi ampliada. Apesar disso, criou-se uma tradição de ensino da língua latina clássica, perpetuado, na França, até o fim do século VI, na Itália, até o século VIII e, na Espanha, até o século IX. A autora afirma que mesmo os textos latinos mais tardios conservam traços do ensino escolar conservador. Apesar dessa forte pressão normativa, “os escribas, quando produziam com grande cuidado as fórmulas tradicionais dos diplomas, se esforçavam em manter a tradição escolar; mesmo assim, aqueles textos tardios foram testemunhos fiéis da língua falada” (FIGUEIREDO, 2007, p. 20).

Assim, de acordo com as análises, a Tradição Discursiva estudada, que constitui fontes primárias, produzidas por pessoas que não tinham o latim como língua materna e nem eram

falantes de latim – pois se acredita que ele tenha desaparecido como língua de comunicação oral por volta dos séculos VII ou VIII de nossa era, permanecendo apenas como língua franca – revelam variações, que são indícios da língua falada no momento em que os textos foram escritos, o que confirma a hipótese de vazamento da diglossia, ou seja, quando os domínios de uma língua ou variedade linguística invadem os domínios de outra, neste caso, marcas da língua utilizada na comunicação oral – o português - invadem a língua de comunicação escrita – o latim. Emiliano (2004c, p.53) afirma que “a *Schriftsprache*⁴ latino-portuguesa assentava-se indubitavelmente sobre uma oralidade portuguesa, apesar do aspecto alatinado e tradicional”, assim, ainda de acordo com o autor, muitos dos desvios que a língua dos documentos apresentam face à tradição gráfica e gramatical latina testemunham as origens de uma tradição de escrita portuguesa.

Após essas análises dos documentos latinos portugueses, a próxima seção é dedicada à análise dos dados do português paulista moderno.

⁴ Linguagem escrita

3 AS PREPOSIÇÕES NO PORTUGUÊS PAULISTA MODERNO

Nessa seção, primeiramente apresenta-se o *cópus* analisado; a seguir há a metodologia, seguida das variáveis, e, logo em seguida, a análise e discussão dos dados.

3.1 *Cópus*

Para essa sincronia, trabalha-se com textos escritos por estudantes que estejam concluindo ou que tenham concluído o ensino médio na rede paulista de ensino. Esse recorte foi feito por se considerar, assim como Faraco (2008), que o aluno que conclua o ensino médio tenha tido acesso a uma educação que possa garantir uma imersão na cultura letrada e, conseqüentemente, o domínio da variedade linguística a ela atrelada; e que possa, portanto, ser considerado falante culto. Essa classificação diverge da classificação adotada pelo NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta), mas Faraco (2008, p.59) justifica:

[...] o projeto NURC restringiu a classificação de “cultos” (de mais letrados) aos falantes com educação superior completa. No entanto, numa sociedade que distribua de maneira mais equânime os bens educacionais e culturais, é mais adequado considerar letrados todos os que concluem pelo menos o ensino médio. Este é um critério que se constituiu historicamente nas sociedades industriais modernas nos últimos duzentos anos [...].

Dessa forma, analisa-se o comportamento linguístico de pessoas que podem ser consideradas falantes cultos, mas que, apesar disso, podem deixar transparecer, na escrita, aspectos de variação presentes na fala. Através de seus textos, tem-se um panorama do uso das preposições no português paulista moderno, ao mesmo tempo em que se podem identificar características do apagamento e permanência de determinadas preposições e os contextos em que tais processos ocorrem.

O tipo de texto escolhido para constituição do *cópus* foi o dissertativo, que, segundo o dicionário eletrônico Houaiss (2002), é um trabalho escrito, feito por estudantes como forma de avaliação. O texto geralmente versa sobre algum tema atual ou polêmico e objetiva avaliar a argumentação e a exposição de ideias do aluno. Pelas características formais do texto, a escrita tende a constituir uma forma artificial de expressão, dado o fato de a variedade a ser utilizada se diferenciar substancialmente da variedade utilizada cotidianamente pelos alunos.

Por uma necessidade de delimitação de cópuz, foi feita a escolha de três cidades, com perfis diferentes, para se comparar o comportamento linguístico de falantes de cada uma delas. As cidades escolhidas para coleta de cópuz foram: Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina, respectivamente listadas em ordem decrescente de número de habitantes. Segue um mapa para visualização da localização das três cidades estudadas.



Mapa 1 - Cidades de Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina

Fonte: Guia Geográfico do Estado de São Paulo, 2010

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Ribeirão Preto tem estimativa populacional de pouco mais de 605 mil habitantes. De acordo com a prefeitura da cidade (PREFEITURA..., 2009), a região foi a maior produtora de grãos

na virada do século XIX, abastecendo o mundo inteiro com o que se chamava "ouro verde" – o café. Ligada ao país por ferrovia, telefonia e rodovias, o desenvolvimento trouxe novas culturas, como a cana-de-açúcar, a soja, o milho, o algodão e a laranja e implantou uma forte agro-indústria. Sua renda *per capita* é semelhante à de alguns países da Europa Mediterrânea e praticamente o dobro da média brasileira. Com essas características, a região tem uma grande circulação de pessoas e vários eventos culturais durante todo o ano.

A segunda região estudada, Rio Claro, tem estimativa de 186 mil habitantes. Segundo a prefeitura da cidade (PREFEITURA...,2010), Rio Claro apresenta posição de destaque no quadro de municípios brasileiros e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos mais altos do Estado. Uma série de fatores sócio-econômicos como qualidade de ensino, qualificação profissional, longevidade, renda *per capita*, recursos naturais e nível da produção industrial levam a cidade a manter este índice. A presença de centros universitários e de pontos turísticos também caracteriza a região como um lugar de constante circulação de pessoas.

Itirapina, ainda segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, tem cerca de 15 mil habitantes. De acordo com informações do Turismo Itirapina (TURISMO..., 2010), o município tem como característica de destaque a localização, no centro do Estado, perto dos grandes centros, além de ter seu território integralmente dentro de uma área de proteção ambiental e estar no centro de destinos turísticos de grande demanda, como Brotas e São Carlos, com seu polo tecnológico. A região é culturalmente marcada por atividades rurais e por festas e costumes religiosos.

Pelos diferentes perfis das cidades, definiu-se como hipótese que Ribeirão Preto tivesse um comportamento linguístico mais inovador e Itirapina um mais conservador, enquanto Rio Claro permanecesse com comportamento intermediário.

O objetivo foi verificar como o emprego do sistema prepositivo é feito nas três regiões escolhidas, observando semelhanças e diferenças nos empregos encontrados.

3.2 Metodologia

Para se analisar as preposições desta sincronia, atendendo aos preceitos da pesquisa sociolinguística, foram coletados apenas textos produzidos por alunos naturais das cidades listadas, quais sejam: Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina.

Partiu-se de um conjunto de 20 textos de cada cidade, mas, como os textos forneceram uma quantidade de dados muito diferente entre as três localidades, optou-se por delimitar não a quantidade de textos, mas sim a quantidade de dados. Desse modo, estabeleceu-se um número de aproximadamente 50 ocorrências para cada localidade.

Como o objetivo é descrever os processos em que é possível encontrar apagamento preposicional, os dados contemplam construções em que o apagamento apareceu em alguns textos ou em que se julgou possível que aparecesse.

Para a quantificação dos dados, foi usado o programa estatístico GoldvarbX. A análise e descrição dos dados compreendem as variáveis dependentes e independentes, sendo que deste último grupo fazem parte as variáveis linguísticas e as sociais.

3.2.1. Variáveis

Propôs-se, para a análise, a variável dependente **presença e ausência de preposição**. Para as variáveis linguísticas são listados os grupos de fatores abaixo, através dos quais se procurou analisar os contextos condicionadores dos processos de variação em estudo, quais sejam, permanência e apagamento preposicional. Os grupos de fatores foram definidos primeiramente com respaldo em estudos anteriores; em momento posterior, a seleção pautou-se nos próprios dados do *córpus* e, por último, foram feitos testes com o Programa Goldvarb X para se definir quais seriam realmente as variáveis utilizadas para a análise dos dados.

A seguir listam-se os fatores e alguns exemplos retirados do *córpus* para ilustração do contexto linguístico. As letras indicadas ao lado são referentes às cidades onde os textos foram produzidos (IT – Itirapina; RP – Ribeirão Preto; RC – Rio Claro) e o número é a identificação de cada texto.

1. Construção sintática – por construção sintática se entende a estrutura em que se encontra a ocorrência, se é período simples ou período composto, se a função sintática desempenhada por duas ocorrências é a mesma ou diferente etc. Seguem as construções abordadas e exemplos retirados do *córpus*:

- **Estruturas relativas**

Analisa-se em quais condições é feito o emprego ou a omissão das preposições introduzindo estruturas relativas, principalmente as iniciadas por *que*.

36. jovens encontram-se na fase de novas descobertas ___ que vários fatores podem acabar resultando em vício - RC03 (preposição envolvida **em**)

- **Paralelismo**

Paralelismo é um encadeamento de funções sintáticas idênticas ou um encadeamento de orações de valores sintáticos iguais, enumerações ou ainda estruturas comparativas ou correlacionadas. Analisa-se de que forma essas construções favorecem ou não o emprego de preposições.

37. as drogas já viraram um problema tão comum que todos os dias vemos em rádios, ___jornais, ___revistas, ___televisão e ___internet um novo problema com drogas... RC17 (preposição envolvida **a**)

- **Subordinação**

Consideram-se estruturas subordinadas os períodos compostos que sejam diferentes das construções adjetivas, já abordadas aqui como construções relativas; ou seja, são as subordinadas substantivas e adverbiais.

38. o nosso país para liberar totalmente o uso e venda dessas, tem de estar ciente ___ que teria de aumentar o policiamento...RP03 (preposição envolvida **de**)

- **Construções com inversão sintática em relação à posição canônica SVO e complementos**

Pesquisa-se em que situações as preposições são empregadas ou omitidas em construções em que a ordem canônica seja invertida, ou seja, em ordem diferente a SVO e respectivos termos acessórios, de forma a privilegiar alguma informação.

39. hoje em dia ___ esse caso é fácil encontrar uso de drogas pelas ruas, nesse caso o uso mais frequente é dos jovens de classe média alta. RC07 (preposição envolvida **em**)

2. Preposição envolvida – aqui se verifica quais são as preposições, entre as já listadas, envolvidas nos processos, ou seja, **a, de, em, com, por** e **para**. Seguem exemplos retirados do corpúsculo da pesquisa da não-realização das preposições; o exemplo de **a** foi elaborado para ilustrar o apagamento dessa preposição, pois na presente pesquisa ela foi realizada em todas as ocorrências analisadas:

40. Outra conclusão ___ que chego (preposição envolvida **a**);

41. o nosso país para liberar totalmente o uso e venda dessas, tem de estar ciente ___ que teria de aumentar o policiamento...RP03 (preposição envolvida **de**);

42. Proibindo ou legalizando (as drogas) continuaremos fazendo vítimas em maiores ou ___ menores proporções - RP01 (preposição envolvida **em**);

43. o que pode ser feito é evitar de se expor àqueles que não são do seu interesse, convivendo somente ___ os que estão do seu lado RP05 (preposição envolvida **com**).

44. (drogas) Esse é um dos principais motivos ___ que muitas famílias se acabam - RC16 (preposição envolvida **por**)

45. pois (as drogas) constituem a causa de desgraça para os usuários e ___ a humanidade IT03 (preposição envolvida **para**)

3. Função sintática da ocorrência – as ocorrências são separadas pelas construções acima citadas e, neste grupo de fatores, essas construções são classificadas de acordo com a função que exercem, como: agente da passiva, complemento/adjunto nominal, complemento verbal e adjunto/complemento adverbial. Seguem exemplos de algumas dessas funções:

46. jovens encontram-se na fase de novas descobertas ___ que vários fatores podem acabar resultando em vício - RC03 (a preposição **em** introduziria um adjunto adverbial);

47. O nosso país tem de estar ciente ___ que teriam de aumentar o policiamento - RP03 (**de** introduziria um completo nominal);

48. o que pode ser feito é evitar de se expor àqueles que não são do seu interesse, convivendo somente ___ os que estão ao seu lado – RP05 (**com** introduziria um complemento oblíquo).

49. correndo o risco de serem mortos por traficantes ou até mesmo ___ policiais...IT04 (**por** introduziria um agente da passiva).

4. Processo de hipercorreção – aqui se verifica se há inserção de preposição em lugares em que isso não fosse previsto pela norma, ou se há troca de preposição, ou seja, se uma é empregada em lugar de outra⁵.

50. há 30 anos surgiu-se um método **em** que aquela pode ser interrompida – o aborto (nesse exemplo, não se esperaria a ocorrência de **em**, mas talvez a de **por** ou da locução **através do qual**).

51. as tão famosas drogas sintéticas, **na** qual é a moda atual em festas com música eletrônica (nesse exemplo há inserção da preposição **em**).

Pode-se fazer uma correlação desses casos chamados aqui de hipercorreção com o exemplo retirado de Arim, Ramilo e Freitas (2005), reproduzido abaixo, em que encontramos a presença de um **de** onde ele não era previsto.

52. Pedofilia, um tema **de** que, como dizia o professor Rosado Fernandes na primeira parte deste programa, está na moda há alguns anos [Programa Maria Elisa, RTP1] (ARIM; RAMILO, FREITAS, 2005, p. 79).

Nos dados do *cópus* constituído e analisado pelo presente estudo não encontramos casos de hipercorreção com a preposição **de**, mas diante da citação do caso de hipercorreção com esta preposição no português europeu, julgamos importante abordar o fenômeno chamado de *dequeísmo*, bastante recorrente e muito estudado, entre os estudos, Mollica (1989).

Dequeísmo é definido por Torrego (2000) como o emprego da preposição **de** diante da conjunção subordinante **que** quando aquela é supérflua no contexto em que aparece, ou seja, quando nenhum elemento da oração em que se encontra a exige⁶ (tradução nossa). O autor cita os seguintes exemplos do fenômeno em espanhol:

53. [*] Resulta de que ya era tarde.

⁵ Quando não houver o que se chamou de hipercorreção, desconsidera-se a ocorrência para esse grupo de fatores utilizando-se (/) não se aplica na análise estatística.

⁶ “Normalmente se entiende por ‘*dequeísmo*’ el empleo de la preposición *de* delante de la conjunción subordinante *que* cuando aquélla es superflua en el contexto en que aparece, es decir, cuando ningún elemento de la oración en que se encuentra la exige.” (TORREGO, 2000, p. 2107)

54. [*] Sospecho de que me van a venir a buscar.

55. [*] Es fácil de que lluva. (TORREGO, 2000, p.2107)

O autor também cita exemplos em que outras preposições são substituídas pela preposição **de**; nos exemplos citados por ele, geralmente a preposição **em** é substituída pelo **de**.

Para o autor, entre as causas linguísticas que explicariam o dequeísmo estão: a analogia, a hipercorreção e o caráter vazio, do ponto de vista semântico, da preposição **de**. Optou-se por expor esses exemplos do espanhol por serem muito parecidos com os que ocorrem em português, o que ilustra que este não é um fenômeno que ocorre apenas em português.

Ainda com referência às variáveis independentes, os grupos de fatores sociais não são tão expressivos na análise, pois já foi feito um recorte prévio, de forma que o corpus congrega apenas dados de falantes que estejam concluindo ou que tenham concluído o ensino médio, que sejam naturais e nunca tenham saído das respectivas cidades e que tenham a mesma faixa etária. Assim, o único grupo de fatores sociais que pôde ser testado foi a origem geográfica do falante.

3.3. Análise e discussão dos resultados

Seguem alguns exemplos, com a análise, retirados do corpus, separados aqui de acordo com o segundo grupo de fatores anteriormente listado, ou seja, com a construção sintática. Nos exemplos, o lugar em que se julgou haver apagamento preposicional está marcado com um traço.

- **Inversão da ordem SVO**

Chamou-se de casos de inversão da ordem básica, ou seja, inversão de SVO e complementos e/ou adjuntos, o que em outros trabalhos se tem chamado de construções de tópico ou topicalização. Apesar de ser uma construção em que se constata grande variação no emprego das preposições na modalidade falada da língua, o que ainda pode ser comprovado por outras pesquisas, nos limites do corpus estudado, foram encontradas poucas construções com apagamento preposicional em construções topicalizadas.

56. Como hoje não é legalizado, ___ esse fato não ocorre muitas mudanças (...) – RC11 (preposição **em**).

57. hoje em dia ___ esse caso é fácil encontrar uso de drogas...RC07 (preposição **em**).

Nos exemplos, observa-se que a inversão da ordem SVO e de termos acessórios pode desfavorecer o uso de preposições. Provavelmente, isso ocorre porque o elemento deslocado/topicalizado funciona como um quadro de referências em que a predicação deve ser entendida; apenas em um momento posterior do processamento da sentença esse elemento pode ser reinterpretado como parte de uma estrutura sintática em que desempenharia a função de complemento ou de adjunto, momento no qual transpareceria a exigência de uma preposição.

É possível relacionar a essa construção o que Borba (1971, p.65) afirma em relação aos adjuntos adverbiais, apesar de a construção aqui proposta ser mais ampla do que aquela à qual o autor se refere. Ele afirma que “[...] quando há adjunto adverbial, formado por um substantivo de noção temporal, é comum omitir-se a preposição porque a palavra tem, na essência, um valor adverbial – a circunstância temporal [...]” e ainda acrescenta que “[...] em português as construções com preposição ou sem ela constituem variantes livres [...]”.

Na análise, não foram encontrados exemplos de construções com adjuntos adverbiais temporais com apagamento preposicional, talvez pelo pequeno número de ocorrências dessa construção linguística no *cópus* estudado. No entanto, há construções, que não aquelas com adjunto adverbial ou também com adjuntos compostos por palavras que não apresentam noção temporal, em que foi possível encontrar a variação no emprego da preposição; como nos casos apresentados, em que a construção representa um complemento/adjunto adverbial, mas com ideia de lugar, e que aparece sem preposição.

Kato (2008) afirma que, em casos de topicalização, a omissão da preposição só ocorre quando ocorreria também em construções relativas. Relativizando as construções citadas, é possível confirmar que as preposições realmente poderiam ser omitidas:

56a. fato ___ que não ocorre muitas mudanças.

57a. caso ___ que é fácil encontrar uso de drogas

A autora ressalta que tal exigência não ocorre em construções de deslocamento à esquerda (*left dislocation*) ou em construções clivadas (*cleft sentences*), cujos exemplos aparecem respectivamente reproduzidos:

58. Aquele cara, eu ri **dele** na festa (KATO, 2008, p.8).

59. Foi (com) essa professora que eu conversei ontem (KATO, 2008, p.8).

Construções com deslocamento à esquerda ou clivadas, talvez por se aproximarem mais das variedades informais, não foram encontradas no *cópus* analisado, mas é possível que, na realização de preposições em construções de topicalização, haja uma forte tendência normativa, pois foi encontrado um caso de hipercorreção:

60. No mundo em que vivemos hoje, está sendo dominado pelas drogas e traficantes... IT17

Nessa ocorrência, verifica-se o emprego da preposição **em**, em posição de tópico, sem que a estrutura linguística exija essa preposição, pois o sintagma preposicionado funciona como sujeito da oração. O emprego da preposição provavelmente se deve à ideia locativa da expressão “o mundo”, por isso foi feito o emprego da preposição, cuja semântica mais prototípica é a locativa.

No mesmo exemplo, há a ocorrência de uma preposição em construção relativa (“mundo **em** que”), preposição que poderia ter sido omitida, dada a grande variação constatada em construções relativas preposicionadas; mas essa preposição foi realizada, assim como também foi realizada a preposição não esperada, o que pode significar a presença da escola na transmissão da norma, transmissão esta que muitas vezes pode ultrapassar os limites da própria norma, constituindo casos de hipercorreção, como o anteriormente exposto.

A ação da escola pode explicar a pequena variação encontrada em construções com inversão da ordem sintática, ou seja, construções com algum elemento anteposto à esquerda. A topicalização, entre as construções linguísticas estudadas, representou pouco menos de 14% das ocorrências do *cópus*, com peso relativo referente ao apagamento preposicional de apenas 0.063, salientado que foram selecionadas para a análise apenas construções que, pela norma, seriam preposicionadas e que fossem passíveis de apagamento.

Em relação às preposições selecionadas pelos contextos dessa construção linguística, **em** foi a mais recorrente, tendo aparecido 15 vezes, das quais duas não foram realizadas; **de**

apareceu duas vezes, **com** e **por** uma vez cada, sendo que **de**, **com** e **por** foram realizadas em todas as ocorrências. As preposições **para** e **a** não apareceram nenhuma vez nesse tipo de construção.

Quanto à função das ocorrências, todas desempenham função de adjunto/complemento adverbial.

- **Estruturas subordinadas**

61. O nosso país para liberar totalmente o uso e venda dessas (drogas), tem de estar ciente ___ que teriam de aumentar o policiamento (...) RP03 (preposição **de**).

No exemplo, a preposição omitida iniciaria um complemento nominal. Borba (1971) admite que tal omissão é recorrente e não é característica apenas do português, aparecendo também em espanhol. O autor observa que, quando há oração completiva preposicionada, é comum omitir-se a preposição.

62. Quando começam a se dar conta ___ que estão num mundo de ilusões... RC01 (preposição **de**).

O exemplo acima é uma construção completiva nominal, da qual a preposição é suprimida.

Apesar de os estudos de apagamento preposicional geralmente se concentrarem em orações relativas, o apagamento em estruturas completivas verbais e nominais também é bastante recorrente, não apenas no português paulista, mas de forma geral no português brasileiro e também no português europeu.

Para ilustrar essa variação no português europeu, abaixo há dois exemplos retirados de meios de comunicação escritos de Portugal, o que já é um indício de estágio de variação avançado, em que também encontramos apagamento preposicional em estruturas subordinadas:

63. “O coronel revelou que estava **convencido** ___ que éramos ambos espiões” - Expresso, 01/11/86 (PERES; MOIA, 1995, p.123)

64. “Chega-se à **conclusão** ___ que o imposto não será único” - Sábado, 17/12/88 (PERES; MOIA, 1995, p.125)

Nos exemplos citados há complementos nominais, de substantivo e de adjetivo. Os autores listam que os adjetivos que tiveram a preposição de seu complemento suprimida foram: *desejoso e convencido*; e os nomes que tiveram a preposição suprimida foram: *certeza, conclusão, espera, fato, impressão, princípio, sensação e sinal*.

O sentido, tanto dos adjetivos quanto dos substantivos, é muito semelhante aos que têm aparecido com preposição suprimida no *cópus* do português paulista estudado, o que revela que essas palavras podem favorecer a não ocorrência das preposições.

Com um menor índice de ocorrência, aparecem as construções subordinadas completivas verbais.

65. o que pode ser feito é evitar de se expor àqueles que não são do seu interesse, convivendo somente ___ os que estão ao seu lado – RP05 (preposição **com**).
Nessa ocorrência, a preposição omitida iniciaria um complemento oblíquo.

66. fazendo assim ___ que diminua o número de mortes inocentes...RP13
(preposição **com**).

Um exemplo de apagamento preposicional que chamou a atenção foi:

67. O governo poderia apoiar esses jovens que gostariam ___ ser outros na vida... IT16 (preposição **de**).

Aqui se verifica a supressão da preposição do complemento do verbo GOSTAR. Essa supressão em relativas é muito comum, mas em construções diretas (Verbo + sintagma preposicional) não é frequente que apareça na atual sincronia. No entanto, Silva (1993), em um estudo sobre o documento medieval *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, datado do século XIV, apresenta ocorrência de alternância de ausência e presença de preposição em predicados transitivos com um complemento lexical, como em gostar + SN ou gostar + DE + SN. O exemplo abaixo traz uma ocorrência do verbo gostar + SN:

68. "Non pode *gostar as cousas* que lhi cheiram" (SILVA apud GOMES, 1996, p.63)

Assim, é possível constatar que a realização do verbo *gostar* já foi feita apenas com SN, sem a realização da preposição **de**, em um estágio antigo da língua portuguesa. No entanto, na atual sincronia, a hipótese para esse apagamento é o alto grau de gramaticalização da preposição **de**, que, nesse caso, deixa de ser realizada, transferindo toda a informação para o próprio verbo.

Peres e Mória afirmam que a supressão de preposições em argumentos verbais infinitivos, como, por exemplo, “preciso (de) falar”, é um fenômeno bastante difundido também em Portugal, inclusive na variedade escrita, e que esse tipo de supressão ocorre até mesmo em muitos dicionários, gramáticas e em muitos “dos nossos melhores autores e que parece aceite por grande parte dos falantes” (PERES; MÓIA, 1995, p.111), o que atesta a amplitude da variação.

Comentando o exemplo “O Paulo precisa (de) que lhe faça um favor”, os autores ainda salientam que a aparente evolução do português no sentido de dispensar o uso de preposições na introdução de complementos oracionais finitos aproximará o português de línguas “em que o emprego de preposições nessa função é aparentemente nulo, como é o caso do inglês, ou muito restrito, como parece ser o caso do francês” (PERES; MÓIA, 1995, p.114).

Retomando as análises do português paulista, as construções subordinadas preposicionadas representaram um pouco mais de 11% no cópulus de dissertações analisado. O peso relativo da variante apagamento preposicional foi de 0.433. As preposições pedidas por esse contexto linguístico foram **de** e **com**, sendo que **de** apresentou uma recorrência maior, tanto na exigência de realização pela norma quanto na não-realização da preposição, salientando que ambas deixaram de ser realizadas em algumas ocorrências. Como os contextos selecionam os tipos de construções linguísticas, as preposições **a**, **para**, **por** e **em** não foram selecionadas por esse contexto em nenhuma ocorrência.

- **Estruturas relativas**

Estruturas relativas preposicionadas geralmente não fazem parte da norma do grupo social a que os alunos pertencem; dessa forma, há uma grande tendência em realizá-las sem a preposição, com a forma não-padrão, chamada de relativa cortadora (TARALLO, 1983).

Ilustra-se essa tendência no exemplo 69: a construção relativa envolveria preposição, mas trata-se de um construção um pouco mais complexa, pois inclui dois verbos de diferentes regências:

69. pois como pais e parentes proibiriam algo ___que a sociedade concorda e respeita RP01 (preposição **com**).

Nesse exemplo, há uma construção relativa, construída com verbos de diferentes transitividades: os verbos **concordar** e **respeitar**. Quando há verbos de diferentes regências em estruturas relacionadas, ou seja, duas construções cumprindo diferentes funções sintáticas, no geral há uma tendência em construí-las da mesma forma, como no exemplo citado, em que o verbo **respeitar** não é regido de preposição e, por analogia, construiu-se também o verbo **concordar** – que rege preposição – sem realizá-la. Já há uma grande variação no emprego da forma padrão em construções relativas preposicionadas, o que constitui um caso frequente de apagamento, e, nesta ocorrência, o apagamento ainda é motivado pela relativização de verbos de regências diferentes, o que exigiria um bom domínio do mecanismo da relativização para se construir uma relativa padrão. A ocorrência acima, na forma padrão, poderia ficar:

69a. pois como pais e parentes proibiriam algo com que a sociedade concorda e que respeita.

Como se observa, a forma padrão exigiria a construção de duas relativas, de forma que as diferentes regências verbais fossem respeitadas, mas, da maneira como foi redigida no texto do *cópus*, a construção foi simplificada e a relativização foi feita sem preposição.

Os dados que seguem são relativas em que não se verifica o tipo de construção acima discutido, ou seja, são relativizações feitas a partir de um único verbo.

70. todos devem saber quem escolher para fazer parte de seu círculo de amigos pois a pessoa ___ que você nem desconfia..... RC02

Nesta ocorrência, há a relativização de uma estrutura a partir do verbo **desconfiar**, que pela regência padrão prevê uso da preposição **de**, que não é realizada na relativização, constituindo mais um caso de relativa cortadora.

71. levam jovens, crianças e adultos a fazerem coisas ___que podem se arrepende...RC16

Em uma estrutura linguística semelhante à anterior, observa-se que o verbo **arrepende** é relativizado sem a realização da preposição **de**, também prevista pela regência do verbo.

Perini (2010, p.192), sobre exemplo também semelhante às ocorrências discutidas, afirma que, na construção “o funcionário que você falou é esse aí”, “[...] a valência do verbo é desrespeitada, porque a preposição **de**, normalmente obrigatória, não aparece. Isso ocorre em casos de estrutura relativa, mas nunca em orações principais ou subordinadas de outros tipos [...]”.

No entanto, ao contrário do que afirma Perini, observamos que também há apagamento em outras construções, entre elas, nas orações subordinadas substantivas, casos discutidos anteriormente no presente trabalho, como neste exemplo retirado do *cópus*: “a sociedade tem que estar ciente ___ que o uso (de drogas) é prejudicial”, em que encontramos uma oração subordinada substantiva completiva nominal com apagamento da preposição **de**. A afirmação do autor transparece um caráter normativista, percebido principalmente pelo termo “desrespeita”; é importante pontuar que essa postura vai de encontro às concepções adotadas pelo presente trabalho, que, tem caráter descritivo e, portanto, objetiva descrever a variação.

Ainda na discussão das estruturas relativas, abaixo seguem ocorrências de adjuntos e complementos adverbiais relativizados.

72. O celular é outro dispositivo eletrônico que pode entregar com tamanha precisão o local exato ___ que você se encontra, e até mesmo qual foi sua trajetória durante o dia todo (...)- RP05.

Nesta ocorrência, verifica-se a não-realização da preposição **em** na construção do complemento/adjunto adverbial de lugar, regido pelo verbo **encontrar**.

73. Infelizmente muitas pessoas não tem a prática da leitura, principalmente no Brasil, ___que dão valores a coisas muito mais insignificantes do que no conhecimento ...RP04

74. Contudo, há áreas ___que só conseguem inovar sendo este o caso da tecnologia... RP06

75. jovens que encontram-se na fase de novas descobertas e ___que vários fatores podem acabar resultando em vício...RC03

Nessas estruturas relativas também há complemento/adjunto adverbial, os dois primeiros de lugar e o terceiro de tempo, igualmente com a não-realização da preposição **em**.

76. projetos são feitos [...] para tentar mudar este cenário de miséria ___
que boa parte do país vive...RP12

Nesta ocorrência, também há o apagamento da preposição **em**, mas em função de complemento/adjunto adverbial do verbo **viver**.

77. (Drogas) esse é um dos principais motivos ___que muitas famílias se
acabam...RC16

Nesta construção, verifica-se a não-realização da preposição **por**, que constitui o complemento/adjunto adverbial de causa do verbo **acabar**.

78. Ao contrário do álcool ___ que a pessoa fica bêbada ... IT11

Aqui, verifica-se o apagamento da preposição **com**, ligada ao adjetivo bêbada, marcando um complemento/adjunto adverbial.

O apagamento preposicional em relativas – construção chamada de relativa cortadora por Tarallo (1983) – já foi objeto de vários estudos, o que confirma a alta frequência dessa variante linguística. Borba (1971, p.66) anota que “[...] a língua popular repele o contato de preposição mais pronomes relativos [...]” e acrescenta que “[...] mesmo num nível mais cuidado há construções que não admitem preposição + que [...]”; esses estudos apenas corroboram que a não-realização de preposições nesse contexto ocorre há bastante tempo, constituindo um caso de variação bastante recorrente.

Ainda sobre a relativização, Bastos (2008) faz uma adaptação dos resultados de Tarallo (1983), que mostram o crescimento da estratégia cortadora ao longo de quatro períodos:

Tabela 1: Frequência de uso das três estratégias de relativização em quatro períodos, considerando somente sintagmas preposicionados

TIPO DE ESTRATÉGIA	1725	1775	1825	1880
PADRÃO	89,2%	88,1%	91,3%	35,4%
COPIADORA	9,9%	7,9%	1,3%	5,1%
CORTADORA	0,9%	4,0%	7,5%	59,5%

Fonte: Bastos, 2008, p.81

Como se pode observar na tabela acima, entre 1725 e 1825 o emprego da variante padrão se mantém estável, com oscilações não significativas do ponto de vista estatístico. Enquanto isso, no mesmo período, a estratégia não-padrão copiadora apresenta decréscimo em seu uso, com um ligeiro aumento em 1880. Por sua vez, a estratégia não-padrão cortadora, entre 1725 e 1880, passa, de variante menos utilizada, à mais realizada dentre as relativas preposicionadas do córpus analisado por Tarallo (1983), superando inclusive o uso da forma padrão. Esse significativo aumento no uso da variante não-padrão cortadora pode ser correlacionado com o problema da avaliação, afinal, ao contrário da variante copiadora, que carrega forte estigma social, a cortadora não é muito estigmatizada, avaliação que favorece sua implementação.

Um estudo posterior, feito por Kato et al. (2002) sobre as relativas no PB, comprova a abrangência do apagamento preposicional nessas construções na modalidade falada. O estudo tem como córpus os dados do NURC, e as autoras, sobre o uso de preposições em relativas preposicionadas, assim concluem:

A ocorrência de preposições nas relativas deste córpus, considerando que todos os informantes são pessoas cultas, pode ser classificada como muito baixa: apenas 43 preposições em 123 oportunidades de uso (35%), o que revela o alto grau de resistência contra a preposição nesse tipo de oração na linguagem oral (KATO, 2002, p.328).

Essa é uma conclusão feita a partir de dados da pesquisa, que foram rerepresentados por Braga, Kato e Miotto (2009):

Tabela 2. Distribuição dos SPreps relativizados com e sem preposição por função sintática

Função sintática	Com		Sem		Total
	Nº	%	Nº	%	
Adjunto adverbial	35	49	37	51	72
Objeto indireto	6	23	20	77	26
Complemento nominal	2	15	11	85	13
Complemento adverbial	-	-	5	100	5
Genitivo	-	-	7	100	7
Total	43	35	80	65	123

Fonte: Braga, Kato e Mioto, 2009, p.251

Como é possível concluir pelos dados dos estudos apresentados, na variedade oral, mesmo de falantes com formação superior, como é o caso dos informantes do NURC, há predomínio de apagamento preposicional em relativas preposicionadas.

A variação no emprego de relativas preposicionadas está muito avançada, pois, como se pode constatar com o estudo anterior, na variedade culta falada da língua há predomínio das relativas cortadoras e alguns dados da variedade escrita de universitários e de pós-graduandos, coletados informalmente, revelam que mesmo a escolaridade em nível superior e contextos formais como provas, teses e dissertações não estão barrando a variação estudada. A seguir apresentam-se alguns desses casos, a título de ilustração:

79. “Realizamos apenas a análise dos casos típicos ___ que a gramática tradicional preconiza a flexão do verbo (...)” (preposição **em**) (tese de Doutorado, Linguística, 2009).

80. “Existem outros casos de sujeito ___ que a gramática prevê variação” (preposição **em**) (tese de Doutorado, Linguística, 2009).

81. “Sem a escrita, por exemplo, não teríamos acesso ao conhecimento do latim antigo, ___ que já não existe mais nenhum falante da língua”⁷ (preposição **de**) (prova de aluno do 2º ano de letras).

⁷ Além da interpretação dada a esta ocorrência na análise, também se considera possível que a oração “que já não existe mais nenhum falante da língua” seja interpretada como aposto exemplificativo, em que o *que* funcionaria como equivalente a *porque*, ou seja “porque já não existe mais nenhum falante da língua” e, neste caso, não haveria apagamento preposicional.

Os exemplos de pós-graduandos que foram usados para ilustração não entraram nas análises, pois não fazem parte do *cópus* da pesquisa; apenas foram citados para ilustrar a abrangência do fenômeno estudado, pois já dão indícios do avanço do processo de apagamento em realizações mais monitoradas.

É importante citar que, também em Portugal, ocorre, com um índice bem menor, o apagamento preposicional em relativas preposicionadas na variedade falada. Um estudo citado por Arim, Ramilo e Freitas (2005), cuja tabela se encontra abaixo reproduzida, demonstra que, no português europeu, a estratégia de relativização mais utilizada em relativas preposicionadas ainda é a estratégia canônica, mas mostra que as relativas cortadoras já apresentam um índice significativo de uso. Os autores citam que autores como Peres e Mória (1995) atribuem o crescente uso da estratégia cortadora à influência do português brasileiro.

Tabela 3 - Frequência de uso das estratégias de relativização no PE falado

Tipo de relativa	Casos atestados	%
Relativas canônicas	189	71
Relativas cortadoras	74	28
Relativas resumptivas	2	1
Total	265	100

Fonte: Arim, Ramilo e Freitas, 2005, p.70

Em uma comparação com o português europeu, os autores apresentam trabalho de Bagno (2001), que mostra um alto índice de apagamento preposicional na variedade falada do português do Brasil. As tabelas a seguir representam a porcentagem de uso de relativas padrão e não-padrão e, dentre as relativas não-padrão, a porcentagem de cada estratégia de relativização.

Tabela 4 - Porcentagem de uso de relativas no PB falado

Tipo de relativas	Porcentagem
Relativas Padrão	20,5%
Relativas Não-Padrão	79,5%

Fonte: apud Arim, Ramilo e Freitas, p.71

Tabela 5 - Porcentagem de uso das estratégias não-padrão no PB falado

Tipo de Relativas	Porcentagem
Relativas Resumptivas	6%
Relativas Cortadoras	94%

Fonte: Bagno apud Arim, Ramilo e Freitas, 2005, p.71

Os autores afirmam que a omissão das preposições é mais ou menos frequente de acordo com os verbos que integram a relativização e indicam que com os verbos *falar* (de), *gostar*, *chamar* e *precisar* a omissão é mais recorrente, com respectivos índices de não-realização da preposição: 74%, 83%, 83% e 100%. A seguir há alguns desses exemplos, retirados do *cópus* dos autores:

82. Isso é um atributo que as pessoas, prontos, gostam [dinheiro Vivo, RTP]

83. Não fixei o nome da pessoa que tu falaste [conversas Secretas, SIC]

84. Já estivemos a ver as adivinhas que vamos precisar para entrarmos no irc [2001, RTP2]

85. São passos no sentido daquilo que se chama mais união política [Noticiário, RDP] (ARIM; RAMILO, FREITAS, 2005, p.72).

Em relação às preposições, os autores indicam que há preposições que são mais facilmente omitidas, em ordem decrescente de omissão: **de** 49%, **a** 14%, **em** 14% e **com** 9% (ARIM; RAMILO, FREITAS, 2005, p.73).

No presente trabalho, houve pouco mais de 18% de uso de relativas entre os contextos estudados. O peso relativo referente à não-realização da preposição foi 0.521. Em relação às preposições previstas pela norma para os contextos que envolveram relativização, as preposições **a** e **para** não apareceram nenhuma vez. As preposições **com** e **por** foram pedidas pelos contextos, mas não foram realizadas em nenhuma ocorrência. A preposição **em** foi mais recorrente, mas **de** foi mais apagado. Quanto às funções do termo relativizado, adjunto/complemento adverbial foram os mais recorrentes, seguidos por complemento verbal e adjunto/complemento nominal. É importante ressaltar que houve casos em que o termo relativizado cumpria função de sujeito e que foi preposicionado, constituindo casos de

hipercorreção. Dessas funções, complemento verbal apresentou maior índice de apagamento, seguido por complemento/adjunto nominal e por adjunto/complemento adverbial.

Esses dados vão ao encontro dos dados de Corrêa (1998), que afirma que a função de adjunto adverbial é a função mais frequentemente relativizada e a que mais realiza a preposição na relativização, ou seja, a que menos sofre apagamento preposicional. Segundo a autora, esse índice maior de realização da preposição pode ser interpretado em termos de recuperabilidade da referência:

[...] os adjuntos adverbiais não são complementos de nenhum elemento da oração relativa; portanto, sua relação com a sentença, e em especial com o verbo, depende mais da preposição. Nota-se com clareza que, no que toca o uso das relativas, o adjunto adverbial tem comportamento diferente das outras funções, tanto pela frequência mais alta de ocorrência como pelo seu uso também mais frequente com a preposição. As outras funções são, em última análise, complementos de nomes e de verbos e, portanto, já previstas pela grade temática desses vocábulos, podem dispensar a preposição e ser recuperados na sentença relativa (CORREA, 1998, p.115).

Ainda é possível fazer o cruzamento do maior índice de relativização da função adjunto/complemento adverbial com o uso mais recorrente da preposição **em**, já que esta não foi a mais apagada, o que se explica pela interpretação de recuperabilidade da referência.

Como já esperado, o índice de apagamento em relativas preposicionadas no corpus estudado não se mostra tão representativo quanto os dos estudos apresentados, nem do que se tem ouvido nas análises da modalidade falada, tanto informal quanto formal; mas representa uma variação em um estágio linguístico avançado, pois, em uma escala de implementação da mudança, tem-se que, primeiramente, as mudanças aparecem na fala informal de grupos intermediários, avançam para fala informal de grupos mais favorecidos, chegam a situações formais de fala e, só então, começam a ocorrer na escrita (FARACO, 2005) e, como se constatou, essa variação já ocorre, significativamente, na escrita.

Reafirmando a colocação de Rocha (2009), o apagamento de preposições diante de **que**, em relativas, na língua portuguesa falada do Brasil e de Portugal é a variante mais usada, tanto em orações completivas quanto em orações relativas, espelhando duas realidades sociolinguísticas distintas: (i) variação estável, nas orações completivas, e mudança linguística em curso, nas orações relativas no Brasil e, (ii) no português europeu, a predominância da variante canônica nas orações relativas.

Pelo avançado estágio de variação em que se encontram as estruturas relativas preposicionadas, sua construção parece ser um ponto muito reforçado pela escola, pois, como

afirma Corrêa (1998), a estratégia padrão de relativização é aprendida através da educação formal, reforçando que ela não é vernacular, natural, mas que exige um grande esforço para ser adquirida por meio da educação formal e, mesmo quando adquirida, não é empregada em todos os contextos, sempre aparecendo em variação com a estratégia cortadora.

Assim, a situação de diglossia existente entre a norma do grupo social a que pertence o aluno e a norma padrão que lhe é apresentada na escola fica nítida e se materializa em casos de hipercorreção, como alguns abaixo reproduzidos:

86. o aborto, **no qual** já legalizado em alguns países...RP10

87. drogas sintéticas, **na qual** é a moda atual em festas com música eletrônica...RP14

Nas ocorrências reproduzidas, verifica-se que as estruturas relativizadas que não preveem a realização da preposição, mesmo assim, foram preposicionadas, o que configura a insegurança do aluno, que, neste momento, que constitui o final do ciclo escolar do ensino médio em sua vida, deveria ter internalizado os mecanismos de uso das relativas preposicionadas.

Abaixo há um exemplo em que o aluno preposiciona uma construção relativa construída por um verbo que não prevê preposição:

88. tem várias casas de recuperação na igreja **em** que eu frequento...RC07

Neste exemplo, o verbo *frequentar*, cuja regência não prevê uso de preposição, é construído pela relativização com a preposição **em**. A ocorrência dessa preposição pode ser explicada por dois processos de variação diferentes, além da própria variação no emprego da estrutura relativa. O primeiro é uma analogia entre as regências dos verbos *frequentar* e *ir*, dos quais apenas o segundo prevê uso de preposição.

O segundo processo de variação é a preposição empregada na transitividade do verbo *ir*. Vários estudos, entre eles Mollica (1996), já comprovaram que há uma oscilação entre o uso das preposições **a**, **em** e **para** na construção desse verbo, sendo possíveis as construções: *ir a*, *ir em* ou *ir para*, sendo a variante mais utilizada pela norma popular *ir em*, e a norma padrão prever *ir a*. Assim, o emprego do verbo **frequentar** com a preposição **em** pode ser explicado pela analogia com o verbo **ir** e com a variação no emprego da preposição com este

verbo, acrescentando-se a isso o fato de as construções relativas preposicionadas não serem naturais, mas sim aprendidas com a educação formal e, diante da conjuntura educacional brasileira, muitas vezes mal aprendidas.

Ainda observam-se construções em que houve a troca da preposição, como as abaixo reproduzidas:

89. (as drogas) serão vendidas em determinados lugares legalizados, **em** que o governo terá uma base de seu consumo...IT05

90. surgiu-se um método **em** que aquela pode ser interrompida (a gravidez)... RP10

Nesses exemplos, observa-se que a preposição **em** foi empregada no lugar de outra preposição, nos dois casos, no lugar da locução prepositiva **através de**. Esse emprego pode ser explicado pelo uso mais frequente das preposições mais gramaticalizadas, entre elas o **em**, e pela conseqüente insegurança no emprego das locuções prepositivas.

- **Paralelismo**

Borba (1971) afirma que, em relação à realização da preposição, há construção livre em casos de enumeração, de aposição (“Praça Marechal Floriano” ou “Igreja de Santa Bárbara”) (BORBA, 1971, p.97-98) e no comparativo de desigualdade (*mais do que*, ou *menos do que*, em que a preposição **de** pode ser omitida).

Segundo o autor, em enumerações, a preposição é obrigatória quando funciona como morfema de relação apenas. Alguns exemplos dados são: “Obedecer aos pais e aos mestres” ou “gostar de frutas, de doces e de legumes” (BORBA, 1971, p.67). Ainda ressalta que, quando há um peso semântico definido, a preposição pode ser omitida, por economia sintática, em parte ou na totalidade da enumeração: “Grupo de homens, rapazes e meninos”, “eu fui com o Tião, com a Senhora, com o Otávio, Chiquinho, Teresinha, Jesuíno e daí?” (BORBA, 1971, p.67). No entanto, na análise dos dados, observou-se que a omissão é feita tanto em construções em que a preposição funciona apenas como morfema de ligação, como nos primeiros exemplos citados pelo autor, quanto em construções em que ela tem peso semântico definido, ou seja, constatou-se que essa diferenciação não é mais funcional para o emprego ou omissão da preposição, de forma que todos os exemplos citados por ele, no atual estágio de variação no emprego preposicional, seriam passíveis de apagamento.

Sobre comparativos de desigualdade, Borba também afirma que são construções que podem ser feitas com ou sem preposição: “Havia uma vontade mais forte *do* que a minha me empurrando para lá”, “Café traz mais malefício que benefício” (BORBA, 1971, p.69).

Esses exemplos listados, incluindo algumas outras expressões correlatas, como *melhor do que*, *maior do que*, *tanto como* são exatamente o que se chamou de paralelismo no presente trabalho; dessa forma, a variação na realização do sistema preposicional nesse tipo de construção é bastante frequente, de forma que, quando as estruturas são preposicionadas, parece haver uma tendência ao apagamento da preposição a partir da segunda ocorrência.

Em casos de enumeração, portanto em casos em que os elementos enumerados cumprem a mesma função sintática, é natural a omissão da preposição em construções cujas palavras possuam um sentido próximo, ou seja, uma espécie de gradação, como nas seguintes ocorrências:

91. Vem deles o financiamento de armas e ___vidas ...RP01

92. como haveria diminuição de mortes, ___ violência e ___roubos...RP02

93. com a legalização e ___ o aumento desses impostos...RP13

94. muito distante ficaria o fim dos roubos,___ furtos, ___homicídios ou ___ qualquer outro incidente relacionado...RP14

95. legalização do consumo associada a outras medidas de prevenção e ___ combate...RP15

96. em suma não deve-se agir com imprudência e ___irresponsabilidade...RC03

97. na maioria das vezes tudo começa por influência de amigos ou ___ conhecidos...RC13

Como é possível se observar pelas ocorrências reproduzidas, em todos os casos há uma espécie de correlação semântica entre os itens listados: armas e vidas; mortes, violência e roubos; legalização e aumento de impostos; roubos, furtos, homicídios ou outro incidente; prevenção e combate; imprudência e irresponsabilidade; amigos e conhecidos. Assim, é possível afirmar que, nessas construções, a omissão das preposições após o segundo item enumerado em nada prejudica o entendimento do enunciado. Tal mecanismo, na verdade, pode ser considerado uma economia linguística, afinal, a relação marcada pela preposição já fica expressa com sua realização em apenas um elemento do contexto, no primeiro, ficando as outras subordinações subentendidas.

Por sua vez, a preposição é realizada quando há ideias contrárias ou em casos de reiteração ou ênfase, como os que seguem:

98. tanto na classe média quanto na pobre...RC08

99. os usuários acabam virando uma marionete controlada pela substância e pelo traficante...RC18

100. ajudam fortemente com o tráfico de droga e de armas...RC19

101. é um caso de vida ou de morte IT01

102. ela é interrompida pela morte ou pela prisão. IT13

Excetuando-se a ocorrência 99 e talvez a 98, julga-se que as outras reproduzidas poderiam ter sido construídas sem a preposição, sem prejuízo de sentido. No entanto, diferentemente das construções do grupo anterior, parece haver uma ênfase ou pelo menos uma igualdade de valor na relação semântica entre os dois termos da subordinação, relação que poderia ser desconstruída caso a preposição não fosse realizada, o que poderia privilegiar o primeiro termo listado. Abaixo, reproduzem-se os exemplos, mas agora sem o emprego da segunda preposição.

98a. tanto na classe média quanto pobre...RC08

99a. os usuários acabam virando uma marionete controlada pela substância e traficante...RC18

100a. ajudam fortemente com o tráfico de droga e armas...RC19

101a. é um caso de vida ou morte IT01

102a. ela é interrompida pela morte ou prisão. IT13

Nas ocorrências 100a, 101a e 102a, julga-se que a omissão da preposição apenas retiraria a ênfase do segundo termo, privilegiando o primeiro, mas isso não afetaria a apreensão do sentido. Na construção 99a, a omissão prejudicaria o sentido do enunciado, pois a relação construída entre “substância” e “traficante” não é muito facilmente estabelecida, ou seja, não há uma relação semântica tão nítida quanto em “drogas” e “armas”; ou “vida” ou “morte”; ou ainda “morte” e “prisão”, o que pode levar à exigência da realização da preposição.

No caso 98a, a omissão da preposição altera um pouco as relações sintáticas estabelecidas. Quando a preposição é realizada, como em 98, a palavra omitida é “classe”,

portanto o sintagma “na pobre” subordina-se a “tanto”; mas quando a preposição é omitida, como em 98a automaticamente a palavra “pobre” passa a se relacionar a “classe”, o que modifica minimamente a nuance de sentido das duas construções. Dessa forma, a realização da preposição, além dessa diferença, assim como em 100, 101 e 102, parece enfatizar a informação.

Em construções com estruturas correlatas, ou seja, em construções que envolvem comparações, conforme afirma Borba (1971), observa-se que as construções podem ser feitas tanto com como sem a realização da preposição:

103. continuaremos fazendo vítimas em maiores ou ___ menores proporções RP01

104. para conter esse problema terá de investir 15 vezes mais, ___ que investe com programas para distribuição de renda..RP12

105. São poucos que buscam ajuda para tentar sair desta vida pois acham mais fácil do que ir à luta... RC01

106. problemas maiores do que já tinham...RC04

107. fazer deste mundo melhor do que está...RC15

108. ter um rendimento maior___ que o obtido no trabalho comum IT13

109. já que está mais do que comprovado cientificamente que usar drogas acarreta danos IT15

110. Devemos mais do que nunca levantar a bandeira da vida saudável IT15

Como se pode observar pelos exemplos reproduzidos, o emprego da preposição se alterna com sua omissão, em construções semântica e sintaticamente muito semelhantes. Não parece haver um critério para empregar ou não a preposição, de forma que é possível afirmar que, em construções comparativas, a omissão e a realização de preposição constituem variantes livres.

Há, no entanto, casos em que a omissão da preposição cria uma certa estranheza ao sentido do enunciado, como é o caso das ocorrências abaixo reproduzidas:

111. Evidentemente todas as pessoas têm consciência dos efeitos e ___ o que as drogas provocam...IT04

Nesta ocorrência, a omissão da preposição **de** gera uma certa ambiguidade, pois o nome “consciência”, que prevê complemento preposicionado, parece reger apenas o sintagma “dos efeitos”; o segundo termo, que é composto por uma oração, ao invés de parecer complemento do nome, por não aparecer preposicionado, parece iniciar uma outra ideia. O mesmo ocorre nas próximas ocorrências; ao invés de a estrutura constituir complemento do elemento subordinante, as orações parecem iniciar uma outra construção:

112. sabemos dos seus efeitos e ___ o que nos levam a fazer se ficarmos viciados...RC12

113. acabando com a sua vida e ___ a de quem está ao seu redor...RC13

114. tentando minimizar problemas de violência e ___ tudo o que é abrangido no mundo das drogas...RC04

115. Sendo uma forma de felicidade, ___ esquecer os problemas cotidianos... IT01

116. Iriam acabar com suas vidas, e ___ a tranqüilidade da população...IT11

117. pois constituem a causa de desgraça para os usuários e ___ a humanidade IT03

Além dessas estruturas, que aparentemente desempenham uma função diferente da que de fato desempenham, há estruturas que também causam estranhamento, mas sem gerar a expectativa de iniciarem outra ideia.

118. ...correndo o risco de serem mortos por traficantes ou até mesmo ___ policiais... IT04

119. Por isso e ___ outros fatores que muitas pessoas acreditam que... IT04

Nas duas ocorrências que seguem, a não realização da preposição altera um pouco as relações sintáticas, o que gera também uma pequena alteração semântica.

120. Não se pode comparar o consumo de maconha ou ___ qualquer droga ilícita com drogas lícitas IT11

Nesta ocorrência, “qualquer droga ilícita” se ligaria a “consumo”, ou seja, “consumo de maconha ou de qualquer droga ilícita”, mas sem a realização da preposição, “qualquer droga ilícita” pode ser ligado ao verbo “comparar”, ou seja, “não se pode comparar qualquer droga ilícita com drogas lícitas”; nesta interpretação, a ideia de “consumo” ficaria restrita à “maconha”, enquanto tanto as “drogas ilícitas” quanto as “lícitas” seriam entendidas como a própria substância e não como consumo delas.

121. O governo já legalizou as vendas do álcool e o ___ tabaco ... IT18

Assim como na ocorrência anterior, nesta, as relações são as mesmas. “Tabaco” se ligaria a “vendas”, ou seja, seria “vendas do álcool e do tabaco”; sem a realização da preposição, “tabaco” pode ser interpretado como referente a “legalizou”, ou seja, “legalizou as vendas (de álcool) e o tabaco”.

Na análise, foi possível encontrar um caso em que ocorreu o emprego da preposição sem que ela fosse necessária:

122. estragando os seus relacionamentos familiar e até nas suas amizades. ...RC08

Na ocorrência 122, foi empregada a preposição **em** em um contexto que não a previa. O verbo “estragar”, cujo emprego não prevê preposição, teve o seu segundo complemento preposicionado, o que constitui um caso de hipercorreção.

O paralelismo foi a construção mais recorrente no corpus estudado, totalizando pouco mais de 55% de ocorrências, também constituindo a construção mais passível de apagamento preposicional, com peso relativo de 0.665. Também foi a única construção sintática que selecionou todas as preposições e pode-se considerar que todas as funções sintáticas, já que a função de sujeito, que não apareceu na construção paralelismo, não é regida por preposição e os casos em que apareceu preposicionado constituíram casos de hipercorreção.

Em relação às preposições, as mais exigidas pelos contextos foram, em ordem decrescente de uso: **de, em, por, com** e **para**. A preposição **a** foi excluída da análise devido ao baixo índice de ocorrência no corpus. As mais apagadas, também em ordem decrescente, foram: **com, de, por, em** e **para**. As funções mais recorrentes, em ordem decrescente, foram: adjunto/complemento nominal, adjunto/complemento adverbial, complemento verbal e correlações comparativas com o mesmo número de ocorrências e agente da voz passiva. As

funções que sofreram mais apagamento preposicional foram adjunto/complemento nominal, com 68%, complemento verbal, com 67%, adjunto/complemento adverbial com 62%, agente da voz passiva com 60% e, por último, correlações comparativas, com 33%.

Tais dados também podem ser analisados em termos de recuperabilidade da referência, pois como se trata de palavras enumeradas, que cumprem a mesma função sintática, quando a função sintática desempenhada pelo termo anterior prevê preposição, esta preposição é realizada com o primeiro termo da enumeração, portanto, é como se fosse desnecessário repetir a informação a partir do segundo termo, podendo esta preposição não ser realizada. De acordo com os dados, verifica-se que a preposição é omitida quando os termos constituem palavras com sentidos muito próximos, ou gradientes semânticos, enquanto com palavras de sentidos diferentes, geralmente opostos, ou em casos de reiteração ou ênfase, a preposição é realizada.

Nos casos também chamados de paralelismo, mas que, ao invés de enumerações, constituem construções correlatas de comparação, como *mais do que* e *melhor do que*, por exemplo, em que a norma prevê a realização ou não da preposição, verificou-se um menor índice de apagamento, apenas 33%.

Ao contrário das outras construções, em que age uma grande força normativa, principalmente por via escolar, atuando na necessidade de realização da preposição, em construções com paralelismo parece não haver essa força, além do fato de a construção com paralelismo, quando realizada sem preposição enquanto a norma prevê sua realização, não ser socialmente desprestigiada, o que contribui para o menor índice de realização da preposição nesse contexto.

Assim, na análise do português paulista, verificou-se que, em ordem decrescente, as preposições mais pedidas pelos contextos foram: **de** com pouco mais de 41%; **em** com pouco mais de 33%; **com** com quase 14%; **por** com quase 10%; e **para** com quase 2%. A preposição **a** representou pouco mais de 4% e foi realizada em todas as construções. É importante salientar que esses números são referentes às realizações e às não-realizações das preposições, sendo que, no último caso, a relação regida foi reconstruída para se chegar à preposição que ocorreria no contexto. Tais dados são representados no gráfico a seguir.

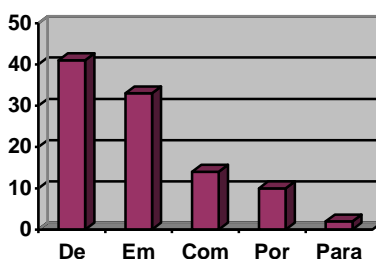


Gráfico 6 - Preposições mais frequentes nos dados do português paulista, considerando-se suas realizações e não-realizações

Fonte: elaboração própria

A distribuição de ocorrências de não-realização da preposição, de acordo com as construções sintáticas, que constituíram o grupo de fatores mais relevante, também em ordem decrescente, é: o paralelismo representou 57,5% de apagamento; as relativas, pouco mais de 46%; a subordinação, pouco mais de 35%; e a inversão, quase 5%, com respectivos pesos relativos: 0.665, 0.521, 0.433, 0.063. Dados também representados pelo gráfico, em porcentagem.

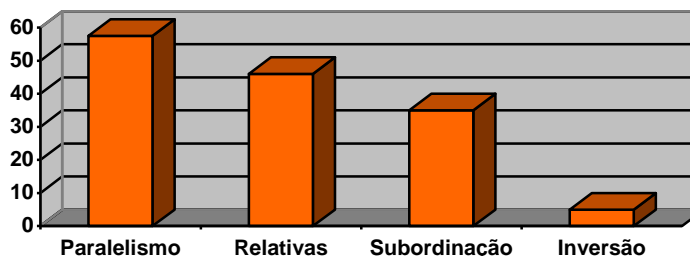


Gráfico 7 - Apagamento preposicional segundo a construção sintática

Fonte: elaboração própria

De acordo com os dados, em construções com paralelismo, parece haver uma tendência a apagar a segunda preposição, e este não é um fenômeno que chame a atenção, pois não é um tópico entre aqueles sempre citados pelas gramáticas. As relativas preposicionadas, ao contrário, são alvo constante de gramáticas e de manuais de redação, além de serem muito pesquisadas por linguistas; no entanto, tamanha atenção não é suficiente para barrar a variação, que se mostra muito representativa, não apenas na fala, mas também na escrita, o que pode ser considerado um estágio avançado de variação linguística.

A distribuição de apagamento, de acordo com as preposições, é:

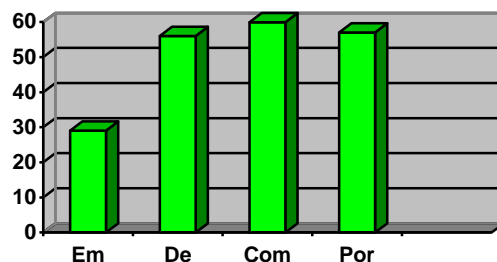


Gráfico 8 - Índice de apagamento de cada preposição

Fonte: elaboração própria

Em relação às preposições, como pode ser observado no gráfico, as mais apagadas foram **com**, **por** e **de**, respectivamente com pesos relativos de 0.623, 0.595 e 0.591. As preposições **a** e **para** foram excluídas desse gráfico porque tiveram poucas ocorrências no *cópus*. No caso da preposição **de**, esse apagamento pode indicar esvaziamento semântico. Sobre isso, Gomes (1996, p.46) afirma que:

A supressão da preposição em determinadas construções ou a substituição por outra mais freqüente parece apontar para um esvaziamento completo de significado, conforme parece ser o caso das preposições *a* e *de* nos exemplos a seguir: "Preciso [...] uma auxiliar com prática" (anúncio de cabeleireiro); "...que necessitamo [...] esse manobristmo..." (PAU20, 899-900). A supressão também indica que a marca formal de caso não é imprescindível nesses contextos.

Ainda em relação à preposição **de**, Borba (1971) afirma:

Se atentarmos para o fato de que a frequência condiciona a gramaticalização, então a preposição mais puramente gramatical ou mais despojada de peso semântico específico em português é **de**. Assim sendo, é o relacional por excelência, e, portanto, o mais previsível e capaz de sobrecarregar um texto espontâneo e natural [...].

Sendo assim, a preposição **de** é mais facilmente recuperada, pois é mais previsível, o que pode favorecer seu alto índice de não-realização.

Em relação às preposições **com** e **por**, acredita-se que seu apagamento se deva não ao esvaziamento semântico, mas sim à manutenção de seu sentido de uma forma mais nítida, de modo que em determinadas construções a sua recuperação semântica é facilmente

reconstituída, não ficando o sentido do enunciado ligado à realização da preposição, dado que o sentido facilmente remete à preposição a ser realizada.

Borba (1971) liga a frequência de realizações à diversificação contextual e conseqüentemente semântica das preposições, nesse sentido, o maior índice de variação das preposições **com** e **por** realmente pode ser relacionado à maior especialização funcional dessas preposições; no trabalho de Borba, essas preposições aparecem como uma das que possuem o menor número de realizações semânticas, o que significa que elas desempenham um menor número de funções e, portanto, têm um sentido mais prototípico, o que facilita sua recuperação semântica, mesmo quando não realizadas. Corroborando a ideia de maior e menor especificação de cada preposição, assim como no estudo de Borba (1971), Neves (2000) também faz uma abordagem sistemática dos usos das preposições, e os empregos das preposições **com** e **por** também aparecem como menos diversificados do que os usos da preposição **de**, por exemplo.

Segue um gráfico, que representa as frequências de uso das preposições no estudo de Carlos Franchi (apud ILARI et al., 2008) e nos resultados obtidos pelo presente estudo. Os dados de Borba são comentados, mas não foram considerados no gráfico, pois o autor não coloca a frequência em números, apenas classifica as preposições de acordo com a frequência: alta, média e baixa.

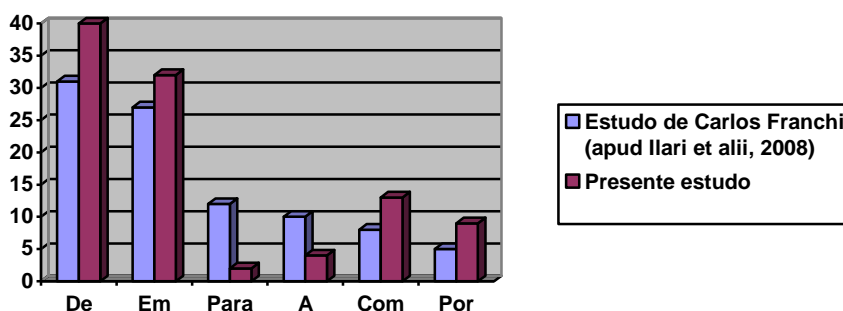


Gráfico 9 - Índices de frequências de uso das preposições em dois estudos

Fonte: elaboração própria

No que se refere à frequência de realização das preposições, se compararmos os resultados aos de Borba, na década de 70, ou aos obtidos por Carlos Franchi (apud ILARI et al., 2008), no estudo feito no final da década de 1990, podemos observar que há uma diferença nos índices de usos dessas preposições. No estudo de Borba (1971) as preposições mais usadas, em ordem decrescente, eram: **de**, **em**, **a**, **para**, **com** e **por**, enquanto na pesquisa

de Carlos Franchi, aparece uma inversão entre a frequência de **a** e de **para**, sendo este mais usado do que aquele, o que significa que, no espaço cronológico que separa os dois trabalhos, houve uma maior gramaticalização de **para**.

A maior frequência no uso de **para** em relação ao uso de **a** é comprovada por vários estudos diacrônicos, como, por exemplo, no estudo de Torres-Morais e Berlinck (2006), que analisa o uso dessas preposições em diferentes sincronias, constatando que houve uma substituição gradual da preposição **a** pela preposição **para**.

Na presente pesquisa, como pode ser visto pelos números expostos, a ocorrência de **para** e de **a** foi muito pequena, sendo mais utilizadas as preposições **com** e **por**, de forma que, também em ordem decrescente, as preposições mais exigidas foram: **de**, **em**, **com**, **por**, **a** e **para**, e, entre elas, **com**, **de** e **por** se mostraram mais suscetíveis ao apagamento.

É preciso considerar esses resultados lembrando que são dados referentes a um recorte de construções sintáticas e que as construções e as funções sintáticas selecionam as preposições, de forma que não foi possível encontrar todas as preposições ocorrendo com todas as funções e/ou construções sintáticas, pois em alguns contextos elas se eliminam.

Em relação às variáveis sociais, o comportamento linguístico de falantes das três cidades (Ribeirão Preto, Rio Claro e Itirapina) mostrou-se muito semelhante, com diferenças sutis, sendo que Itirapina se mostrou mais inovadora enquanto Rio Claro se mostrou mais conservadora, ou seja, a hipótese inicial, de que Itirapina fosse mais conservadora e Ribeirão Preto fosse mais inovadora, não se confirmou. A seguir há um gráfico, que representa a variação de acordo com as cidades.

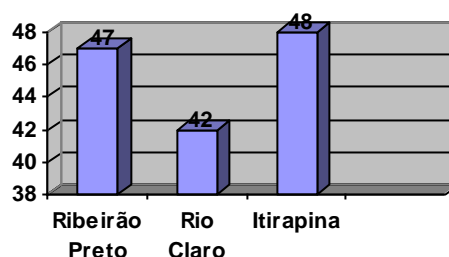


Gráfico 10 - Variação na realização das preposições, de acordo com as cidades estudadas

Fonte: elaboração própria

Conforme é possível constatar, a diferença nos índices de variação entre as três cidades foi muito pequena, então, pode-se considerar que a variação na realização das preposições se mostra homogênea, pelo menos no que diz respeito às três regiões analisadas.

Ainda em relação às variáveis sociais, o fator escolaridade talvez seja o mais relevante, mas é importante destacar que foram encontrados casos de apagamento em registros escritos de universitários e de pós-graduandos, o que mostra que mesmo a escolaridade não está barrando a variação estudada.

Diante de tantas ocorrências de variação no emprego da preposição, principalmente nos dados da variedade falada, mas também consideravelmente nos dados da variedade escrita, conclui-se que há uma grande hesitação ao se empregar as preposições, prova disso é a própria ocorrência do dequeísmo, já referido, além da omissão da preposição em contextos que a exigiriam.

A omissão da preposição **de** especificamente é chamada de queísmo⁸ e este é um fenômeno que pode ser relacionado ao dequeísmo, afinal são dois processos de variação que envolvem, respectivamente, ausência e presença não esperada de preposição. No entanto, o dequeísmo, como referido, só envolve a preposição **de**, enquanto o queísmo pode envolver outras preposições, como: **a, com, por, em** (TORREGO, 2000). O autor cita alguns exemplos de queísmo na língua espanhola, dos quais reproduzimos alguns abaixo:

123. [*] Confío que llegue pronto. (Cf. Confío en que llegue pronto)

124. [*] Insistió que teníamos que ir a su casa. (Cf. Insistió en que teníamos que ir a su casa)

125. [*] Me há amenazado que me va a expulsar de clase. (Cf. Me há amenazado com que me va a...) (TORREGO, 2000, p. 2133-2134).

O autor, além de afirmar que há um queísmo acentuado em construções relativas na língua espanhola, assim como no português brasileiro, acrescenta que este é um fenômeno relativamente normal no espanhol antigo, inclusive na escrita, e diz que Gómez Molina e Gómes Devíz (apud TORREGO, 2000, p.2141) afirmam que o queísmo de hoje está bastante consolidado. Torrego apresenta alguns exemplos de queísmo em relativas, dos quais selecionamos alguns que julgamos semelhantes aos frequentes em português para reproduzir.

126. [*] La chica que le doy clase tiene 15 años. (Cf. La chica a la que le doy clase...)

⁸ “Se suele entender por ‘queísmo’ la supresión de la preposición de delante de la conjunción subordinante que cuando aquella es exigida por algún elemento de la oración (verbo, sustantivo, adjetivo, etc.)”. (TORREGO, 2000, p. 2133)

127. [*] Este es el libro que te hablé. (Cf. Este es el libro del que te hablé)

128. [*] En la medida que son válidos los dos argumentos... (CF. En la medida en que son válidos los dos argumentos...)

Os exemplos, como se pode constatar, são muito próximos aos produzidos em língua portuguesa. O autor salienta que apenas o português e o espanhol admitem a presença de preposição seguida de conjunção, construção que não é feita em francês, italiano, catalão ou inglês, por exemplo (TORREGO, 2000, p.2140), e chama essa construção de redundância de nexos, atribuindo a ela uma das possíveis causas do queísmo em relativas, além da influência de outras línguas que não usam preposição + conjunção e da analogia, entre outras.

Borba (1971) já havia afirmado que o espanhol, assim como o português, repele o contato de preposição + *que*. Mollica (1995, p.36), em relação à implementação do uso de preposições em subordinadas no português arcaico, conclui:

(...) a configuração das sentenças subordinadas na origem do português iniciou-se fundamentalmente através do complementizador 'que'. Havia também originariamente outras estruturas, tais como a sentença infinitiva preposicionada. Mas comparando 'que' com 'de que', não resta a menor dúvida de que a construção 'de que' constitui inovação posterior ao estágio mais primário da língua.

Gomes (1996) sobre o estudo diacrônico de Mollica (1989) a respeito da gênese do (de)queísmo mostra que o nexo preposicional começa a introduzir-se por volta dos séculos XII -XIII, principalmente em fronteiras sentenciais *queístas* e, de forma mais esporádica, em fronteiras *dequeístas*, “num gradiente que aumenta a frequência da presença da preposição à medida que se avança no tempo”. Continuando, a autora conclui que “para complementos verbais oracionais, a inserção é inovação em relação ao latim e se fez preferencialmente em orações que apresentam o verbo na forma infinitiva, sendo mais rarefeita em fronteiras sentenciais introduzidas por *que*.” (GOMES, 1996, p.64).

Assim, pode-se perceber que o uso de *de+que* foi uma inovação em relação à forma *que*, no entanto, essa inovação, em muitos contextos, tende a não se realizar na atual sincronia do português paulista, tal qual foi exposto pelas análises.

A seguir, apresentam-se as considerações finais, feitas por meio dos resultados das análises dos dados das duas sincronias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise das duas sincronias, é possível comprovar que a forma escrita é mais conservadora do que a oral, e, por isso, variações que têm alto índice de ocorrência na modalidade falada, muitas vezes são barradas, ou minimizadas, na escrita, principalmente no que diz respeito a estilos mais formais, como são os forais latino-portugueses e os textos de alunos concluintes do ensino médio.

No entanto, a constatação de variação nessas variedades relativamente mais formais, mesmo que com uma frequência menor do que na variedade falada, são indícios de um estágio avançado de variação. No caso do latim, uma variação que culminará em uma mudança; afinal, da grande variação do latim, surgem as línguas românicas. No caso da variação no português, ainda não se pode afirmar se a variação constituirá, de fato, uma mudança, afinal essa variação ainda está em curso.

Em relação à realização oral da língua latina na Idade Média, não é possível ter informações além das que os estudiosos reconstituíram, mas, através delas, pode-se concluir que o uso de preposições tendeu a disseminar-se ao longo da evolução do latim em direção às línguas românicas, por conta da substituição de alguns casos por outros e do gradual desaparecimento casual em detrimento de casos sincréticos, como mostra a figura abaixo.

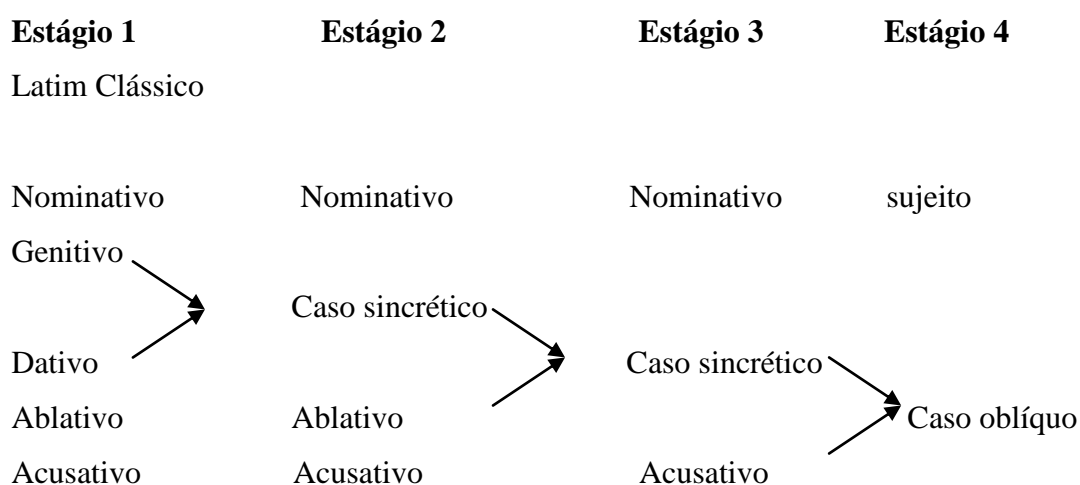


Figura 3 - Perda dos casos latinos em quatro estágios

Fonte: Clackson; Horrocks, 2007, p.277

A hipótese inicial de que textos produzidos em latim por falantes de português deixassem transparecer, de alguma forma, alguma marca da modalidade falada, já que,

naquele momento, o latim era língua franca e em boa parte aprendida formalmente (BASTARDAS PARERA, 1953) e não mais a língua falada cotidianamente, foi comprovada.

Observou-se variação no emprego dos casos regidos pelas preposições; em geral, houve uma substituição do ablativo pelo acusativo, o que é completamente compreensível, afinal o caso acusativo foi o que gradualmente substituiu os outros casos, funcionando como um caso resumidor ou simplificador, como mostra a figura anteriormente exposta. Buscando generalizações, as preposições que apresentaram mais variação nos casos regidos por elas foram *cum* e *de*, que em muitas ocorrências apareceram regendo acusativo, ao invés de ablativo. *Ad* e *in* apresentaram um menor índice de variação nos casos regidos por elas, sendo que a primeira apareceu com ablativo, ao invés de acusativo, e a segunda apresentou variação no que diz respeito ao emprego do caso e ao sentido da construção, alternando o emprego de acusativo com verbos de permanência e ablativo com verbos de deslocamento, quando o cânone clássico prevê acusativo para deslocamento e ablativo para permanência.

Confirmando a ideia de obscuridade do sentido dos casos para pessoas que não falavam latim, foi possível encontrar variação na construção de preposições que regiam acusativo e que foram encontradas regendo ablativo, variação observada especialmente com a preposição *ad*. Essa variação contraria a expectativa inicial, afinal o ablativo desaparece mais cedo, enquanto o acusativo resiste e é o caso que passa a substituir os outros casos. No entanto, o desaparecimento de formas nunca se dá de forma abrupta, o que sugere que o ablativo estava, de algum modo, disponível para os falantes/escreventes, embora já não tivessem clareza quanto ao seu uso.

Além da variação no caso regido pela preposição, também foi possível observar que a preposição *de* do latim, mesmo, na maioria das vezes, regendo o caso ablativo, assumiu um dos sentidos da preposição *de* do português, sentido este que, em latim clássico, era construído pelo genitivo. Clackson e Horrocks (2007) afirmam que *de*, mesmo em momentos anteriores ao da produção dos documentos analisados, já representava a função partitiva do genitivo, além de assumir muitas outras funções, inclusive a de outras preposições. Sobre essa diversificação dos empregos da preposição *de*, Bastardas Parera (1953, p.89), a respeito de um material muito parecido com os documentos que compõem a presente análise, afirma:

La preposición *de* adquiere em nuestras cartas un uso muy amplio, pues, no sólo conserva los significados que le son propios y sustitui las preposiciones *ex* y *ab*, sino también invade la esfera do genitivo y expresa algunos de los significados del ablativo sin preposición.

Essas variações demonstram que os falantes de português antigo, mesmo escrevendo, ou tentando escrever latim, deixavam sua variedade falada penetrar na variedade escrita da língua latina.

Ainda sobre a variação encontrada nos documentos, além da variação no sentido do uso e na regência das preposições, verificou-se variação na grafia de várias palavras, assim como palavras aportuguesadas e também vocábulos já portugueses, o que comprova a hipótese de “vazamento” da diglossia.

Da mesma forma, também houve variação nos dados do português paulista moderno; mas, assim como nos documentos latinos, a comparação entre a produção oral e a escrita revela que o índice de apagamento preposicional é muito menor na segunda modalidade.

De acordo com as construções sintáticas, o paralelismo foi mais suscetível ao apagamento preposicional, seguido por construções relativas, subordinação e inversão. As preposições com maiores índices de não realização foram **com**, **por** e **de**. As preposições **a** e **para**, apesar de mantidas na análise por estarem entre as preposições mais gramaticalizadas, não apresentam comportamento relevante, pois, como os contextos estudados selecionavam as construções, as duas preposições acabaram por ter um pequeno índice de ocorrência, o que impossibilitou uma análise mais minuciosa de suas possibilidades de apagamento ou realização.

Assim, com a análise das duas sincronias, é possível reafirmar que a escrita é mais conservadora do que a fala; mas, por outro lado, apesar desse conservadorismo da escrita, foi possível observar variação no emprego de sintagmas preposicionados nas duas sincronias estudadas: na primeira sincronia, o uso cada vez mais constante de preposições em detrimento dos casos – fenômeno sempre afirmado por consagrados filólogos –, além da variação no emprego dos casos regidos pelas preposições; e, na segunda sincronia, a variação constatada na modalidade falada, inclusive em situações formais e em variedades cultas, mesmo não se mostrando com a mesma frequência do que na modalidade falada, também foi bastante recorrente na escrita. Em síntese, os resultados demonstram que a variação, nas duas sincronias estudadas, encontra-se em estágio muito avançado.

Assim, retomando a noção de “vazamento” da diglossia, ou seja, quando traços de uma variedade (ou de uma língua) invadem os domínios da outra, verifica-se que, nas duas sincronias linguísticas investigadas, há “vazamento” de características da língua ou variedade falada para a língua ou variedade escrita: na primeira sincronia, ao menos no que diga respeito ao uso do sistema preposicional seguido da ocorrência de caso, percebe-se o vazamento de características da língua falada na língua escrita; enquanto, na segunda sincronia linguística,

percebe-se o “vazamento” de características da modalidade falada na modalidade escrita, sendo que, em ambas as variedades, a frequência de variação é menor na escrita do que na fala.

Conforme afirmado anteriormente, os documentos latino-portugueses aqui estudados eram escritos por pessoas que não falavam mais latim, mais sim o português, pois os primeiros documentos redigidos integralmente em português datam do início do século XIII, o que significa que a língua portuguesa já existia antes disso, afinal, a fala precede a escrita; dessa forma, o latim que utilizavam para escrever os documentos era uma língua aprendida, assim como também é aprendida a variedade culta do português, variedade esta que difere da modalidade coloquial, comumente utilizada pelos alunos, mas que é exigida deles nas dissertações escolares.

Assim, percebe-se que há nítida dificuldade de se aprender uma língua ou uma variedade linguística formalmente, pois tanto os escribas quanto os alunos concluintes do ensino médio, que, neste estágio, deveriam ter pleno domínio da variedade culta do português, utilizam, com bastante variação, a variedade aprendida formalmente, deixando transparecer traços de suas línguas ou variedades vernáculas ao tentarem fazer uso da língua ou variedade aprendida.

Dado que não temos muitas informações sociais dos escribas que redigiram os documentos latinos, não há como avaliar adequadamente o papel do ensino formal naquele momento. Já no caso do português, de acordo com Simões e Kewitz (2009, p.707), a escola parece estar apresentando um papel cada vez menos relevante na divulgação da norma culta, ou talvez tenha um papel secundário. Geraldi (apud SILVA, 2004a, p.131) afirma que:

Pela democratização do ensino, que é uma necessidade e um grande bem, tiveram acesso a ele largas camadas da população antes marginalizada. A democratização, ainda que falsa, trouxe no seu bojo outra clientela. De repente, não damos aula só para aqueles que pertencem ao nosso grupo social. Representantes de outros grupos estão sentados nos bancos escolares. Cresceu, espantosamente, de uns anos para cá, a população escolar brasileira.

Os autores Kewitz e Simões ainda lembram que, como ressalta Silva (2004b), a quantidade, nesse contexto, significou alteração da qualidade, Silva ainda indaga quem são os professores que transmitem a suposta norma culta e como a escola pode dar conta da transmissão e treinamento em direção ao padrão normativo tradicional.

Além disso, particularmente, há a dificuldade de se delimitar o que é a norma culta, de um modo geral, e norma culta paulista, em particular, e se a norma pode realmente ser aprendida através da escola.

Kewitz (2007), analisando o uso das preposições **a** e **para**, verificou que a escolaridade dos remetentes das cartas particulares da segunda metade do XX estudadas é um fator associado à alta frequência de um item linguístico prescrito pela gramática normativa via educação formal: o uso da preposição **a** em detrimento da preposição **para**. A autora ressalta que, embora os remetentes escrevessem de maneira informal, o que era verificado por expressões como *pô*, *uau*, por exemplo, “observa-se uma preocupação com a norma prescrita pela escola, já que todos eram recém-formados no ensino médio, estágio em que as atenções estão voltadas para o vestibular” (SIMÕES; KEWITZ, 2009, p.708).

O referido estudo (KEWITZ, 2007, 2009) analisou textos escritos de alunos concluintes do ensino médio, bem como nesta pesquisa; no entanto, mesmo considerando que os textos analisados pelas duas pesquisas são diferentes, a presença da norma ensinada pela escola se mostra muito mais presente nas cartas da segunda metade do século XX, ainda que sejam menos formais, do que nas dissertações do início do século XXI, teoricamente mais formais, o que pode evidenciar a modificação do papel da escola como transmissora da norma culta.

Além da situação diglôssica e do vazamento da diglossia, também é possível traçar convergências entre as duas sincronias estudadas no que diz respeito ao uso prepositivo. O primeiro ponto importante a enfatizar é a frequência de uso das preposições. No estágio linguístico do latim analisado nos fascículos 3 e 5, as preposições mais frequentes são as classificadas como mais gramaticalizadas no português. Essa comparação é representada pelo gráfico a seguir:

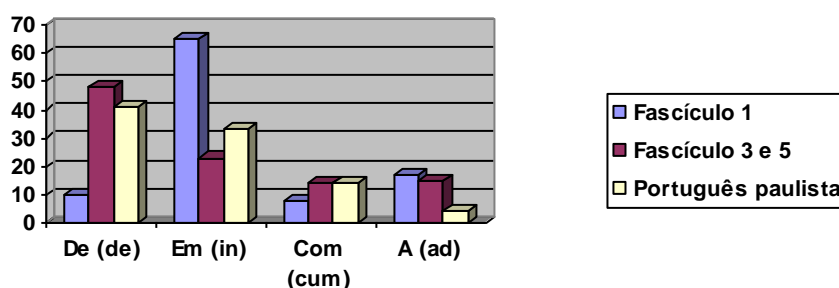


Gráfico 11 - Comparação da frequência no uso das preposições nos fascículos 3 e 5 dos documentos latino-portugueses e no português paulista moderno

Fonte: elaboração própria

Como é possível observar pelo gráfico, excetuando-se a preposição **a**, que envolve outros fatores de variação no português, as preposições **de** (*de*), **em** (*in*) e **com** (*cum*), nos fascículos 3 e 5 dos documentos latino-portugueses, apresentam frequência mais próxima à do português paulista do que à da variedade empregada na escrita do primeiro fascículo da coleção, variedade esta que pode ser considerada muito próxima, ou idêntica, à variedade clássica do latim.

Além disso, as preposições mais suscetíveis à variação nas duas sincronias analisadas também podem ser relacionadas, conforme reproduzido no gráfico a seguir:

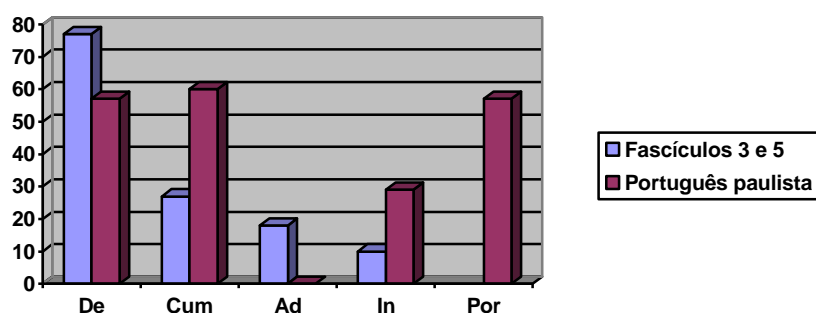


Gráfico 12 - Frequência na variação do emprego das preposições nos fascículos 3 e 5 e no português paulista moderno

Fonte: elaboração própria

Como se pode observar, nos documentos latino-portugueses, as preposições que apresentaram maior índice de variação foram **de** e **cum**; no português, foram **com**, **por** e **de**. Em relação à preposição **por**, não é possível fazer-se uma comparação entre seu uso nas duas sincronias, pois esta preposição não foi analisada na sincronia latina; no entanto, as preposições **de** (*de*) e **cum** (*com*), embora com índices de variação não muito próximos entre si, constituíram-se como preposições mais suscetíveis à variação nas duas sincronias.

A constante variação do **de** talvez se deva à diversificação de sentidos adquirida por essa preposição, afinal, sua maior variação na sincronia latina teve como causa o fato de ela ter adquirido o sentido de posse, de pertencimento. Como é sempre afirmado, os sentidos mais abstratos das preposições, principalmente nas línguas românicas, emergiram dos sentidos concretos que as preposições tinham em latim clássico; assim, o sentido de posse provém do sentido mais concreto de **de**, que marca origem. Segundo Brea (1985, p.164-165),

De todos modos, parece haber acuerdo em admitir que la asunción de los valores del genitivo por parte de DE procede de su valor local originario, ya

que, em realidade, la indicación de la propiedad por medio de DE comienza cuando hay que marcar el origen y el movimiento del que parte esa propiedad.

Assim, o uso da preposição *de*, verificado na quase totalidade de ocorrências no *cópus* constituído pelos fascículos 3 e 5, já é uma extensão do sentido concreto com que essa preposição era empregada na variedade clássica do latim. Dessa forma, deste período estudado até a atual sincronia do português paulista, o sentido da preposição só tendeu a diversificar-se, de forma que, hoje, é difícil reconhecer o sentido concreto, originário dessa preposição, tendo ela um sentido bastante opaco. Funciona, em muitos momentos, mais como item gramatical do que como item lexical, o que favorece sua variação; afinal, sem ter um sentido facilmente recuperável, essa preposição deixa a recuperação semântica a cargo das palavras que ela relaciona.

Por sua vez, a variação da preposição **com** (*cum*), nos documentos latino-portugueses, não está relacionada ao sentido, mas sim à variação no emprego dos casos regidos por ela; assim, o sentido da preposição não foi tão diversificado quanto no caso da preposição *de*. Dessa forma, relaciona-se a variação na construção de estruturas feitas com *cum* à gradual substituição do caso ablativo pelo caso acusativo, substituição que afeta sua regência, já que esta preposição, pelo regime clássico, rege ablativo.

Na sincronia do português paulista, relaciona-se o alto índice de variação no emprego dessa preposição ao seu sentido mais prototípico, o que pode fazer com que seu sentido seja facilmente recuperado, mesmo que ela não seja realizada. Acredita-se ser este também o caso da preposição **por**, que, assim como **com**, apresenta um sentido menos diversificado, mais prototípico, portanto mais fácil de ser reconstruído. Desse modo, o que pôde ser constatado é que tanto a preposição mais plena de sentido quanto a menos marcada semanticamente tendem a ser apagadas no atual estágio do português paulista.

Em relação aos problemas apontados pela Teoria da Variação e Mudança Linguística, nas análises, sempre que possível, foram abordados os problemas do encaixamento, principalmente na estrutura linguística, e da avaliação. Foi possível constatar que a avaliação, realmente, desempenha um papel decisivo no caminho da variação linguística. Sobre os documentos latino-portugueses, não se pode ter muitas informações, mas sabe-se que o Latim, durante muito tempo, teve sua norma clássica exaltada e cultivada, o que minimizou as variações linguísticas (CLACKSON; HORROCKS, 2007). Essa atitude, certamente, significava a avaliação que as formas “não-clássicas” sofriam, o que, portanto, deve ter desacelerado o processo de variação e mudança, que, no entanto, não deixou de acontecer.

Nas análises do português, também se percebe que formas menos estigmatizadas socialmente tendem a se realizar mais, ou seja, variações que recebem avaliação positiva tendem a continuar o percurso de variação, para, possivelmente, constituir uma mudança, enquanto variações estigmatizadas tendem a ser barradas.

Nos limites da pesquisa, constatou-se que o conceito de diglossia, que embasa o estudo dessas duas sincronias, bem como a hipótese de possíveis convergências entre os usos prepositivos nesses dois estágios linguísticos se confirmam, o que significa que as preposições são um ponto instável das línguas; que, entre elas, há aquelas que são mais suscetíveis à variação e, ainda, que, no sistema prepositivo, em diferentes estágios linguísticos, há muito mais convergências do que o que se costuma afirmar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALI, M S. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- ALMENDRA, M. A.; FIGUEIREDO, J. N. de. **Compêndio de gramática latina**. Porto: Porto Editora, 2003.
- ARIM, E. RAMILO, M. C.; FREITAS, T. Mudanças em curso e os média: o caso das relativas. In: MATEUS, M. H. M.; NASCIMENTO, F. B. do. (Org.). **A língua portuguesa em mudança**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p.67-80.
- BAGNO, M. **Português ou Brasileiro?** (um convite à pesquisa). São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BASTARDAS PARERA, J. **Particularidades sintácticas del Latin medieval** - cartularios españoles de los siglos VIII al XI. Barcelona: Escuela de filologia, 1953.
- BASTOS, W. A. **A relativização no português do Brasil**: a sentença orientada para o discurso. 2008. 167f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- BEARD, M.; HENDERSON, J. **Antiguidade clássica**. Tradução de M. Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORBA, F. da S. **Sistemas de preposições em português**. 1971. 230f. Tese (Concurso de Livre-docência do Departamento de Linguística e Letras Orientais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- BRAGA, M. L.; KATO, M. A.; MIOTO, C. “As construções-Q no português brasileiro falado”. In: KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. do (Org.). **Gramática do Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. v.3, p.241-294.
- BREA, M. Las preposiciones, del latin a las lenguas românicas. **Verba**: Anuário galego de Filoloxía, Santiago de Compostela, v.12, p.147-182, 1985.
- CALAZANS, I. M. **Processos de prefixação**: estudo de prefixos latinos provenientes de preposições e seus reflexos no português. 2007. 91f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- CAMACHO, R. G. O papel do contexto social na teoria lingüística. **Revista Alfa**, São Paulo, v.38, p. 19-36, 1994.
- CÂMARA Jr., J. M. **História e Estrutura da Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

CART, A. et al. **Gramática Latina**. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

CASTILHO, A. T. de. Para uma análise multissistêmica das preposições. IN: CASTILHO, A. T. de (org.) **História do português paulista**. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009. p. 279-332.

_____. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, I. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CLACKSON, J.; HORROCKS, G. **The blackwell history of the Latin language**. Malden, MA: Blackwell, 2007.

CORRÊA, V. R. **Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil**. 1998. 166f. Tese (Doutorado em Linguística) –Instituto de Estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

COSERIU, E. Sobre el futuro romance. In: _____. **Estudios de Lingüística Románica**. Madrid: Gredos, 1977. p. 15-39.

COSTA, A. L. P.; SANTANA, M. O. R. Documentação foraleira dionisina de alguns concelhos do Alto Trás-os-Montes. **Revista Galega de Filoloxia**, Corunha, n.7, p.117-141. 2006.

COSTA, M. J. de A. "Forais", In: **Dicionário da História de Portugal**. v.3. Porto: Livraria Figueirinhas, 1989.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

CUNHA, C.F. **Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1976.

_____. CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

EMILIANO, A. (2004a). extraído e adaptado de A documentação latino-portuguesa dos séculos IX-X e as origens da escrita portuguesa medieval: considerações gerais e preliminares. In FERNÁNDEZ CATÓN, José María, Ed., **Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León. Siglos IX-XII**. Congreso Internacional, León, 15-18 de octubre de 2003, León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa 103 &104), Vol. II, p. 589–616. [533 cars.]

_____. (2004b): **O tratamento dos dados da Linguística Histórica e da História da Língua**: fixação, disponibilização, análise e interpretação de fontes primárias medievais (considerações gerais sobre métodos e procedimentos). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa, lição de síntese da disciplina semestral de licenciatura de Linguística Histórica, apresentada para efeitos de concurso para Professor

Agregado do Grupo de Disciplinas de Linguística. Disponível em <http://www.fcs.unl.pt/philologia/Emiliano2004_Licao_de_Agregacao.pdf>. Acesso em 24 de maio de 2010.

_____. (2004c). **A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal:** problemas e perspectivas da filologia portuguesa face ao estudo das origens da escrita em português. In: Aemilianense. Revista Internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances, v.1, p. 33–63, Monasterio de San Millán de la Cogolla, La Rioja.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica:** uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FERGUSON, C. A. Diglossia. In: FONSECA, M. S. V. da e NEVES, M. F.. **Sociolinguística.** Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1974, p. 99-118.

FIGUEIREDO, J. G. **A cristianização da fides romana no Sermão XII de São Cesário de Arles:** do crer ao fazer latino-português. 2007. 148f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Faculdade de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GUIA Geográfico do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.sp-turismo.com/municipios-sp.htm>>. Acesso em 13 jan. 2011.

GOMES, C. A. **Aquisição e perda de preposição no português do Brasil.** 1996. 158f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES et al. Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Org.). **Introdução à gramaticalização.** São Paulo: Parábola editorial, 2007. p.15-66.

HERCULANO, A. (Org.). **Portugaliae Monumenta Historica:** A saeculo Octavo post Christum usque ad quintum decimum Olisipone. Leges et Consuetudines. v.1. Lisboa: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1856-1868. Parcialmente disponível em <<http://purl.pt/12270>>. Acesso em 30 de nov. 2010.

HEYE, J. Sobre o conceito de diglossia. In: GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (Org.). **Sociolinguística e ensino** – contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, p. 69-81.

HOPPER, P. & TRAUGOTT, E. **Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 1 CD-ROM.

ILARI, R.; CASTILHO, A. T. de; ALMEIDA, M. L. L. de; KLEPPA, L.; BASSO, R. M. A preposição. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (Org.). **Gramática do português culto**

falado no Brasil. v.2. Coord. geral CASTILHO, A. T. de. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p. 623-808.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 17 de jun. de 2010.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: **Para a história do português brasileiro**, vol. VII: novos dados, novas análises, Tomo II. LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). Salvador: EDUFBA, 2006. p.505-527.

KATO, M. A. et al.. As construções QU- no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In KOCH, I. V. (Org.). **Gramática do português falado**, vol. VI – Desenvolvimentos. 2ª ed. rev.. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, p. 309-74.

KATO, M. *Optional Prepositions in Brazilian Portuguese*. Poster presented at the 38th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL), University of Illinois at Urbana-Champaign, 4-6/4/08, 2008.

KEWITZ, V. **Para a gramaticalização das preposições *a* e *para* no Português Brasileiro (séculos XIX e XX)**. 2007. 209f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Gramaticalização, semantização e discursivização das preposições A e PARA no português brasileiro dos séculos XIX e XX. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **História do português paulista**. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009. p.603-633.

_____.; SIMÕES, J. da S. Normas lingüísticas, história social, contatos lingüísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de corpora diacrônicos. In: CASTILHO, A. T. de (Org.). **História do português paulista**. Campinas: UNICAMP/Publicações IEL, 2009. p.699-720.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change**. v.1: Internal Factors. Cambridge, Blackwell, 1994.

_____. **Principles of Linguistic Change**. v.2: Social Factors. Cambridge, MA/Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

_____. **Padrões sociolingüísticos** [1972]. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Sherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem** – um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATEUS, M. H M.. A mudança da língua no tempo e no espaço. In: Mateus & Bacelar (Org.). **A Língua Portuguesa em Mudança**. Lisboa: Editorial Caminho, 2005. P.13-30

MAURER JÚNIOR, T. H. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MOLLICA, M.C. de M. **Queísmo e Dequeísmo no Português do Brasil**. 1989.303f. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

_____. **(De) que falamos?** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. A regência variável do verbo “ir” de movimento. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M. de; SCHERRE. M. M. P. (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MORAES DE CASTILHO, C. M. **O processo de redobrimento sintático no português medieval: formação das perífrases com *estar***. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____. **A gramática funcional** [1997]. São Paulo, Martins Fontes: 2004.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERES, J. A.; MÓIA, T. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PINKSTER, H. **Sintaxis y semántica del latín**. Madrid: Ediciones Clásicas, 1995.

POGGIO, R. M. G. F. **Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim**. 1999. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

_____. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista**. Salvador: EDUFBA, 2002.

PORTUGALIAE // Monumenta // Historica // A Saeculo Octavo Post Christum Vsque ad Quintumdecimum // Ivssv Academiae Scientiarum Olisiponensis // Edita: . Leges et Consuetudines. Volume I (e Volume II). Via Libris: Resources for Bibliophiles. Disponível em: <http://www.vialibri.net/item_pg/4429575-1553-portugaliae-monumenta-historica-saeculo-octavo-post-christum-vsque-quintumdecimum-ivssv.htm>. Acesso em: 19 maio 2010.

PREFEITURA de Ribeirão Preto. Disponível em <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/i71regiao.htm>>. Acesso em 05 dez. 2009.

PREFEITURA de Rio Claro. Disponível em <<http://www.rioclaro.sp.gov.br/conheca>>. Acesso em 05 jul. de 2010.

RELATÓRIO anual – CEL 2003. Disponível em <<http://www.utad.pt/pt/investigacao/cel/CEL2003-UTAD.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2010.

ROCHA, E. M. N. **Apagamento de preposições em fronteiras sentenciais completivas e relativas no Português**. 2009. 175f. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANKOFF, D.; Tagliamonte, S.; Smith, E. **Goldvarb X**: A variable rule application for Macintosh and Windows. Department of Linguistics, University of Toronto. 2005. Disponível em <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>>. Acesso em 15 jun. 2010.

SERRÃO, J. **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1963-1971.

SILVA, E. C. da. **A expressão do tempo futuro no português brasileiro dos séculos XVIII ao XX**. 2006. 117f. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SILVA, R. V. M. e. O português arcaico: fonologia. São Paulo/Bahia: Contexto/Editora Universidade Federal da Bahia, 1991.

_____. **O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

_____. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.

SILVA NETO, S. **História do Latim Vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957.

SOUZA, C. R. de. **Relativa cortadora: movimento ou apagamento?** 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TARALLO, F. **Relativization strategies in Brazilian Portuguese**. 1983. 273f. Ph.D. dissertation - University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1983.

_____. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2007.

TORREGO, L. G. La variación em las subordinadas sustantivas: dequeísmo e queísmo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V.. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española** [1999]. V.2: Las construcciones sintácticas fundamentales – Relaciones temporales, aspectuales y modales. Madrid: Espasa Calpe, 2000. p. 2105 – 2148.

TORRES-MORAIS, M.A.C.R.; BERLINCK, R. de A. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos. In: LOBO, T. et al. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Vol.VI: Novos dados, novas análises. Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2006. p.73-105.

TURISMO Itirapina. Disponível em <<http://itirapinaturismo.com.br/historia.htm>>. Acesso em 05 de julho de 2010.

VIARO, M. E. **Das preposições latinas às do português e do romeno**: estudo das derivações semânticas. 1994. 292f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1994.

VIEGAS, R. **Da origem, formação e consolidação do português** - breve história externa da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://webperso.mediom.qc.ca/~extrudex/articles/lp-portugues.html>>. Acesso em 24 de maio 2010

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I [1968] **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Trad. Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Anexo A – Capa de *Leges et Consuetudines*, fascículo 3.

PORTVGALIAE
MONVMENTA
HISTORICA

A SAECVLO OCTAVO POST CHRISTVM VSQVE AD QVINTVMDECIMVM .

IVSSV ACADEMIAE SCIENTIARVM OLISIPONENSIS

EDITA

LEGES ET CONSVETVDINES

VOLVMEN I

FASCICVLVS III

OLISIPONE

TYPIS ACADEMICIS

M DCCCLXIII

Anexo B – Exemplar de redação de Ribeirão Preto

RP-19

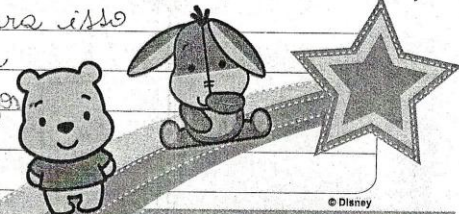
Drogas liberadas, capitalismo em alta
 A liberação das drogas deve ser implantada.
 Tornar as drogas legais para o consumo traria
 fins lucrativos, com a arrecadamento de impostos,
 diminuição de violência envolvendo policiais
 e traficantes e geração de empregos.

Vivemos hoje em um mundo envolvido pelo
 sistema capitalista, onde a característica principal
 é o lucro. Se as drogas fossem legalizadas o
 país teria lucro e verba em abundância e
 com mais dinheiro no mercado aumentaria o índice
 de desvios de verba e corrupção, outro característica
 básica do capitalismo, quando mais lucro as
 representam tanto do governo.

Conflitos com traficantes de drogas, vidas perdidas
 arriscando vidas inocentes diminuirão. Os policiais
 não terão mais que se preocupar com pessoas drogadas
 pelas ruas. A violência nesse aspecto estaria
 em declínio.

A entrada das drogas no mercado, abriria
 fábricas e indústrias, reduzindo o alto nível de
 desemprego.

Contudo, cabe-se dizer que liberar as drogas
 é apenas um meio do governo e seus representantes
 lucrarem, afinal é para isso que serve o capitalismo,
 poupar vidas inocentes e gerar empregos.



© Disney

Spiral